

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Helouise Heuser Schorn

Rússia, Ucrânia e o Ocidente: Ucrânia sob disputa e a questão da liderança regional

DOURADOS

Maio, 2023

Helouise Heuser Schorn

Rússia, Ucrânia e o Ocidente: Ucrânia sob disputa e a questão da liderança regional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Deborah Monte da Silva

DOURADOS

Abril, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S374r Schorn, Helouise Heuser

Rússia, Ucrânia e o Ocidente: Ucrânia sob disputa e a questão da liderança regional [recurso eletrônico] / Helouise Heuser Schorn. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Deborah Monte da Silva.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. OTAN. 2. Liderança regional. 3. Nação. 4. Europa. 5. Leste Europeu. I. Silva, Deborah Monte Da. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 03 maio de 2023, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Helouise Heuser Schorn** tendo como título “**Rússia, Ucrânia e o Ocidente: Ucrânia sob disputa e a questão da liderança regional**”.


Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Déborah Silva do Monte** (orientadora), **Dr. Luciano Pereira Duarte Silva** (examinador) e **Dr. Hermes Moreira Junior** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **aprovado**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.


Observações: _____

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
 DEBORAH SILVA DO MONTE
Data: 03/05/2023 20:45:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dra. Déborah Silva do Monte

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 LUCIANO PEREIRA DUARTE SILVA
Data: 05/05/2023 10:44:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Luciano Pereira Duarte Silva

Examinador

Documento assinado digitalmente
 HERMES MOREIRA JUNIOR
Data: 04/05/2023 14:58:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Hermes Moreira Junior

Examinador

“O todo é maior que a soma das partes”

ARISTÓTELES

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela importância e influência no âmbito acadêmico tornando possível a criação de ciência e seres pensantes capazes de mudar mundos. Também no âmbito social e político, essa universidade amplia horizontes e traz perspectivas para aqueles que estão dentro e fora dela. Agradeço à Deborah Monte, minha orientadora nesse projeto e exemplo de profissional, acadêmica e pessoa. Ao Hermes Moreira Junior, que se tornou um amigo e padrinho da minha jornada acadêmica. À banca avaliadora, agradeço aos professores Luciano Duarte e, novamente, Hermes Jr., que dispuseram tempo e esforço para ler, avaliar e debater este trabalho.

Agradeço aos meus pais, Ester Maria Dreher Heuser e Remi Schorn, por terem feito deles mesmos exemplos como professores e membros de comunidades, buscando sempre contribuir para que o mundo seja melhor para todos. Como pais, também os agradeço pela infância rica de estímulos, afetos, cuidado e experiências que me proporcionaram. Todo o amor e esforço que fizeram são motivos cruciais para a existência da pessoa que hoje é capaz de escrever este trabalho.

Também agradeço às minhas amigas de Dourados que sempre me estimularam, acompanharam e acreditaram na minha capacidade. Entre estas, em especial à Milena Coimbra, a amiga que me escolheu como companheira acadêmica e da vida adulta, por trilharmos este caminho juntas fortalecendo uma à outra naquilo que nos completamos. Agradeço ao Matheus Paiva por todo o apoio emocional e cotidiano no período de desenvolvimento deste trabalho, obrigada por ser meu companheiro.

E por último, um agradecimento à menina de quatro anos que em 2003 ao ser questionada se gostaria de beber Coca-cola respondeu que só tomaria quando a Guerra do Iraque acabasse. Obrigada por manter seu interesse e comprometimento com as questões internacionais que afetam todos os indivíduos.

RESUMO

A pesquisa desenvolvida se propôs a realizar uma análise da relação da Rússia com a Ucrânia, com ênfase em como o Ocidente intervém nessas relações, e como isso é influenciado pelo interesse russo na formulação de um Sistema Internacional multipolar. Para isso, procurou-se conceitos para auxiliar nesta análise e redesenhar os aspectos históricos da constituição do Estado Russo e as relações com o território e população atualmente ucranianos. Em seguida, são abordadas de forma superficial as relações da Rússia e do Ocidente com o Leste Europeu, região na qual a Rússia se propõe como líder regional. Constatou-se que esta região está sob disputa de influência mesmo antes da existência do Estado. Por último realizou-se um estudo de caso quanto à Ucrânia como Estado independente. Para isso, retomamos a relação da população e território ucraniano com a Rússia e as marcas deixadas pelo período da URSS. Também realizamos uma análise dos 6 governos ucranianos desde a independência e a relação desses com a Rússia e o Ocidente. Visto isso, conclui-se que a Ucrânia é um país-chave na balança de poder do Leste Europeu por diversos motivos e a política externa ucraniana é muito afetada pela relação de disputa entre a Rússia e o Ocidente. Também, fica claro o papel central da concepção de nação e nacionalidade para as atuais disputas e possibilidade de interferências na política ucraniana. Além disso, é feita uma análise dos interesses russos e americanos na manutenção da liderança regional ou impossibilidade desta na região do Leste Europeu.

Palavras-chave: OTAN; liderança regional; nação; Europa; Leste Europeu.

ABSTRACT

This research proposed to carry out an analysis on Russia's relationship with Ukraine empathizing how the West intervenes in this relationship, and how this is influenced by the Russian interest in the formulation of a multipolar International System. Therefore, concepts were sought to develop this analysis and to redesign the historical aspects of the constitution of the Russian State and the relations with the current Ukrainian territory and population. Then, the relations between Russia and the West with Eastern Europe, a region where Russia proposes itself as a regional leader, are superficially addressed. It was found that this region was under an influence dispute even before the existence of the State. Finally, a case study was carried out regarding Ukraine as an independent state. For that analysis, we bring up the relationship of the Ukrainian population and territory with Russia and the marks left by the USSR period. We also fulfill an analysis of the 6 Ukrainian governments since their independence and their relationship with Russia and the West. In that light, it is concluded that Ukraine is a key country in the balance of power in Eastern Europe for several reasons and Ukrainian foreign policy is greatly affected by the disputed relationship between Russia and the West. Also, it is clear the central role of the conception of nation and nationality for the current disputes and the possibility of interference in Ukrainian politics. In addition, an analysis is made on Russian and American interests in maintaining regional leadership or its impossibility in the Eastern European region.

Keywords: NATO; regional leadership; nation; Europe; Eastern European.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - EXTENSÃO DO IMPÉRIO RUSSO, ANEXAÇÕES E ÁREAS DE INFLUÊNCIA.....	30
MAPA 2 - MODIFICAÇÕES DOS LIMITES DA RÚSSIA CONFORME O TEMPO NO LESTE EUROPEU.....	52
MAPA 3 - LESTE EUROPEU.....	54
MAPA 4 - ALARGAMENTO DA OTAN AO LESTE EUROPEU.....	61
MAPA 5 - REVOLUÇÕES COLORIDAS	63
MAPA 6 - TERRITÓRIO UCRANIANO INVADIDO ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2022..	71
MAPA 7 - DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DO “TERCEIRO” TURNO DAS ELEIÇÕES UCRANIANAS DE 2004.....	77
MAPA 8 - DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES UCRANIANAS DE 2010.....	79
MAPA 9 - PORCENTAGEM DE VOTOS POSSÍVEIS ATRIBUÍDOS A PETRO POROSHENKO NAS ELEIÇÕES UCRANIANAS DE 2014.....	83
MAPA 10 - PRIMEIRO TURNO DA ELEIÇÃO À PRESIDÊNCIA DA UCRÂNIA DE 2019.....	86

LISTA DE ABREVIACÕES

SI - Sistema Internacional

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação e na Europa

ONU - Organização das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UE - União Europeia

TTP - Teoria de Transição de Poder

CEEA - Comunidade Econômica Euroasiática

UEEA - União Econômica Euroasiática

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

CEI - Comunidade dos Estados Independentes

GUAM - Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	6
LISTA DE ABREVIACÕES	7
INTRODUÇÃO	9
1. CONCEITOS	13
1.1 POLÍTICA E ESTADO	13
1.2 NAÇÃO E NACIONALISMO	15
1.3 LIDERANÇA REGIONAL	22
2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO RUSSO	28
2.1 OCUPAÇÃO MONGOL	28
2.2 IMPÉRIO RUSSO	30
2.3 UNIÃO SOVIÉTICA	33
2.4 GOVERNO YELTSIN	39
2.5 GOVERNO PUTIN	43
2.6 O QUE FOI CONSTRUÍDO	51
3. LESTE EUROPEU E SUAS RELAÇÕES	55
3.1 LESTE EUROPEU E A RÚSSIA	56
3.2 OCIDENTE E RÚSSIA, A DISPUTA PELA INFLUÊNCIA	59
3.3 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E BLOCOS NA REGIÃO	66
4. UCRÂNIA	70
4.1 COMPOSIÇÃO UCRANIANA	70
4.2 DISPUTA DE INFLUÊNCIA NA UCRÂNIA	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Quando se fala da Rússia, há uma disputa histórica de narrativas quanto à presença, atuação e composição do Estado e território russo no ambiente internacional. Em grande medida, o que se lê no Ocidente, quanto à Rússia, é algo altamente enviesado e simplista. Isso acontece, em grande parte, porque a lógica russa não se encaixa nos padrões ocidentais, seja política, cultural, acadêmica ou econômica.

Alguns estudiosos sobre a Rússia trazem como um problema recorrente na história russa as diversas vezes em que, inclusive, líderes russos buscaram importar modelos europeus para esse país. Consideram um problema, pois se deixa de lado toda a história e bagagem de um povo que não possui características comuns em sua formação com a Europa. Hoje, encontramos uma Rússia que abandonou as tentativas de inserção e harmonia com o Ocidente¹ através do mimetismo — esforço que se inicia com Putin.

Montaremos um horizonte quanto às relações e disputas existentes no território, compreendendo o âmbito geral, o que permite analisar o caso específico da Ucrânia, sua história, composição, relações e como se encontra em meio à disputa dos competidores de influência. Dessa forma, será possível responder a seguinte pergunta: *Como a Rússia se relaciona com a região próxima na busca pela aceitação como liderança regional e quais as implicações para a Ucrânia?*

A temática do presente trabalho é o estudo das relações da Rússia, da União Europeia e da OTAN, estas duas como forças ocidentais, e a disputa de influência na região de divisa da UE e a Rússia, com um olhar mais atento à Ucrânia. Esse estudo busca, em segundo plano, trazer uma visão mais objetiva aos acontecimentos, no sentido de apresentar a sua complexidade sem indicar uma perspectiva correta e outras errôneas, e fazer o exercício de analisar as características russas sem a intenção de enquadrá-las nos conceitos ocidentais que se encontram nesse trabalho, mas sim, comparar os conceitos, analisar como são operacionalizados pelo Estado russo e o que se encontra no país.

Existem diversos fatores que resultam nessa disputa de influência, na arena global, mas também no Leste Europeu. Do ponto de vista histórico-cultural, a Rússia possui uma visão imperialista de que os povos dos países que antes compunham a União Soviética são

¹ Utilizamos “Ocidente”, com letra maiúscula para se referir à Europa e América do Norte que são responsáveis pelo desenvolvimento moral e cultural do que se considera “ocidental”.

inerentes a si (COLIN, 2007, p. 25-26). Tal postura possui aspectos encontrados na cultura russa desde o Império Russo.

Já, pela política de securitização, a área desses países é determinante tanto para a segurança da Rússia, quanto de interesse da OTAN. Esse é um dos principais motivos que provocaram a guerra em curso no presente ano. Composto a isso, para a economia, os países que ali se encontram são responsáveis por etapas de diversas cadeias de produção e possuem reservas de minérios.

Tendo isso em vista, temos como interesse, em um primeiro momento, apresentar conceitos que nos ajudarão a realizar uma análise sobre a formação institucional russa, que será apresentada em seguida. Apontando as influências externas mais significativas, os períodos - Mongol, Império Russo, União Soviética e o Estado Russo - e como cada um deles influenciou no entendimento russo de seu Estado presente e do Ocidente (Europa e Estados Unidos). Além disso, daremos atenção à região em disputa e ao relacionamento dos países que lá estão com as forças disputantes. Isto para estabelecer quais são os interesses e visões sobre as diferentes narrativas e interesses das potências.

A relevância dessa pesquisa se encontra no estudo da postura russa quanto aos seus países vizinhos e interferências ocidentais nas suas fronteiras, buscando criar um maior entendimento dessas relações. Essas relações e região foi e ainda é um dos pontos de conflito no ambiente internacional. Isso ocorre por vários fatores: se encontra na transição do Ocidente e Oriente ideológico; possui grandes forças regionais em disputa (UE e Rússia) de influência sobre Estados periféricos e é uma área de grande importância econômica e estratégica de várias cadeias de produção.

Outro fator que impulsiona o interesse nessa pesquisa é o fato de essas disputas terem se acirrado novamente, mostrando capacidades e fraquezas da Rússia que já haviam parado de ser analisadas tão ostensivamente. Nesse momento, com os atuais acontecimentos, há a possibilidade de se fazer uma releitura mais complexa. Essa proposta de pesquisa se torna mais relevante devido à escassez de dados seguros oferecidos pela Rússia, assim como considera que os novos acontecimentos possibilitam compreender melhor as motivações das ações passadas.

A estrutura deste trabalho está dividida em quatro capítulos com objetivos específicos, mas interdependentes para a compreensão da temática. Trabalharemos com

conceitos e contextos com vistas a trilhar um caminho do geral para o específico, utilizando os dois primeiros capítulos aplicados no estudo de caso do terceiro e quarto.

O primeiro capítulo traz os conceitos que serão utilizados nos demais capítulos e serão de grande valia para a análise dos atores e relações desse estudo de caso. Como autores base do horizonte conceitual temos: Max Weber, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Milton Santos e Detlef Nolte. Esses autores compõem uma visão multifacetada da relação, uma vez que temos referenciais da Ciências Políticas, Ciências Sociais, História e Geografia. Esse fator traz a possibilidade do desenvolvimento na área de Relações Internacionais que é propriamente multidisciplinar. Logo, o objetivo específico deste capítulo é apresentar os conceitos que serão utilizados para a análise.

Por sua vez, o segundo capítulo apresenta fatores da formação e história — Império Russo, União Soviética, Estado Russo até Putin — do atual Estado Russo com um apanhado de características do pensamento russo e quais os fatos históricos que as compuseram. Isso, no intuito de observar as peculiaridades que trazem aos posicionamentos e formatos das relações do Estado Russo com o Ocidente e o exterior próximo russo².

Já o terceiro capítulo faz um apanhado da composição dessa região de transição e das políticas e relações da Rússia e Ocidente na disputa de influência. Busca compreender as interações e posicionamentos de política externa dos chamados países “tampões”. O objetivo deste capítulo é trazer o panorama da região como um todo, o que permitirá uma análise do contexto e características que levaram à atual guerra na Ucrânia.

Por último, entraremos no estudo de caso específico da Ucrânia. Neste capítulo nos ocuparemos com a história da região e de sua ligação com a Rússia, especialmente o que os dois países compartilham. Também faremos uma análise de cada um dos 6 governos ucranianos com foco em como se relacionam tanto com a Rússia, quanto com o Ocidente. Finalizando esse capítulo, buscaremos realizar um balanço da importância das características e interesses do Estado Ucraniano.

Este trabalho é um estudo de caso que tem como base a contextualização histórica do desenvolvimento dos Estados e relações da Rússia e Ucrânia. Conta também com a revisão bibliográfica dos conceitos necessários e o que pensadores dizem a respeito. Isso, para um maior embasamento da análise de discursos e políticas externas do caso ucraniano. Este

² Termo utilizado para se referir à zona de influência russa representada pelos países ex-soviéticos. Esse termo é utilizado por Sakwa (BRODER, SAKWA, 2022), Souza e Machado (2014), Ribeiro (2014) e Fortes (2017).

trabalho foi feito de acordo de uma abordagem teórica constitutiva pelo método de estudo de caso com análise da trajetória da Rússia e da sua relação com o Ocidente e a trajetória da Ucrânia como Estado independente.

1. CONCEITOS

Como explicado na introdução, a análise proposta por esse trabalho tem como base um arcabouço conceitual que serão os principais mecanismos para o desenvolvimento dessa análise. Entendemos como importante a utilização de conceitos de diferentes campos disciplinares para um bom desenvolvimento de análise na área de Relações Internacionais, uma vez que essa é definida pela aplicação de conhecimento de outras no objeto “relações internacionais”.

Os conceitos explorados neste capítulo são: Estado, política, nação, nacionalismo, território, região e liderança regional. Utilizaremos referenciais da ciência política, social, histórica e do ramo mais específico das Relações Internacionais naqueles que exigem tal distinção.

1.1 POLÍTICA E ESTADO

A formação da ideia de Estado surge das estruturas e defasagens da época dos impérios. Esse fenômeno social se inicia na Europa e é conceitualmente formulado no contexto europeu. Mais tarde é exportado às outras partes do mundo. Para trabalharmos com ele, é necessário sempre pensá-lo como um fenômeno ocidental, eurocêntrico e exclusivo da política moderna.

A definição de Estado mais utilizada pela Ciência Política e pelas Relações Internacionais é cunhada por Max Weber. Para compreendê-la, precisamos trabalhar com o conceito e definição de política e Estado defendida por ele. O conceito mais amplo de política é “qualquer tipo de liderança independente em ação”, mas para as análises quanto ao Estado, sua composição e dinâmica, é preciso afunilar o conceito, deixando-o mais específico.

Sendo assim, Max Weber (2000) entende a política como “apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política e, daí hoje, de um Estado” (WEBER, 2000, p. 55). Isto é, a política está nas ações de um grupo com capacidade de ação e influência capaz de tomar decisões, ou ao menos impactar, que são capazes de modificar algo nas forças ou lógica do Estado.

Weber (2000) traz o termo “associação política” para se referir às outras estruturas de organização da sociedade além do Estado, como os reinos feudais e os impérios. Trazer essas outras estruturas à discussão é necessário para a definição de Estado. Isso porque o Estado não pode ser definido pelos seus fins, afinal, essas outras associações políticas atuaram nas

mesmas esferas e com tarefas semelhantes. É preciso buscar as peculiaridades, ou *meios*, do Estado para a sua definição.

Nesse sentido, parte da definição de Estado é o uso da força física, pois apenas ele tem a legitimidade para tal, ou seja, um meio específico do Estado (monopólio). A força física é importante por sua especificidade, não pelo seu uso, até porque, na ausência de conflitos extremos, esse é o meio menos utilizado. Apesar de outras associações políticas já terem feito uso da força física e de organizações e indivíduos recorrerem a tal meio na contemporaneidade, o fizeram ilegitimamente. Entretanto, vale lembrar que o monopólio do uso legítimo da força física é delimitado por um território, outra característica do Estado. Weber (2000) explica que, nesse território, o Estado pode conceder o “direito” ao uso da força, mas que segue sendo a única fonte dele.

Claramente, esse monopólio torna o Estado detentor de imenso poder real dentro do território, seja por esperança ou medo. O que nos direciona à definição de política que, para o entendimento do Estado, é trabalhada por Weber (2000) — e por nós na reflexão deste trabalho — como “a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder” (WEBER, 2000, p. 56). Assim, uma decisão política é aquela que envolve o poder — seja material, jurídico ou abstrato; seja distribuição, manutenção ou transferência — do Estado.

Sendo assim, podemos sintetizar que o Estado é detentor do poder que o monopólio do uso legítimo da força possibilita e esse monopólio e poder estão delimitados ao território. Para além disso, a política é o conjunto de ações e a dinâmica de influenciar ou determinar o uso desse poder.

Weber (2000) afirma que essa legitimidade do domínio do uso da força se justifica por três tipos “puros”: a) o tradicional, que se refere a uma noção de tradição eterna, baseada no conformismo, pela ideia de que é “seu” por direito. Legitimidade presente em monarquias e na instituição papal, por exemplo; b) a carismática, é a legitimidade mais personificada, diz respeito à confiança sob aquele indivíduo que é considerado completamente devoto à sua função. O herói, líder nato, escolhido pelo povo; c) legal, essa, diz respeito à noção de que a legitimidade se dá de acordo com a validade da constituição, estatuto legal, que aquele que faz uso da força é apenas um aplicador da lei.

No segundo capítulo iremos abordar a construção do Estado Russo, a sua base de percepção de comunidade do ponto de vista étnico, não de nação, os tipos de poder que mais se encaixam às percepções da população e à história pouco associada aos costumes Europeus, mesmo com as diversas tentativas de ocidentalização. Nos dedicaremos a interrogar e elaborar respostas à seguinte questão: será que o Estado, esse fenômeno social europeu, ocidental e

moderno possui permeabilidade em um país onde o caráter étnico, autoritário e com origens não europeias encontra permeabilidade e é capaz de funcionar de forma orgânica à sociedade?

1.2 NAÇÃO E NACIONALISMO

Continuando o nosso repertório conceitual para a presente pesquisa, trabalharemos com os conceitos de nação de Benedict Anderson, a qual é por ele apresentada como “Comunidade Imaginada” e as reflexões trazidas por Hobsbawm sobre nacionalismo, que apesar de não buscar a configuração de um conceito, traz boas contribuições ao debate.

Com Anderson, a primeira coisa que devemos ter clareza é que a nação e, conseqüentemente, o nacionalismo são fenômenos peculiares do Estado Moderno. A nação é um conceito que foi construído apenas no século XVIII e surge em meio a uma intensa mudança na hierarquia da sociedade. Em um momento em que o poder monárquico e religioso perdiam forças e as estruturas sociais ganhavam maior rigidez, ao mesmo tempo que o indivíduo conquistava mais possibilidades.

Anderson (2008) define nação como “uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Sobre o termo comunidade, o pensador Ferdinand Tönnies entende que “uma teoria da comunidade teria que adensar fundamentalmente sua raiz nas disposições gregárias estimuladas pelos laços de consangüinidade (*sic*) e afinidade (sejam relações “verticais”, entre pais e filhos, ou “horizontais”, entre irmãos e vizinhos), se caracterizando pela inclinação emocional recíproca, comum e unitária; pelo consenso e o mútuo conhecimento íntimo” (TÖNNIES, 1942 *apud* BRANCALEONE, 2008, p. 100). Ou seja, a comunidade está naquilo que é compartilhado por um grupo e se possui o sentimento de intimidade.

Benedict Anderson traz a ideia de comunidade imaginada no sentido de que, devido ao tamanho de uma nação, é impossível que um indivíduo conheça cada um dos membros da comunidade, mas, mesmo assim, ele sabe (imagina) que essas pessoas existem e possuem um elo comum. Esse elo torna possível uma concepção de “camaradagem horizontal”, intimidade, a qual ocorre independente da classe social e de lógicas de exploração.

Quanto ao caráter limitado da nação, Anderson explica que como a nação é pensada como uma comunidade e a percepção de “comum” exige o incomum, além do seu limite existe uma outra comunidade com características incomuns à primeira. Dessa forma, o motivo para a nação ser limitada é a imagem da existência de outras nações justapostas.

Já o pensamento de soberania da nação é construído a partir do anseio de a nação se autogovernar. Quando a nação imaginada e o Estado se sobrepõem, esse pensamento passa a possuir raízes na realidade, compondo com a soberania do Estado. Acredito que boa parte desse entendimento da nação como soberana ter surgido vem também do enfraquecimento da legitimidade divina na época da formação do conceito.

Essas características possuem influência do momento histórico em que a ideia de nação se formou e é essa relação que daremos atenção agora. Entre as mudanças mais importantes desse período para o que estamos analisando estão: 1) o crescente pluralismo religioso e, com ele, a mudança da legitimidade do Estado; 2) a mudança da organização por estamentos para a organização do rei; 3) a evolução da imprensa. O primeiro interfere e ocupa, parcialmente, o mesmo espaço que a nação vem a ocupar, em parte, quanto à soberania e ao senso de comunidade. Um exemplo disso é a Igreja Católica que se manteve hegemônica na Europa por muito tempo, mas com o aparecimento de outras vertentes do cristianismo, como as Igrejas Luterana e Anglicana, houve um declínio na influência do catolicismo sobre as pessoas e, conseqüentemente, da legitimidade divina dos reis.

A mudança da legitimidade do Estado, por sua vez, é provocada pelo abalo na relação entre a divindade e o rei. Ora, enquanto se compreendia a Igreja Católica, e o papa - como a representação da vontade de Deus na terra -, assim como as relações dos reis com essa Igreja, estava garantida a legitimidade divina à organização da sociedade representada pelo rei. Entretanto, com os rompimentos de reis, como Henrique VIII e outras tensões entre a Igreja Católica e o poder monárquico europeu, a soberania construída pela legitimidade divina enfraqueceu. É válido lembrar que não estamos dizendo que a nação vem como substituta da religião, ela funciona como uma segunda forma de legitimidade, mais atrelada ao Estado e às suas leis.

Com base no pensamento de Anderson se entende que, quanto ao senso de comunidade — em termos de macro comunidade, muito mais voltado à nobreza —, a religião também possuía uma grande importância na sua manutenção. Enquanto o catolicismo se mantinha forte, ele representava o elo comum para grande parte da Europa. Esse elo tão amplo — outra comunidade imaginada, mas religiosa e não tanto política — possuía uma relação simbiótica com o mecanismo das realezas. Isso porque como os reinos não possuíam fronteiras fixas e, através de casamentos entre príncipes e princesas, os reinos poderiam aumentar ou diminuir de extensão, o catolicismo fazia a manutenção da legitimidade e comunhão (ANDERSON, 1983, p 48).

Assim sendo, quando a flexibilidade de fronteiras se tornou menor, pela busca incessante do humano pelo motivo das coisas serem como são, o catolicismo deixou de justificar essas fronteiras, uma vez que as ultrapassa, passa-se a buscar outra justificativa, daí advém o surgimento das ideias de nação e de nacionalismo. Ideias orientadas pelo fator de união baseada num viés mais territorialista e menos religioso.

Ainda falando sobre o poder e funcionamento dos reinos, enquanto a administração era feudal a religião mantinha o elo entre os nobres e o rei, e o resto das populações possuía apenas o senso de pequenas comunidades, essas não imaginadas, os feudos. Quando, como Weber (2000) explica, se sai da administração por estamentos, passa-se à administração diretamente para o reino, essa lógica de comunidade também deixa de justificar o reino para aqueles que antes estavam organizados em feudos e pouco imaginavam além deles. Logo, mais uma vez se vê importante um elo: mais amplo que a comunidade feudal e menos que a comunidade católica.

Já a imprensa entra como uma influente força do caráter imaginativo das pessoas e da ideia de nação, permite estabelecer um “nós” e “eles” que contenha toda a associação política e as demais, tornando, também, as fronteiras mais imagináveis. Isso tudo é possível, porque a imprensa traz notícias e informações que antes eram apenas repassadas de forma formal, sem qualquer contextualização cultural e social e com um espectro menos amplo. Com ela, as informações eram melhor difundidas e passavam a outras mazelas da sociedade, até mesmo aos analfabetos, por meio da difusão por convivência. Já as informações de outras associações políticas, com outros personagens traz ao imaginário coisas percebidas como incomuns pela população. Isso tudo é capaz de ampliar o imaginário dessas pessoas e criar um novo arsenal imaginativo, necessário para a ideia de nação ser possível.

Parte dos aspectos que dificultam a definição precisa do que vem a ser o nacionalismo são as inconcistências existentes entre a visão histórica e a visão nacionalista quanto à ideia de nação. Apesar de a nação ser um conceito e sistema cultural modernos, o nacionalismo o entende como antigo, com um passado imemorial, assim como as religiões entendem seus deuses.

Outra inconsistência é o entendimento de que a nacionalidade é algo intrínseco do ser humano — se é humano, tem nacionalidade — entretanto, nessa afirmativa é tratado como algo único, “a nacionalidade”. Como explicamos acima, a própria ideia de nação, para existir, precisa ser múltipla e diversa, isto é, que exista mais de uma nação e que sejam diferentes entre si (nacionalidade como característica de identidade).

Por fim, a inconsistência mais intrigante aos pensadores, tanto historiadores, quanto cientistas políticos: o tamanho poder político da nação sob os nacionalistas, incongruente com a fraqueza filosófica de tal sistema cultural. Como algo tão abstrato e com pouca utilidade ao indivíduo consegue promover ao mesmo tempo uma devoção tão grande, ao ponto de estar disposto a morrer por ela? Os melhores exemplos disso são guerras além-pátria, como a guerra dos Estados Unidos no Afeganistão, pois não são mobilizações em busca de segurança e proteção, são em defesa da honra nacional.

Inconsistências também são encontradas nas religiões, esta inconsistência — capaz de levar pessoas à guerra sem um embasamento filosófico ou lógico —, é inclusive compartilhada entre o nacionalismo e as religiões. Benedict Anderson (2008) traz à discussão a característica das religiões de ser capaz de acalantar os indivíduos frente às adversidades, às misérias humanas e até mesmo ao efeito da certeza da morte. Em outras palavras, as religiões têm o poder de dar esperança e motivar a seguir.

No século XVIII, na Europa Ocidental, coincide a formação do pensamento nacionalista, o Iluminismo e a decadência do modo de pensamentos religiosos. Benedict traz o entendimento que isso não foi ao acaso, o Iluminismo surge com um viés racional que desestabiliza as religiões, aquilo que era capaz de apaziguar o sofrimento humano, o qual, por sua vez, não foi diminuído. Neste meio surge o nacionalismo, que divide a função de motivar a vida do povo com as religiões.

Como vimos, Benedict Anderson define a nação como uma comunidade política imaginada, isso porque as pessoas que a ela pertencem possuem um elo comum. Essa comunidade é imaginada soberana em seu território, o qual é limitado. Por sua vez, o nacionalismo é um sistema cultural, como as religiões, não somente uma ideologia. É muito mais emotiva que racional, e pragmática, e possui a capacidade de engajar a população em torno de causas pouco racionais, muito mais ligadas a questões abstratas, como honra e orgulho. Além disso, ela se assemelha à religião quanto à função que realiza na sociedade: manter o senso de comunidade e a motivação da população, acalutando o sentimento humano.

Já Eric Hobsbawm (1990) contribui conosco com diversas interpretações de nação na história e mostra como elas influenciaram as épocas. Entretanto, apesar de não buscar definir, Hobsbawm traz características fixas dos conceitos e realiza análises das falhas das definições tratadas. Para entender melhor o por que da forma como Hobsbawm expõe as questões, é importante compreender o que ele se dispõe realmente a fazer e qual é o seu posicionamento.

Nesse esforço de estabelecer quanto a que irá tratar em seu livro e quais são as bases de análise, Hobsbawm traz cinco posicionamentos que o guiarão no livro. Essas são:

1. A definição na qual ele se baseia para o termo nacionalismo é a de Gellner (1983), o nacionalismo como um dos princípios que sustentam a unidade política e nacional, com o qual deve ser congruente. Hobsbawm acrescenta a essa definição que aqueles que o possuem (os nacionalistas) têm deveres prioritários perante a nação, à frente de qualquer outro dever. Assim, ele diferencia o nacionalismo moderno de outras relações entre associação política e o indivíduo.
2. A “nação” não é uma entidade social originária ou imutável. Como veremos mais à frente, o entendimento moderno de nação (como entidade social) é recente e está em constante transformação, modifica-se de acordo com o entendimento que a sociedade daquele local e época tem dela. A nação para Hobsbawm só é entendida como uma entidade social (Estado-nação) quando está relacionada a um Estado territorial moderno.
3. Hobsbawm afirma que “As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências” (HOBBSAWM, 1990, p.19). Isso porque ele entende que é necessário um certo desenvolvimento e base forte do Estado para que o Estado-nação exista, como uma língua padronizada nacional (base), para isso ser possível é necessário que o Estado tenha alcançado a alfabetização em massa, por exemplo.
4. As nações como fenômenos duais. Apesar de serem construídas de cima para baixo, tendo a população como alvo desse fenômeno, não é possível compreender a nação sem analisar os interesses da população, indo além da visão do Estado. Eric Hobsbawm trata essa análise como importante porque a ideologia dos Estados não é um reflexo do pensamento dos cidadãos; além disso, a identificação nacional nunca é a única identificação do indivíduo e não se pode presumir que é a mais elevada (nem todo cidadão é nacionalista). Outro motivo é que a identificação nacional não é imutável, pode mudar e deslocar-se no tempo.
5. O desenvolvimento das nações e do nacionalismo em Estados “antigos” onde esse desenvolvimento ocorreu de forma gradativa não possuíam alto interesse para estudo — pela interpretação dessa autora, junto a isso vem uma baixa contestação dessas nações. Enquanto isso, há um grande interesse pelos movimentos nacionais com intenções de ascender como Estado.

Para entender melhor o segundo posicionamento, Hobsbawm traz o fato de que a palavra “nação” só passa a ser trabalhada nos sentidos e meios que costumamos fazer hoje a partir do século XVIII. Ou seja, o conceito é relativamente novo e não possui um passado imemorial — como Benedict Anderson mostra que é a tendência do pensamento dos nacionalistas. Outra tendência do pensamento nacionalista que ambos os autores convergem é o mito de a nação ser inerente ao humano. Porém, Hobsbawm vai além e afirma que é o Estado e o nacionalismo que formam a nação e não o oposto.

Como vimos com Benedict Anderson, comunidades são geradas pelo compartilhamento de algumas características que criam um sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o mais comum a se pensar são a etnicidade e a língua, não por acaso, muitos pensadores ao tentar definir nação vão por esse caminho, mas Hobsbawm traz diversos problemas dessa tentativa de relação.

Em primeiro lugar, tanto a língua, quanto a etnicidade são mutáveis e abstratas, não sendo centrais para a definição de nação, de acordo com Hobsbawm. Muitas pessoas podem falar uma mesma língua e não se identificarem como uma mesma comunidade, pois apesar de várias comunidades terem uma língua comum e serem capazes de se comunicar e conviver, isso não é o suficiente para torná-los “irmãos”, de se identificarem como um só povo.

Hobsbawm ressalta que apesar de esses conceitos não possuírem utilidade à definição de nação e, por esse motivo, pouco contribuirão para as ciências sociais, aos interesses propagandísticos da nação, foi e é útil. Na opinião dessa autora, mesmo que para as ciências sociais, no esforço de pensar a nação, seja pouco útil, o é ao se pensar nacionalismo. A propaganda é a forma como o nacionalismo é difundido, de cima para baixo, tornam esses artefatos, língua e etnicidade, preciosos na compreensão dessa difusão. Como Benedict traz, o nacionalismo possui dogmas, os quais não têm preocupação com o processo científico, a racionalidade ou a história, mas são capazes de mover multidões comovidos pela comunhão. Nesse sentido a propaganda, baseada na etnicidade e na língua, é capaz de fortalecer o nacionalismo.

Hobsbawm discute o fator multifacetado da nação e do nacionalismo. Ele afirma que não é impossível reduzir esse conceito a uma única dimensão, como a cultural, política ou territorial. Pois mesmo que um indivíduo não partilhe algumas dessas facetas, ele pode, mesmo assim, ser compreendido como parte dessa nacionalidade.

Quando o termo nação passa a ser usado, ele unifica o povo e o Estado e traz as ideias de cidadania e soberania coletiva, no qual o Estado é a expressão política do povo. Uma vez que o Estado possui uma íntima relação com o território, quando a nação é unida a ele,

por questão lógica, a nação passa a ter essa mesma relação com o território. Já devido ao seu significado de soberania coletiva, quando se fala em “o melhor para a nação” se volta a ideia de um interesse coletivo sendo priorizado perante interesses individuais.

Sendo assim, apesar de não buscar definir nação, Eric Hobsbawm (1990) aglutina uma série de características da nação, nacionalismo e nacionalidade. O termo nação surge da ideia de uma unidade étnica, mas o termo moderno que acompanha o Estado moderno tem como ideia principal a unidade política, o compartilhamento de um mesmo sistema político, logo, só existe em relação com o Estado. Consequentemente a isto, também possui relação com o território. Entretanto, vale lembrar que apesar do fator étnico não possuir mais papel central, ele não deixa de ter correlação com o conceito e sentimento de nação ou nacionalidade.

Para além disso, Eric Hobsbawm compreende que no momento em que escreve (1917), não é possível definir “nação”, pois seria um conceito novo e esse segue em transformação, modifica-se conforme o seu entendimento no período e é multifacetado, não é compreendido apenas pela política ou pela economia. É formado de cima para baixo, da classe institucional até o povo, mas só pode ser analisado corretamente se observar os interesses do povo, pois a nação é altamente correlacionada à cidadania e é composta pela ideia da soberania coletiva.

A nação é uma entidade social, cuja formação só é possível devido à existência do nacionalismo e do Estado, esses formam a nação. Para essa formação é necessário o desenvolvimento e a base forte do Estado, logo, pode ser compreendida como um estágio do Estado, o Estado-nação. A formação das nações pelo mundo não se deu de forma regular e homogênea, mas sim de forma regional e localizada.

Como veremos no próximo capítulo, Putin parte dessa perspectiva da necessidade de um Estado forte para a formação de uma nação. Em meio a seus discursos, ele faz uso do fortalecimento do Estado para justificar o caráter autoritário de seu governo e mesmo 20 anos depois, mantém uma aprovação acima dos 60% (BRODER, SAKWA, 2022).

Por sua vez, a nacionalidade não é entendida por Hobsbawm como imutável, a identidade nacional pode deslocar-se no tempo. Prova disso é que a consciência nacional não se desenvolve de forma regular, mas de forma irregular entre as regiões e classes da sociedade. Neste sentido, veremos que os russos sofreram uma grande mudança quanto a percepção de nacionalidade na transição da União Soviética para o Estado russo independente, o que até hoje não foi completamente sanado.

Já o nacionalismo, esse como formador da nação, é uma percepção catalisadora de unidade política e nacional. É responsável por criar elementos irracionais que levam a importância da nação a outro nível na compreensão da população. Para isso, faz uso de características étnicas e linguísticas para fortalecer o laço comunal e criar um passado imemorial. Com esse caráter altamente emocional que possui hoje, o nacionalismo é capaz de trazer a aqueles que se identificam com ele a imagem de que os deveres com a nação são prioritários, acima de qualquer outro.

No segundo capítulo veremos essas questões empregadas ao caso russo: como os russos sofreram uma grande mudança quanto a percepção de nacionalidade na transição da União Soviética para o Estado russo independente, o que até hoje não foi completamente sanado; como Putin faz uso do nacionalismo, visando a criação de uma identidade nacional e como faz uso da língua e etnicidade para isso.

1.3 LIDERANÇA REGIONAL

Como veremos no decorrer deste trabalho, a Rússia passa a buscar a manutenção de sua influência nas áreas que antes compunham a URSS. Entretanto, a forma como isso passa a ser feito se modifica, pois agora se tratam de Estados e relações internacionais. Para analisarmos essas relações faremos uso das contribuições de Detlef Nolte (2006) ao pensar as lideranças regionais, as grandes e médias potências, e também as relações regionais. Porém, como sabemos, a Rússia possui várias peculiaridades que tornam necessária a adaptação desses pensamentos para o caso. Para nos ajudar a pensar a liderança regional, antes iremos abordar o conceito de “território” de Milton Santos e a constituição de “região” que Detlef Nolte faz uso.

Milton Santos, o geógrafo brasileiro mais importante até este momento, traz em seu livro *Por uma Geografia Nova* (1990) o conceito de território como espaço de uma nação, o qual é delimitado e regulado. Em outro dos seus livros — *A Natureza do Espaço* (1996)— ele desenvolve melhor o conceito e explica a diferença entre espaço geográfico e território, além disso estabelece que o território possui a seguinte configuração:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 1996, p.51).

Como Santos entende o espaço geográfico como o sistema natural, e com menor importância, e ação humana, a diferença entre esse e o território é exatamente o foco. O território é definido pela materialidade, construída pelo humano e carregada de signos técnicos, sociais e culturais. Nesta pesquisa, trabalharemos com o conceito de território como: o espaço de uma nação — composto por sua materialidade —, regulamentado e delimitado.

Já para o conceito de região, nos baseamos na caracterização que Detlef Nolte utiliza ao desenvolver sua teoria quanto às lideranças regionais, tema deste subcapítulo. Para isso ele utiliza uma caracterização de região do ponto de vista de um complexo regional de segurança.

Assim sendo, a região no sentido de um complexo regional de segurança se constitui na base das interdependências na área de segurança tanto no âmbito material como a nível subjetivo. Não é necessário que também se constitua como região em outras dimensões."³ (NOLTE, 2006, p.27, tradução da autora). Ou seja, para o entendimento de região sob a ótica de securitização, a região é formada por um conjunto de países que possuem uma interdependência em aspectos materiais e subjetivos. Podem haver outras correlações entre os países, mas apenas o aspecto securitário já é suficiente para constituir uma região.

Como veremos no capítulo 3 e na conclusão, há uma disputa quanto à região do Leste Europeu neste sentido, por parte da OTAN e principalmente da Polônia. Também veremos uma luta histórica russa pela inclusão na concepção de região securitária da Europa como um todo.

O grande tema sobre o qual Nolte se debruça é a estrutura hierárquica entre os países e as capacidades de influência de cada um dos níveis. Parte importante desse entendimento é avaliar as arenas onde essa hierarquia se apresenta, como o poder de veto em instituições internacionais. Esses espaços que possuem grande capacidade de ação e influência, são ocupados pelos Estados dos mais altos níveis hierárquicos. Para a análise da hierarquia, Nolte defende que é necessário que se divida o poder em aspectos — militar, econômico e questões transnacionais (terrorismo, questão climática, sanitária e pandemias). É possível entender que, do ponto de vista militar, vivemos em uma hegemonia, entretanto, ao pensar do ponto econômico, isso já não é tão claro.

O que justifica essa postura de análise é o fato de que os meios de poder de uma das dimensões não é capaz de interferir em outra, são sistemas fechados. O poderio militar não interfere no econômico e nem no transnacional e vice-versa. A hierarquia internacional é o

³ “a base de interdependencias en el área de seguridad tanto en el ámbito material como a nivel subjetivo. No es necesario que también se constituya como región en otras dimensiones.” (NOLTE, 2006, p 27. Citação original em espanhol)

reflexo da distribuição dos recursos de poder, aqueles que concentram os meios de poder estão no topo da hierarquia.

Para explicar as relações de poder entre a hierarquia, Detlef faz uso da Teoria de Transição de Poder (TTP). Essa teoria parte do princípio de que o sistema internacional é estável quando é unipolar. Nessa teoria, o objetivo dos países à ascenderem é a maximização do poder e dos ganhos de bens escassos no sistema internacional. Parte importante dessa ascensão é o reconhecimento das outras potências, pois é ele que legitima o posto que se considera ocupar, tanto a autopercepção quanto a percepção externa a respeito de um Estado é fonte de recursos. Esta busca por ascensão e métodos para alcançá-la vão além da superpotência, é compartilhada por todo o sistema.

Nesta mesma ordem, Nolte traz o modelo de múltiplas hierarquias, um modelo da Teoria de Transição de Poder (TTP), o qual traz como máxima a existência de subsistemas paralelos que constituem o Sistema Internacional. Estes subsistemas seguem a mesma lógica que a TTP utiliza para analisar o sistema global, uma vez que compõem o SI. Ou seja, mesmo que um Estado seja dominante em sua região, ele ainda está submetido à hierarquia internacional e ocupa um local nela. Entretanto, apesar de submetido ao nível sistêmico global, a ação dos países em suas regiões é capaz de trazer impacto à hierarquia internacional.

Para compreender o que são as potências regionais em seu estado mais puro/teórico, é necessário realizar uma análise nos diferentes níveis de atuação — regional, inter regional e global. A força das potências médias regionais dificilmente vai além de relações regionais e inter-regionais, apenas são compreendidas como relevantes pelas grandes potências em questões que envolvem diretamente a região a que pertencem.

Uma das grandes diferenças do poder desse “posto” de potência/liderança regional é que há uma certa fragilidade na legitimidade dele, pois grande parte do poder advém da capacidade desse país de trazer vantagens à região. É essa capacidade que determina o consentimento deste país no posto por parte dos Estados menores.

Como as potências regionais são potências médias ou grandes, não necessariamente possuem grande poder material em termos absolutos, geralmente é apenas um poder relativo aos outros países da região que possuem menos que ela, o que justifica a sua liderança. Apesar de a justificativa ser o poder relativo, geralmente as lideranças regionais possuem um PIB alto e uma grande população.

Essa discrepância de poder na região permite que a potência regional atue com força política e militar na região, mesmo que não em outras esferas. De forma geral, se pode entender a potência regional como uma "potência relativa", pois, muito mais do que as outras

categorias hierárquicas, essa é muito mais definida pelos outros atores do subsistema do que por si, é um equilíbrio muito mais delicado. Para mantê-lo é necessário que outros atores entendam esse Estado como liderança regional, assim como outros postos hierárquicos tanto nos subsistemas, quanto no sistema global.

Esse reconhecimento é parte do valor analítico agregado ao Estado por outros atores internacionais, o qual é necessário para agir como uma liderança. A liderança regional necessita que certos Estados específicos o entendam como tal, quais sejam: outros Estados da região (não necessariamente todos, mas principalmente os de maior porte), as potências regionais de outras regiões ou a superpotência global. Não necessariamente a liderança regional requer o reconhecimento desses três, mas esses reconhecimentos condicionam o grau de poder como potência regional.

O autor traz a capacidade de ação nas instituições internacionais como um termômetro quanto ao crescimento dessas potências através da capacidade de participação nelas, tanto no sentido de protagonismo, quanto pela quantidade de instituições em que se insere.

Nessas instituições tanto as potências regionais, quanto às médias costumam liderar coalizões, podendo ser outro indicativo de força, o tamanho das coalizões que lideram. Esses dois tipos de potência se beneficiam muito de modelos de política internacional multilateral e cooperativa, principalmente nessas instituições, pois essas alianças entre países menores possibilitam uma maior equidade de poder com potências maiores em negociações.

Entre os papéis de uma liderança regional, se encontra o de estabilizador da região, mas para o cumprimento deste, é necessário um ambiente interno no Estado que o permita exercer essa função, recursos capazes de realizar uma política de manutenção ou até imposição da paz e o apoio das potências regionais e de outras, além da região.

Por fim, Nolte delimita o conceito de potência regional em:

Uma potência regional é um país/Estado que:

- faz parte de uma região bem delimitada tanto geográfica quanto economicamente e pelos próprios países da região;
- possui influência na delimitação geopolítica e na construção político-ideológica da região e para marginalizar países dela;
- tem a pretensão de ser a liderança dessa região;
- possui os recursos materiais (militares, econômicos, demográficos), institucionais (políticos) e ideológicos para a projeção do poder na região (recursos);
- está inserido na região nos âmbitos econômico, político e cultural, de forma que a sua contribuição para o PIB regional é um indicador suficiente sozinho;
- exerce grande influência em assuntos regionais (atividades e resultados);
- exerce essa influência por meio das estruturas de governança regional (organiza essa estrutura);

- define a agenda de segurança regional (existência de um complexo de segurança regional);
- A liderança regional é reconhecida ou, ao menos, respeitada pelos países da região e fora dela — especialmente pelas outras potências regionais.
- está inserido nos fóruns inter-regionais e globais, nos quais atua na defesa de seus interesses, pelo menos de forma incipiente, e onde atua como representante dos interesses regionais (representação e definição dos interesses regionais) (NOLTE, 2006, p. 18, tradução da autora).

Ao pensar as relações das lideranças regionais nas esferas inter-regional e global, Detlef Nolte observa a capacidade e importância dessas para o equilíbrio e jogo de poder em relação à hegemonia estadunidense. Neste sentido, ele afirma que a hegemonia norte-americana apenas estará em risco quando existirem potências regionais em todas as regiões, o que permitiria um peso oposto ao dos Estados Unidos, criando um equilíbrio. A ação possível para impedir isso é o apoio e fomento, por parte dos EUA, de alianças regionais contra as potências regionais.

Quanto a isso, veremos no capítulo 2 que Putin possui uma política externa em prol da formação dessas potências regionais exatamente na intenção de conseguir equilibrar a balança com os Estados Unidos. Já em contraponto, no capítulo 3 e 4 será apresentada a atuação dos Estados Unidos na tentativa de barrar a legitimação da Rússia como potência regional no Leste Europeu.

Com o que trabalhamos, é possível chegar à conclusão de que uma potência média pode atuar como uma liderança regional, mas não são todas as potências médias que o fazem, pois é necessária uma discrepância de forças na região.

No caso da Europa Ocidental, há uma concentração de potências influentes, consideradas grandes, mas não atuam potências regionais, pois não há uma relação de poder desigual o suficiente. Há uma hierarquia regional, mas a desigualdade de poderio militar e econômico não atinge níveis que possibilitem essa liderança. Esse local, de liderança regional, é ocupado de certa forma pela União Europeia e pela OTAN. Dessa forma, a Europa Ocidental defende seus interesses como um bloco regional relativamente equilibrado. Equilibrado, pois nenhum país dessa região possui força militar e econômica para impor a paz regional ou enfrentar coalizões. Na sequência desta pesquisa, nos próximos dois capítulos, recorreremos à noção de potência regional com o intuito de problematizar os conflitos de interesse no Leste Europeu, na tentativa da Rússia se propor como tal e de apresentar os atores e ações nessa disputa pela criação, ou não, da liderança regional.

2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO RUSSO

Neste capítulo faremos um apanhado da história russa. Iniciaremos com os períodos mais longínquos dela, a partir do período mongol para, então, chegar à atualidade. O objetivo principal desse esforço não é contar com detalhes toda a história russa, até porque seria descabido a uma monografia. Iremos realizar uma retrospectiva a fim de compreender um pouco a respeito do pensamento russo sobre os conceitos trabalhados no primeiro capítulo — Estado, política, nação, nacionalismo, território —, a postura do Estado quanto a eles e questões geopolíticas que interferem nos dias de hoje e outras ainda não resolvidas.

A proposta aqui é fazer um apanhado superficial do período mongol e do Império Russo, apenas para tratar do que repercute até hoje no pensamento, e um progressivo aprofundamento conforme a história se aproxima mais da atualidade e, conseqüentemente, influencia na visão de mundo e nas políticas do Estado Russo. Essa análise permitirá a compreensão de como e porque a Rússia se relaciona com os países do Leste Europeu e na disputa econômica e política com o Ocidente.

Neste capítulo também será abordada a relação russa com os conceitos de nação, nacionalidade e território. Além disso, algumas ações dos governos pós-soviéticos para a consolidação da Rússia como liderança regional serão apresentadas.

2.1 OCUPAÇÃO MONGOL

Existe uma ligação longínqua entre o território atualmente ucraniano e o *superethnos* russo. Essa é parte indispensável para pensar as relações entre a Rússia e a Ucrânia nos tempos atuais. Não é possível estudar a Rússia e o Leste Europeu sem adentrar aos enlaces das histórias desses países.

Os primórdios da história da Rússia remetem ao século IX, quando a etnia *Kievan Rus* habitava os arredores do Rio Dnieper e o território que hoje é a capital da Ucrânia, Kiev. Contudo, devido aos sucessivos ataques mongóis, os *Kievan Rus* foram obrigados a emigrar para outra região que lhes protegesse, cujo destino foi Moscou. Mesmo ao fundar o Grande Principado de Moscou, os russos estavam em significativo perigo em relação às novas invasões, uma vez que a cidade não tinha em seu arredor fronteiras naturais como montanhas, rios, desertos ou algo que o valha (AMAL, 2017, p.2).

Antes da ocupação mongol, a etnia *Kievan Rus* se manteve às margens do rio Dnieper, por quase 400 anos (AMAL, 2017). A ocupação mongol teve início no território de Moscou em 1237 e durou quase 3 séculos. Ela foi facilitada pela extensão territorial da Rússia e pela falta de fronteiras físicas com a Ásia. Nessa época, o atual território russo era dividido em principados, sem um poder central determinado. Os príncipes, durante a ocupação, agiam

como intermediários entre os mongóis e o povo, oferecendo recrutas e riquezas aos ocupantes. Em troca, essa relação com os mongóis representava força perante os outros principados. Como consequência dessa relação, o povo russo construiu uma desconfiança com as autoridades (príncipes) e a ideia de autoridade nacional. (COLIN, 2007)

Carrère indica que “foi a partir da dominação mongol que desenvolveram-se na Rússia tendências anarquistas, a propensão à recusa de todas as formas de poder, um ânimo insurrecional contra os do poder, que se manifestaram diversas vezes ao longo da História” (CARRÈRE, 2000, p.47). Essa é considerada uma das heranças deste período que teria tornado possível, mais tarde, a Revolução Russa, um período de 5 anos de desobediência ao império que levou ao seu fim através da insurreição. Para além disso, o isolamento da Europa e interpretação de o Khan ser dono da vida da população (pena de morte) e da propriedade ficou de herança à Rússia após a ocupação.

Colin entende que o isolamento da Rússia quanto ao Ocidente se manteve após a ocupação mongol por dois motivos que trazem consequências que distinguem a Rússia da Europa Ocidental. Esses motivos são: a falha do Concílio de Florença, o qual pretendia reunificar a Igreja Católica (dividida entre a tradição ortodoxa e a romana); a tomada de Constantinopla pelos turcos, que gerou um isolamento do Estado russo (COLIN, 2007).

O Concílio de Florença⁴ foi entendido como uma afronta à Igreja Ortodoxa (bizantina) e, como resposta, o Concílio dos Bispos de 1443 proibiu todos os contatos com Roma, o que promoveu o rompimento completo de laços religiosos com a Europa Ocidental. Já a tomada de Constantinopla pelos turcos, que ocorreu um século mais tarde, levou esse rompimento a outras regiões. Como consequência, a Rússia perdeu influência externa, justo no momento em que se formaram as bases do Estado Russo, o qual se prolongou do século XVI à revolução de 1917. Dessa forma, o Estado Russo foi construído em cima das tradições bizantina (o César-papismo) e mongol (despotismo e sistema senhorial moscovita) (COLIN, 2007). Colin (2007) acrescenta, ainda, que o Império Romano, com suas práticas e concepções, foi um fato compartilhado pela Europa, porém a Rússia não o experimentou. Por essa razão ela não compartilha da lógica herdada pelos demais europeus, nem da noção de Direito.

⁴ O Concílio de Florença, diz respeito ao XVII Concílio Ecumênico (1431-1439). Esse concílio buscou a unificação da igreja Romana e Ortodoxa sob o poder papal romano, houve vários desdobramentos e tensões entre o Concílio e o poder papal, Eugênio IV (REIS, 1965).

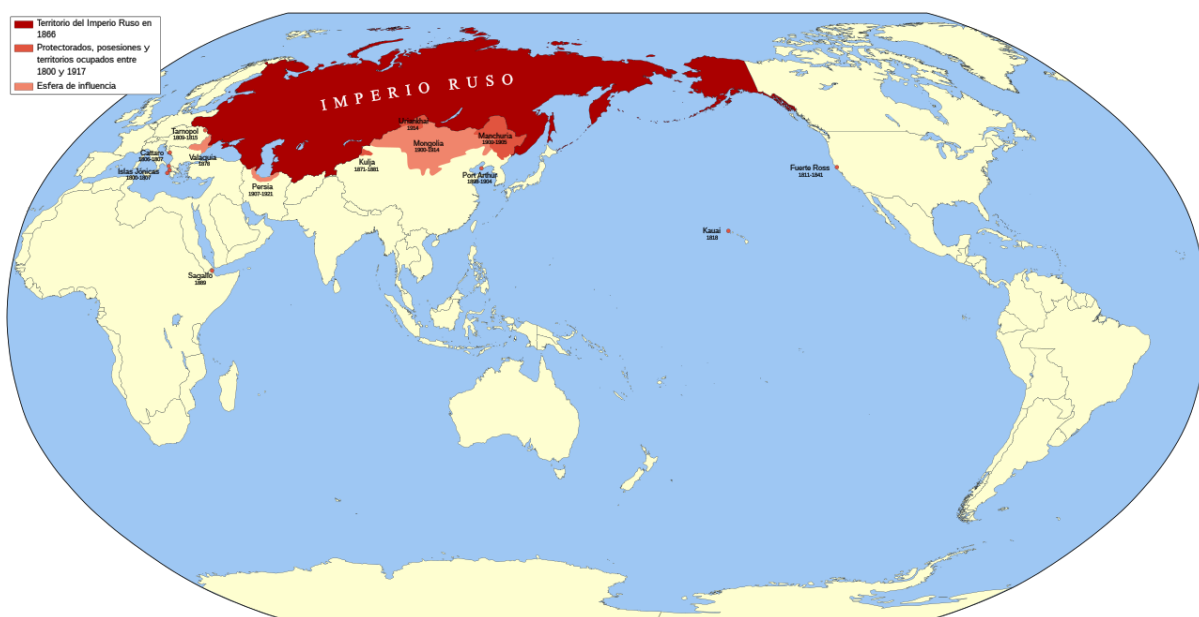
2.2 IMPÉRIO RUSSO

O Império Russo teve início em 1721, com Pedro I, O Grande. Esse período foi marcado por um sistema de governo monárquico absolutista, por consequência, autoritário, centralizador e expansionista. Como primeiro imperador, Pedro I foi responsável por um *boom* tecnológico e científico, baseado na europeização da Rússia. Isso ocorreu e modificou os valores das elites, assim como as instituições; foi imposto pela violência; desvalorizou o passado de seu povo (apagando o passado moscovita e influências asiáticas) e impôs moldes externos. Nesse período imperial se observam as primeiras permeabilidades com o mundo e com a cultura externa. Em parte, isso ocorre tanto pelo caráter expansionista desse período, quanto pelas aberturas comerciais, que se intensificam mais ao final do período imperial (COLIN, 2007).

Durante a maior parte desse período, a Rússia era formada por uma população majoritariamente rural, que era organizada em comunas e através do sistema de servidão. O qual, junto às riquezas conquistadas pelo caminho, foi responsável por financiar o projeto expansionista russo e a nobreza, enquanto a população em geral não era atendida. Esse financiamento ocorreu por meio de altos impostos e taxas cobradas dos habitantes dos territórios incorporados e sob influência russa (VICENTE, 2017).

O mapa abaixo representa a expansão russa durante o período imperial, pode-se observar, sem dúvida, que o processo de expansão foi muito bem sucedido nesse período, tanto quanto foi custoso à população.

MAPA 1 - EXTENSÃO DO IMPÉRIO RUSSO, ANEXAÇÕES E ÁREAS DE INFLUÊNCIA⁵



Fonte: Milenioscuro⁶

Cabe ressaltar que, apesar de custoso à população, esse expansionismo trouxe acumulação de capital ao império. Entretanto, dado o seu tamanho, a ineficiência de gestão e os extensos gastos com a nobreza e a aristocracia, a administração do império era mal executada, o que acarretou em atrasos no desenvolvimento econômico, social e político russo durante os séculos XIX e XX. (VICENTE, 2017, p.12)

Em meio a esses atrasos no desenvolvimento do império e a sua composição de larga escala que possuía diversos povos sob a mesma organização centralizadora — que concentrava as riquezas na capital, principalmente, de maneira mais reduzida nos centros administrativos regionais e nos esforços militares — a população russa dispunha de condições de vida (moradia, tecnologia, educação, trabalho) muito precárias, comparativamente ao Ocidente. Isso tudo era agravado pela tentativa de o império criar uma identidade russa homogênea, o que negligenciava as diversas culturas desses povos.

⁵ A parte marcada com o vermelho mais escuro é referente ao território do Império Russo no ano de 1866. Já o vermelho intermediário representa os territórios, protetorados, possessões, territórios ultramar e ocupados entre 1800 e 1917. Por último, os territórios apontados pelo vermelho mais suave são referentes às áreas de influência russa neste mesmo período.

⁶ Esse é o nome fictício utilizado por um colaborador da Wikipédia que desenvolveu o mapa e o disponibilizou. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Expans%C3%A3o_territorial_da_R%C3%BAssia#/media/Ficheiro:The_Russian_Empire-es.svg Acesso em: 9 de março de 2023

Esse cenário começou a se modificar a partir dos anos 1840. Como força propulsora dessas modificações, Vicente (2017) aponta a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, esses dois fenômenos deram início à disseminação do pensamento liberal e republicano. Como força oposta, teve a contribuição do Império Russo à derrota de Napoleão Bonaparte, a qual modificou o equilíbrio do Sistema Europeu, elevando o papel do império. Em meio a isso, o czar Alexandre I teve papel de protagonismo no Congresso de Viena⁷ e na Santa Aliança⁸ com o objetivo de impedir o avanço liberal e realizar a manutenção da monarquia absolutista.

Pouco tempo depois, em 1840, surgiu no Império Russo o movimento “*A intelligentsia*”, composta por intelectuais contrários ao império. Esse grupo conquistou o apoio popular e passou a defender ideias republicanas e socialistas na Rússia. Esse movimento e valores ganharam força com o aprofundamento dos problemas sociais, devido à guerra da Crimeia (1854-56), junto ao atraso do desenvolvimento russo.

Devido à pressão do movimento *A intelligentsia* e a revoltas camponesas, o czar Alexandre II iniciou um processo de modernização baseado no modelo ocidental, liberal e capitalista, que não trouxe muitas mudanças às condições de vida da população⁹. Como consequência da manutenção dessas condições, *A intelligentsia* se fortaleceu e as novas gerações do movimento promoveram a consciência de classe e o pensamento revolucionário no campo, o que aumentou a adesão ao movimento e ampliou a capacidade de desestabilizar o governo imperial.

O modelo ocidental adotado pelo czar, exportado para a Rússia de forma rápida e abrupta, baseado no investimento de capital estrangeiro, promoveu uma intensa transformação na população, que tornou-se urbana e operária (proletariado) — devido à industrialização e à formação da propriedade privada no campo (COLIN, 2007). Tal modelo causou desabastecimento e a progressão expansionista do império, deixou o proletariado desassistido, com frio e fome. O que aumentou a revolta da população e provocou o “Domingo

⁷ O Congresso de Viena, 1815, buscou a reorganização do equilíbrio do Sistema Internacional. Nesse intuito organizaram os limites geopolíticos da Europa redistribuindo os territórios que haviam sido conquistados por Napoleão, tomando medidas para que a “França”, tal como concebida à época, não pudesse repetir o feito, restabelecendo a monarquia Bourbon, além de outras medidas.

⁸ Surge, em 1815, como uma medida a fim de demarcar o comprometimento das monarquias participantes — austríaca, britânica, prússia e russa — na defesa e propagação dos valores e justiça cristãos, em outras palavras, a manutenção do absolutismo (COLIN, 2007).

⁹ Uma das primeiras mudanças foi a abolição da servidão sem um preparo ou outra condição possível, semelhante à abolição da escravidão no Brasil, o que os manteve na miséria, mas enfraqueceu as classes sociais (VICENTE, 2017, p.14).

Sangrento”¹⁰, de fevereiro de 1905. Esse evento ficou conhecido pela Europa e modificou a postura da população russa, que se tornou muito mais organizada, com consciência de classe e propôs diversas alternativas à realidade. Em outubro desse mesmo ano, o imperador Nicolau II, e último, cedeu às manifestações e trouxe um ar mais republicano ao império¹¹.

Essa aparente ascensão de direitos, porém, em menos de dois anos, foi apagada por uma contrarrevolução que reprimiu a oposição ao império, desestruturando o movimento socialista. Todavia, a entrada do Império Russo na Primeira Grande Guerra desestruturou o império, acirrando ainda mais os problemas já existentes e impossibilitou que o governo controlasse a oposição interna, o que levou à Revolução Socialista, de 1917.

Nesse período da história russa é percebida a primeira tentativa de europeização e de importação de valores externos, sem atenção às particularidades desse território tão plural e peculiar. Isso, atrelado a um governo autoritário e pouco preocupado com a população e estruturação do Estado, manteve o atraso no desenvolvimento que travou a economia russa, incapacitando também a manutenção do império e de suas tendências expansionistas. Esse contexto, relacionado ao fato de a Rússia não estar mais isolada e ter acesso a teóricos de outras partes da Europa, permitiu a formação de classes conscientes e críticas ao contexto, capazes de se organizar e estruturar a reivindicação de direitos e a revolução que levou à criação da União Soviética (URSS). Vale ressaltar que independente de que lado se estivesse, do império ou da revolução, todas as conquistas só foram possíveis através da violência. Esse é um marco que reverbera até hoje na postura do governo, junto à correlação de forças e expansão territorial.

2.3 UNIÃO SOVIÉTICA

A União Soviética representou uma ruptura com muitas coisas que faziam parte da cultura e do governo russo. Essa nova fase refletiu em crescimento econômico, desenvolvimento industrial e desenvolvimento do poder ideológico russo, através da cultura e ideologia socialista, em níveis não imaginados.

Após a Revolução Russa de 1917, os bolcheviques iniciaram a negociação de paz e a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial. Para isso, em 1918, oito meses antes do fim da guerra, a Rússia assinou o “Tratado de Brest-Litovski”, com os Países Aliados. Apesar da grande necessidade dos russos em sair da guerra, não foi um processo fácil. Esse tratado

¹⁰ “No dia 9 de janeiro de 1905, cerca de um milhão de trabalhadores tentaram levar as reivindicações de reforma agrária, tolerância religiosa e melhores condições de vida ao próprio czar, se aglomerando em frente ao Palácio de Inverno. A resposta do exército russo foi o massacre” (VICENTE, 2017, p.16).

¹¹ Reconheceu as liberdades fundamentais, ampliou o sufrágio e criou a Duma (parlamento russo).

acordou a desincorporação de parte do, até então, território russo — as atuais Finlândia, Países Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), Polônia, Belarus, Ucrânia, parte da Geórgia e distritos turcos de Ardahan e Kars. Esse acordo gerou insatisfação entre a população e reformulou o território, desincorporando territórios de importância histórica para a Rússia, como os da Ucrânia e a Belarus (IVANOFF, 2017, p. 42)

A União Soviética surgiu apenas após a guerra civil russa, entre o exército branco (contra revolucionário) e o exército vermelho (revolucionário). Com a saída russa da Primeira Guerra Mundial, os perdedores — Império Alemão, Império Austro-hungaro, Bulgária e Império Otomano — apoiaram o exército branco na guerra civil russa. Esse apoio se deu pela insegurança nos caminhos que os revolucionários poderiam trilhar, que poderiam servir de exemplo e financiar revoluções socialistas pela Europa. Em meio à guerra outros dois acontecimentos aumentaram as tensões da Rússia com o Ocidente: o assassinato do líder comunista no Império Alemão, por parte do próprio império, e a invasão Polonesa à Ucrânia e Bielorrússia. Essa invasão levou a Rússia a agir em defesa de seus vizinhos próximos, o que contribuiu para a incorporação dos dois países à União Soviética (IVANOFF, 2017, p. 42).

No campo econômico, nos primeiros anos, Lenin aplicou dois modelos. O primeiro modelo foi o “Comunismo de Guerra”, no qual houve a nacionalização das empresas e a recolha e redistribuição dos alimentos por parte do Estado. Esse modelo foi responsável pela fome da população e várias manifestações contra o governo. Por essa razão, foi substituída pela Nova Política Econômica (NEP) que promoveu o livre comércio e permitiu a existência de pequenas empresas privadas. Isso se modificou quando Stalin assumiu a URSS (SECCO, 2020).

O Governo de Stalin foi marcado pelo viés totalitário das decisões do governo, pelo desenvolvimento industrial e pelo aumento da capacidade produtiva (MONTEFIORE, 2006). Entretanto, é importante ressaltar que foi um período de dificuldades à população, que teve que lidar com cargas de trabalho, esforço desumano e com a escassez de alimentos, de acordo com as visões críticas ao modelo stalinista.

A sua gestão adotou o modelo econômico de planejamento central completo, o qual promoveu a industrialização e a coletivização do campo. Essa última iniciativa teve alta oposição da população. Na aplicação dela, retirando os fazendeiros de suas terras e reorganizando a produção com fazendas coletivas, fazendeiros mataram seus rebanhos em protesto. A medida de coletivização forçada também não surtiu bons resultados, demonstrando queda na produção (FERREIRA, 1998).

Esses fatores geraram fome e, mais especificamente, o Holodomor, um período de fome na Ucrânia que produziu ressentimento em parte da população ucraniana, o qual persiste até hoje. Durante o seu governo, cerca de 20 milhões de soviéticos morreram por más condições de vida. Em contraponto, a industrialização avançou e a economia mostrou melhoras (FERREIRA, 1998).

Durante o período de Stalin, a URSS entrou na “Liga das Nações” e buscou aumentar as suas relações com o mundo e a manutenção da paz. Nesse sentido, a União Soviética firmou um acordo de assistência mútua com a Tchecoslováquia e a França, o pacto de não agressão com a Alemanha, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, o qual, mais tarde, resultou também na divisão da Polônia entre a URSS e a Alemanha (MONTEFIORE, 2006).

Essa postura se manteve até o início da Segunda Guerra Mundial. Enquanto ela ocorria, a Rússia invadiu a Finlândia, o que gerou um aumento de territórios, mas também a expulsão da URSS da Liga das Nações. Após isso, a URSS também invadiu e conquistou os territórios que hoje formam os Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia). Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha rompeu com o pacto de não agressão e atacou a URSS (FITZPATRICK, 2023).

Este fato foi determinante para a importância da URSS na derrota da Alemanha. Durante o ataque à URSS, a Alemanha teve muitas perdas e a invasão se arrastou por muito mais tempo do que o pretendido pelo governo nazista. Por esse motivo, além dos soviéticos, os nazistas também tiveram que enfrentar o inverno russo, determinante para a vitória soviética na invasão. Essa vitória foi crucial para a derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial, com isso, também determinou o prestígio internacional que a Rússia adquiriu nesse momento (MONTEFIORE, 2006).

Esse prestígio garantiu à URSS — o qual, mais tarde, a Rússia herdaria — uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e uma maior influência na arena internacional, que permitiu a criação da COMECON (Conselho de Assistência Econômica Mútua) — medida soviética similar ao Plano Marshall, de reconstrução da Europa ocidental — e, mais tarde com Khrushchev, do Pacto de Varsóvia, acordo de assistência militar mútua, como a OTAN. Essas foram duas novas arenas importantes para a manutenção da URSS como uma das duas superpotências durante a Guerra Fria (FITZPATRICK, 2023).

Com uma postura muito diferente, Nikita Khrushchev foi outro governante de importância, principalmente no âmbito internacional. Como dito acima, Nikita foi responsável pela criação do Pacto de Varsóvia, pacto que é responsável pela demarcação da região

conhecida como Leste Europeu hoje. Esse pacto unia todos os países pró-soviéticos, seja por estarem ocupados, como o caso dos Países Bálticos e Polônia, ou serem soviéticos (FITZPATRICK, 2023).

Khrushchev apoiou o movimento revolucionário de vários países e foi durante o seu mandato que ocorreu a crise dos mísseis de Cuba¹², um dos momentos mais tensos da Guerra Fria (JUBRAN, 2017). Os mandatos de Khrushchev e Brejnev marcaram o melhor período soviético, do ponto de vista tecnológico e econômico da Guerra Fria. Apesar da tensão, Nikita defendia uma política externa baseada na Coexistência Pacífica. Esta se baseou na ideia de que há como haver um mundo dividido entre as ideologias comunista e capitalista, que não necessariamente produzem conflitos, por essa razão (FITZPATRICK, 2023).

Outra ação importante de Khrushchev para o que toca o tema deste trabalho, foi a decisão de ceder a Criméia, até então russa, à Ucrânia. Naquele momento, isso modificou pouca coisa, uma vez que a URSS possuía uma administração geral. Entretanto, essa decisão trouxe problemas relevantes para a Rússia após o fim da URSS, uma vez que a península é de grande importância logística para a Rússia, tanto do ponto de vista comercial, quanto militar (JUBRAN, 2017).

Já na União Soviética, Khrushchev aumentou a produção de bens de consumo e realizou reformas, uma delas na agricultura. Essas medidas geraram uma melhora na qualidade de vida da população de forma intensa, trazendo tecnologia e um modo de vida equivalente ao que se encontrava no Ocidente (JUBRAN, 2017).

Nikita Khrushchev foi sucedido por Leonid Brezhnev, o único líder soviético que era ucraniano. Este seguiu com a política externa de apoio à revolução soviética pelo mundo, mas foi responsável por um dos períodos de maior distensão da Guerra Fria. Brezhnev retomou relações diplomáticas com os países ocidentais¹³ (JUBRAN, 2017). Foi durante o seu mandato que foram iniciadas as tratativas do que viria a ser a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Brezhnev assinou também o Tratado de Não Proliferação de Armas (FITZPATRICK, 2023).

Foi em seu mandato que a população soviética alcançou o ápice da qualidade de vida. Isto, em parte, pelo crescimento econômico, mas também porque com o aumento das relações com o Ocidente e a distensão das relações, foi incorporada à política soviética a

¹² Esse evento foi a descoberta americana de mísseis soviéticos posicionados em Cuba em 1962. Essa foi a estratégia mais ousada utilizada durante a Guerra Fria e o momento mais próximo de uma terceira guerra mundial neste período (MACIEL, 2013).

¹³ Aqui entendemos ocidentais como o Norte global ocidental, composto pelos Estados Unidos, Canadá e Europa ocidental.

política de bem-estar social (SECCO, 2020). Esse período de alto desenvolvimento e qualidade de vida também é importante para tentar entender o imaginário ucraniano. A parte leste da Ucrânia, como veremos à frente, tem uma nostalgia quanto a esse tempo de desenvolvimento e investimento nas regiões mais produtivas da URSS.

Por fim, o último secretário da presidência da União Soviética de importância, e o derradeiro, foi Mikhail Gorbachev. Em âmbito de política externa, Gorbachev tentou uma aproximação com o Ocidente, essa tentativa foi baseada na ideia do “Lar Comum Europeu”, uma ideia de uma segurança conjunta de toda a Europa, de forma que as relações econômicas pudessem vigorar em um ambiente pacífico.

Em meio a esse plano, Gorbachev possuía planos para a OSCE. Em sua visão, esse órgão poderia ser a chave para o desenvolvimento da segurança cooperativa na Europa. Entretanto, os países ocidentais não compraram a ideia e boicotaram as tentativas de Mikhail a este plano.

Seu mandato foi marcado pelo fim da União Soviética e por políticas desastradas na tentativa de salvá-la. Gorbachev recebeu a liderança em um momento em que a economia já havia desacelerado. Esse quadro se deu devido à terceira revolução industrial, que teve como sua principal modificação, a passagem do fordismo pelo toyotismo. Essa mudança no modo de produção não causou apenas a necessidade de reorientar as indústrias soviéticas, ela era incompatível com as estruturas de poder da URSS e a colocava em xeque (SEGRILLO, 2014).

Enquanto o fordismo e a União Soviética possuíam um formato hierarquicamente vertical e rígido, o toyotismo era o oposto. Frente a isso, Gorbachev criou dois programas, um econômico e outro político, para tentar reorganizar a URSS, de acordo com os novos ares. Esses programas foram a *Perestroika* e a *Glasnost* (SEGRILLO, 2014).

A *Perestroika* foi responsável pelas mudanças no âmbito econômico, com caráter reestruturante, visando uma economia mista. Ela definiu a abertura econômica da União Soviética e a diminuição dos gastos com a defesa, isso determinou a saída da URSS do Afeganistão e uma política externa menos intervencionista. Como medidas econômicas também foram reduzidos os subsídios à economia, autorizado o comércio exterior e a autorregulação das quantidades de produção das indústrias. É importante ressaltar que essa reforma não se estendeu à produção do campo, o que é um dos problemas indicados por economistas. Já a *Glasnost*, foi a reforma política da URSS que pretendeu dar um caráter mais democrático e descentralizador à política soviética. Buscando tirar a força da elite burocrática, *nomenklatura*, e tornar a administração mais transparente (SEGRILLO, 2014).

Com a ineficiência dessas medidas e o alto desenvolvimento intelectual da sociedade, novas organizações e inquietações surgiram. Os Estados membros começaram a declarar independência até que, no final de 1991, apenas sobraram juntas a Rússia, a Ucrânia e a Bielorrússia. Sob esse contexto, foi declarado o fim da União Soviética e do Pacto de Varsóvia (SECCO, 2020).

Em uma visão geral desse período, podemos defini-lo como um acontecimento único e sem precedentes. A URSS elevou a importância da Rússia e permitiu que atuasse de forma equiparada aos EUA. Nesse período, a URSS agiu conforme a posição que possuía, intervindo em outros países em crises. Ela apoiou os grupos anti fascistas na guerra civil espanhola, se posicionou na guerra do Vietnã, Coreia e Afeganistão. Nessas três últimas, rivalizou com os Estados Unidos durante a Guerra Fria.

A Rússia se comportava como uma liderança regional, principalmente no estabelecimento de interesses da região e como defensora deles. Esse foi um dos períodos de maior desenvolvimento da região, atingindo crescimentos econômicos de 10,8% no período de 1928 a 1950 (SEGRILLO, 2014). O mais importante é que esse crescimento veio do desenvolvimento tecnológico e industrial. Como vimos, a Rússia e toda a sua região de influência, possuía um histórico de subdesenvolvimento pré período soviético e avançou muito com a União (SEGRILLO, 2014).

Essa é uma das questões que segue viva na memória dos ucranianos do leste. Na época da URSS, o território do Donbass, que mais a frente entenderemos a sua importância, foi o maior centro metalúrgico da URSS, e a Criméia, principal península de escoamento do comércio soviético e depois russo, recebia muitos investimentos. Apesar da fome e tempos difíceis, o saldo da União Soviética é considerado extremamente positivo para essas regiões.

Esse desenvolvimento tecnológico surgiu do fortalecimento e da expansão da educação no período. Antes da revolução soviética, apenas 44% dos russos eram alfabetizados, estes estavam concentrados nas cidades e dois terços eram homens. Em menos de 20 anos de URSS, 88% da população na Rússia era alfabetizada (BITTAR, FERREIRA JR., 2021).

Estes dados servem para ilustrar uma política soviética que perdurou por todo o período. Durante o Império, a educação era um privilégio da elite. Quando Lênin assumiu, ele adotou e promoveu o ensino gratuito e popular, essa medida se deu por dois fatores. O primeiro é que para os soviéticos, a educação e o conhecimento das bases do antigo sistema eram a base para o fortalecimento do vigente. Além disso, entendiam a educação como fator indissociável do desenvolvimento econômico e tecnológico (BITTAR, FERREIRA JR.,

2021). Essa preocupação criou uma sociedade aristocrática e crítica, o que se reflete até os dias de hoje. Como veremos, as escolhas dos líderes seguem tendo uma base em um conhecimento técnico e crítico. Tal como durante a época soviética em que as lideranças precisavam passar pela escola do Partido Comunista Soviético para ascender na hierarquia.

Outro fator que precisa ser considerado é o aspecto étnico no território soviético. Como Colin (2007) mostra, houve algumas tentativas de russificação da União Soviética que surtiram efeitos adversos. Algumas populações até hoje se compreendem como russas e utilizam a língua russa devido a tais medidas, enquanto outras entenderam esses projetos como uma agressão. No quarto capítulo, ao analisarmos a Ucrânia com atenção, isso será mais visível.

Colin (2007) ressalta o fato de que como a cultura russa teve a maior parte de sua evolução durante o Império Russo, foi formulada pelo e para o império (grão-russos, pequenos russos e russos brancos). A tentativa de construção da nacionalidade, interrompida e reformulada por revoluções e diferentes projetos de impérios, não conseguiu emplacar e não formou um Estado-nação, como são formados no Ocidente. Por conta disso, e de seu histórico de invasões, o Estado russo se consolidou como ente garantidor da segurança e integrador russo. Em certa medida, a Rússia segue com diversas "nações" em seu território, mantendo-se supranacional (mesmo após a dissolução da URSS). Entretanto, apesar de se entender como diversos povos, aparece uma ideia de unidade que faz com que a dissolução da URSS seja entendida, por parte da população russa, como cisão que obriga milhares de russos a viverem fora de seu país.

2.4 GOVERNO YELTSIN

Após o fim da União Soviética, um período de reorganização do Estado russo iniciou, sob um sistema semipresidencialista. Essa reestruturação ocorreu em meio a uma economia fragilizada e a um certo caos social. À frente desta reorganização estava Boris Yeltsin.

Colin (2007) mostra a influência de Yeltsin para a queda da União Soviética. Ele foi um ator importante na desmobilização de Gorbachev e no fracasso da *Perestroika*, por meio do desmantelamento das instituições da URSS. Cabe ressaltar que, na visão atual de grande parte da população russa, o fim da União Soviética foi uma catástrofe, o que é evidenciado nos discursos de Putin. Isso, porque a Rússia, como Estado independente, perdeu muito do

poder que possuía nas arenas internacionais, ainda que seja o Estado menos afetado por essa mudança.

É nesse contexto que Yeltsin assume. Com a Rússia em crise econômica, com a perda do poder político internacional e de territórios, uma vez que o território da URSS havia se dividido em 15 estados (AMAL, 2017). Por esse motivo, houve mudanças no âmbito de política externa, na qual Yeltsin desenvolveu uma postura de alinhamento aos Estados Unidos e buscou incorporar os valores e medidas da cartilha econômica neoliberal.

Isto foi feito no intuito de conseguir uma relação mais próxima com o Ocidente buscando ser entendido como um parceiro estratégico do Ocidente, através da integração em instituições multilaterais e ocidentais, como o FMI e a OMC. Em um primeiro momento até houve promessas de investimento americano na Rússia (MAZAT; SERRANO, 2012).

Entretanto, essa tentativa de uma relação mais próxima com os países do Ocidente não ocorreu de acordo com as expectativas. Em pouco tempo os EUA anunciaram uma nova rodada de expansão da OTAN em direção ao Leste Europeu e não cumpriram com o auxílio financeiro prometido. Isso desencadeou em uma mudança na política externa da Rússia, na qual a partir de 1995 foi ganhando um caráter mais oposicionista ao Ocidente novamente.

As primeiras características dessa invertida, foram a carta enviada por Yeltsin em 1995 à ONU, em que se opôs à expansão da OTAN e a caracterizou como ilegítima. A outra mudança, que repercute até hoje, foi a nomeação de Eugueni Primakov à chanceler (COLIN, 2007).

Primakov se tornou a partir desse momento uma peça-chave na política externa da Rússia. Apesar de ter ficado pouco tempo no cargo, até mesmo como resultante do seu sucesso na opinião pública, as suas ideias se mantêm na política externa de Putin em diversos momentos. Eugueni Primakov possuía uma postura crítica à aproximação da Rússia ao Ocidente. Sob o seu entendimento, os Estados Unidos não haviam abandonado a postura da Guerra Fria, seguiam entendendo os russos como inimigos. Essa visão foi fortalecida pela expansão da OTAN, o que fez Yeltsin adotar a postura defendida por Primakov (AMAL, 2017).

Com Primakov na chancelaria, a Rússia voltou-se para o Oriente, buscando novos parceiros na Índia e na China. Entretanto, também se aproximou da Alemanha e França, possibilitando esses quatro países a fazer frente aos EUA, através de acordos (SOUZA, MACHADO, 2015).

Sob outra perspectiva, mais econômica, a Rússia também expandiu suas relações para outras áreas do globo, como o fortalecimento de vínculos com os países do Leste

Europeu — através da CEI, criada no desmembramento da URSS. Veremos com mais detalhes no capítulo 3 — Ásia, América Latina e Oriente Médio. A partir desse momento, a Rússia adota uma política externa de relações multilaterais, a fim de fortalecer a construção de um mundo multipolar. Essa é uma das características que se mantém desde esse período, até agora (SOUZA, MACHADO, 2015).

Já quanto a sua postura no Conselho de Segurança da ONU, junto ao decréscimo da economia, também houve uma decadência do protagonismo da Rússia. Nesse período a herdeira soviética passou a adotar uma postura mais passiva e diminuiu suas participações em missões de paz, por exemplo (SOUZA, MACHADO, 2015).

Entre as mudanças na estrutura produtiva do país, Yeltsin promoveu pacotes de privatização de grandes empresas estatais. Esse fator fez com que surgisse uma oligarquia extremamente influente que se permeou no Estado russo, através de indicações a cargos e uma relação de subserviência de Yeltsin à eles. Isso se deu, porque a nova oligarquia foi formada por pessoas que durante a URSS ocupavam altos cargos e contribuíram com Yeltsin para enfraquecer Gorbachev e as instituições da URSS (COLIN, 2007).

Uma das piores heranças que Yeltsin deixou para a sociedade russa foi um certo trauma com a “democracia”. Aqui cabe ressaltar que esse trauma não tem a ver com a democracia em si, mas sim com uma corrupção do termo em prol de interesses de uma minoria, a oligarquia. Essa prática de Yeltsin se iniciou ainda na URSS, quando através de um discurso democrático, iniciou as privatizações (COLIN, 2007).

Entretanto, a prática se manteve durante o período dele na presidência. Boris se utilizou do discurso democrático para acelerar o processo de transição para o capitalismo de forma que não houvesse tempo para contestação. Como resultado disso, formou-se mercados completamente monopolizados nas mãos de oligarcas ligados ao Kremlin.

Ainda sob a bandeira "democrática", Yeltsin e os oligarcas tornaram os 3 poderes democráticos hierarquicamente desiguais; reformulou o parlamento em uma estrutura sem força e limitou o desenvolvimento da independência do judiciário. Além disso, também centralizaram o poder e a receita na federação.

Em lugar de promover o desenvolvimento de instituições democráticas e uma genuína separação dos poderes, Yeltsin e seus associados dissolveram à força o novo parlamento pós-soviético e enfraqueceram o seu sucessor; impediram o desenvolvimento de um poder judiciário independente; reduziram o poder e as receitas dos governos locais; e, a partir de 1994, impuseram um regime verdadeiramente autoritário ao país. Assim, a Rússia retrocedeu no que se refere ao desenvolvimento da sociedade civil e ficou mais distante dos objetivos iniciais do

movimento democrático do que quando Yeltsin chegara ao poder (COLIN, 2007, p.51).

Estas ações sob um discurso supostamente democrático, enfraqueceu o grupos em prol da democracia nessa época e todos aqueles que estavam com o governo Yeltsin passaram a utilizar o termo "democracia" para se autodenominar. Pelo fato do governo de Yeltsin não possuir ideologia clara e integrar políticos relacionados (não necessariamente defensores) a diversas vertentes de pensamento político e econômico, dificultava uma oposição forte e lógica. Além disso, Yeltsin manteve apenas a oligarquia com poder, impedindo a permeabilidade de representatividade democrática.

Yeltsin, com auxílio dos Estados Unidos e FMI, implantou a economia liberal e construiu um sistema de poder entre o Kremlin e grupos financeiro-industriais que permitia o controle da mídia, de forma que apoiasse o governo e os interesses desses investidores. Houve também uma distribuição de poder local nas regiões, mas nada democrática, apenas na intenção de garantir a manutenção do governo no poder, essa, formou regimes semifeudais, geridos por poderosos envolvidos com a oligarquia (SOUZA, MACHADO, 2015).

As lideranças das regiões internas da Rússia desejavam autonomia política, econômica e cultural. Ao longo da década de 1990, devido a desarticulação do governo Yeltsin, que se mantinha preocupado em agradar à oligarquia, permitiu a imposição de governos locais em união perante o Estado; a formulação da câmara superior, que fortaleceu o poder das elites locais, mesclando os executivos provinciais com o legislativo federal, uma vez que os primeiros passaram a ter poderes de veto sobre decisões legislativas; e, a mudança do regime eleitoral, em que a partir de então os Governadores passaram a ser eleitos. Este último fator modificou completamente o cálculo de poder do país, enfraquecendo o presidente aumentando o desequilíbrio entre as províncias (COLIN, 2007).

Em 1998 houve uma crise que modificou o nível de poder da oligarquia. Antes da crise, havia uma oligarquia de empresários bem relacionados com Yeltsin que possuíam grande relação com o Estado através de corrupção e patrocínio de partidos, ao ponto de ser uma discussão válida se eram os políticos ou oligarcas que comandavam o Estado. Entretanto, após a crise de 1998, essa oligarquia foi desestabilizada e o poder deles sobre decisões políticas e fluxos financeiros também. A antiga oligarquia cindiu e os dois grupos formados travaram uma guerra midiática (COLIN, 2007).

Após a cisão da oligarquia, Yeltsin perdeu a base de seu poder e na tentativa de manter-se no cargo de presidente e certa força política, se viu obrigado a ceder parte de seu

poder ao primeiro-ministro, Evgueni Primakov. A partir desse período o executivo se aproximou do parlamento e Primakov conduziu uma série de mudanças ideológicas e políticas:

Com a nomeação de Evgueni Primakov para o cargo de primeiro-ministro, a Rússia passou por uma reorientação. No domínio da ideologia e da política, o neo-liberalismo deu lugar ao conservadorismo, o ocidentalismo e o cosmopolitismo, o nacionalismo ao culto ao "Estado forte", e a pseudodemocracia a uma tendência autoritária mais flagrante. Na economia o papel do Estado se fortaleceu. (COLIN, 2007, P.58)

Foi sob essas bases que Putin assumiu e seguiu essa postura na política interna do país. Ainda sob o governo Yeltsin, Primakov perdeu o cargo de primeiro-ministro.

Roberto Colin (2007) avalia que após a renúncia de Yeltsin, a população russa passou a apoiar uma ideia de governante mais firme e autoritário, isso por várias razões, mas as duas principais foram: porque o governo autoproclamado democrático de Yeltsin foi marcado por corrupção, instituições fracas e decisões autoritárias. Também, porque Yeltsin não buscou fomentar uma sociedade democrática e liberal. Essas razões foram responsáveis pela desvalorização da ideia de democracia e pela instabilidade da economia, pois não foi construída uma infraestrutura forte. A esfera jurídica descredibilizada e a impossibilidade de fé na lei, tornam a constituição e o aparelho estatal fraco.

2.5 GOVERNO PUTIN

Este período que aqui intitulamos como “Governo Putin” diz respeito aos 4 mandatos em que Vladimir Putin foi presidente e um em que ele foi primeiro-ministro sob a presidência de Dmitri Medvedev, seu aliado. Como até agora foram 23 anos, há muito o que se falar sobre esse período. Devido a isso iremos focar em um primeiro momento em apresentar a ascensão de Putin e contextualizar as mudanças internas que promoveu e o contexto interno do país. Depois traremos uma análise dos diferentes momentos da política externa de Putin.

Até agora, o período Putin foi marcado por um alto crescimento da economia russa, o PIB expandiu cerca de 67% entre 2000 e 2013, e com ele, a volta do crescimento da importância no âmbito internacional (SOUZA, MACHADO, 2015). O país segue com ótimos índices educacionais e uma boa média de pessoas empregadas, segundo a OCDE¹⁴.

Após a renúncia de Yeltsin, Putin, até então primeiro-ministro, assumiu a presidência até o fim da gestão. A renúncia de Yeltsin foi uma ação estratégica a fim de fortalecer o nome de Vladimir Putin para a próxima eleição. Colin (2007) considera que a sucessiva troca de

¹⁴ <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/russian-federation-pt/> Acesso em: 18 de abril de 2023.

primeiros ministros do Governo Yeltsin foi, de certa forma, o processo de busca de um sucessor adequado para Yeltsin. Um que fosse leal e não tivesse meios de subjugar seu antecessor. Roberto Colin (2007) compreende que entre os fatores decisivos para a escolha sucessória está o passado de Putin no Serviço de Segurança Nacional (FSB), em São Petersburgo, e a sua juventude.

Nas eleições de março de 2000, Putin tinha a seu favor a máquina do Estado e a percepção, por parte da população, de um homem que traria mudanças ao governo. Dessa forma conciliando, aqueles que apoiavam o governo e os que tinha críticas a Yeltsin, em torno da sua candidatura.

A decisão de Yeltsin pela sua sucessão por Putin segue a linha do que Weber (2000) traz como o exemplo de um funcionário administrativo. Colin (2007) explica que Putin possui um passado de treinamento da KGB e experiência administrativa na Prefeitura de São Petersburgo. Dessa forma, Putin possui uma alta preparação técnica para a função e o outro motivo que teria levado Yeltsin a lhe escolher, segundo Colin (2007), foi a sua baixa ambição de poder¹⁵.

Após assumir a presidência, Putin apresentou uma cisão do antigo governo, iniciou um processo de desenvolvimento que unia mobilização política e inovação na economia e rompeu a estrutura de poder horizontal desenvolvida por Yeltsin com as elites regionais. Putin estruturou uma hierarquia vertical de subordinação, altamente centralizada no executivo federal. Ele fez isso através de mudanças eleitorais, incorporando mais nomeações por parte do presidente e retirando poder das estruturas regionais¹⁶ (FREIRE, 2011).

Além disso, Putin montou uma equipe composta por servidores leais que conheceu enquanto trabalhava na Prefeitura de São Petersburgo e na FSB. A montagem da equipe executiva é entendida por Colin (2007) como a continuidade da limitação à representatividade democrática e da ênfase pessoal. Entretanto, o autoritarismo não foi a característica principal

¹⁵ Vale lembrar que a busca por corpos técnicos no alto comando da Rússia não é uma inovação de Yeltsin. Essa prática já era vista na URSS, onde todos os sucessores passaram pela Escola do Partido Comunista (nela aprendiam a fazer análise de conjuntura, história, geografia e teorias). Com a queda do comunismo e o seu esplendor, a FSB (sucessora da KGB) foi a herdeira do prestígio de formador da elite política. Pode-se dizer que um traço herdado pela Rússia da URSS é a política especializada. (COLIN, 2007)

¹⁶ Durante seu primeiro mandato, Putin reorganizou a logística administrativa do país. A maior e mais notável mudança estrutural no Executivo, foi a criação de um nível intermediário entre o Executivo federal e estadual (2000). Essa medida criou uma tensão entre o presidente e os governadores. Entre as reformas, Putin também reformou o Conselho da Federação (Senado/Câmara Alta). O Conselho daí em diante (2000) seria composto por um representante do Legislativo e outro do Executivo de cada região. Com tensão inicial devido a criação dos super distritos e a impossibilidade de governadores comporem cadeiras do Conselho da Federação, se fez necessário a criação do Conselho de Estado (2000), que por mais que tivesse apenas poder consultivo, aproximou os governadores do executivo federal. Mais tarde, em 2004, Putin também modificou a eleição dos deputados da Duma (câmara baixa do Parlamento), dos governadores e presidentes das regiões.

dessa autoridade vertical, pois Putin conseguiu restabelecer a funcionalidade dos cargos que durante os governos Yeltsin não possuíam o poder de suas funções.

Entre seus esforços de cisão com a oligarquia, tão presentes nos governos Yeltsin, Putin modificou, até certo ponto, a legitimidade do poder do Estado russo para o poder racional-legal. Esse poder é conceituado por Weber (2000) como aquele que tem sua legitimação na própria estrutura do Estado, nos acordos estabelecidos e representados pelas regras.

Roberto Colin (2007) traz à discussão a percepção de que a democracia russa tem problemas sim, mas são os problemas de democracias que ainda não fazem parte da história e cultura do país e sofrem das tentativas de estabelecer um sistema estrangeiro que não se atenta às características regionais. Para ele, a democracia só será forte e estável na Rússia através de um processo orgânico e russo, que se desenvolverá sob as bases das tradições políticas desse país.

Outro ponto importante que Colin (2007) ressalta são as interferências externas às quais o governo e a democracia estão suscetíveis. Primeiro, os liberais que, com Putin, não se sentiram contemplados e fazem oposição dentro e fora do país, com uma retórica do governo como autoritário e refém do passado. Segundo, os interesses individuais que amparados pela corrupção do Estado permitem que grupos informais permeiam a estrutura e ajam a favor de ganhos pessoais, de forma que desestruturam um projeto unificado em prol de uma única coisa.

Além disso, a política real ocorre fora das instituições estatais, em lobbies, grupos de interesse e cooperação informal de redes de influência. É importante ressaltar que isso não é uma característica estritamente russa, está presente em diversas democracias pelo mundo. Entretanto, faz parte da sociedade russa a diversidade de formas de organização social. Apesar disso tudo, houve sim uma mudança importante promovida por Putin, em seus mandatos, o definidor do desenvolvimento passou a ser o Estado e não mais a oligarquia.

Essa mudança de que o definidor do desenvolvimento passou a ser o Estado se materializou, pois logo no início de seu primeiro mandato, Putin inspirou o processo de diversos oligarcas que haviam se infiltrado no período Gorbachev na máquina do Estado, ao ponto de controlá-la em certos aspectos no período Yeltsin (FREIRE, 2011). Essa decisão afugentou qualquer plano de tomada da força do Estado por parte dos oligarcas e também fortaleceu o poder jurídico como um poder eficiente (“império da lei”).

Entretanto, é importante lembrar que, apesar de se encontrar um saldo positivo de tais ações, Putin não inspirou punição a todos os oligarcas, os que colaboraram com o

Kremlin foram poupados. Mesmo com esses processos aos oligarcas, não é possível afirmar que esse governo equilibrou o contexto econômico. A triste prova disso é que a desigualdade social vem se aprofundando, mesmo com tais processos.

Apesar disso, a popularidade de Putin se manteve alta mesmo 20 anos após assumir o seu primeiro mandato. Colin (2007) acredita que isso aconteceu principalmente porque desde o período imperialista, existe a ideia da personificação do poder, muito relacionado às ideias do poder carismático de Weber. Além disso, os russos em sua maioria compraram a teoria de que antes de se conseguir estruturar uma democracia forte, é preciso um Estado forte, como foi pregado no fim da União Soviética.

Esse fortalecimento do Estado é entendido necessário, pois a elite política na década de 1990 não foi capaz de defender os interesses nacionais, devido a desorganização e incapacidade, e isso enfraqueceu o Estado Russo. Esse fator tornou a sociedade civil e a elite política distantes, coisa que dificulta a intenção democrática. Essa onda de fortalecimento do Estado veio acompanhada de um caráter conservador, autoritário e patriótico. Para além disso traz como consequência a criação de uma facção patriótica, liderada por Putin. Com a sua ascensão, veio como consequência o autoritarismo a fim de garantir a soberania.

Durante o segundo mandato, o Ocidente (investidores, analistas, mídia e estudiosos) teceram críticas à “dicotomia” de um mercado crescente e a descontinuidade de um processo democrático através do controle da mídia, centralização do poder político e a supressão da empresa privada. Todavia, Roberto Colin traz à luz o entendimento de que as noções das escolhas que Putin teve que fazer, as que levam a tais críticas, estão distorcidas. A discussão não estava sob democracia ou ditadura, mas sim entre a continuidade de um Estado fraco, sem autoridade e corrompido e a reconstrução das estruturas do Estados, suas instituições e leis.

Olhando-se retrospectivamente para o primeiro mandato de Putin, fica claro que a Rússia conseguiu virar uma importante página de sua história. Desde o ano 2000 o país, que nos anos 1990 viu sua produção industrial cair quase 60%, está em um caminho de crescimento econômico, com superávit orçamentário que hoje é ultrapassado por poucos países. Uma grande realização de Putin foi a criação de um espaço legal unificado harmonizando as inconsistências entre as legislações locais e federal. Isso permitiu a introdução de uma série de reformas econômicas liberais, inclusive a taxa de 13% para imposto de renda, que aumentou o índice de recolhimento de impostos a ponto torná-lo um dos mais altos da Europa. Ao resgatar a autoridade do Estado nas regiões, combatendo a corrupção e fortalecendo o Judiciário, Putin tornou mais difícil, para os oligarcas, a "compra do Estado". Finalmente, Putin ancorou firmemente o país na economia mundial fortalecendo seu papel no G-8, assinando os Protocolos de Kioto e trabalhando ativamente para a acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC). Mais importante, ele alcançou todos esses sucessos com o consenso das elites e da população. Desde o ano 2000, o nível de aprovação popular de Putin varia entre 70 e 80% (COLIN, 2007, p.67).

Colin (2007) traz ao diálogo as antigas tentativas da Rússia de uma relação de confiança com o Ocidente — o “lar comum europeu” de Gorbachov e o “parceiro estratégico” de Yeltsin — e os esforços de Putin nesse mesmo sentido que, assim como as outras tentativas, não surtiram efeito.

A medida de Gorbachev foi considerada precoce e de Yeltsin, desinteressante pelo período econômico que a Rússia passava. Não era o caso das tentativas de Putin, uma vez que nesse período a Rússia se encontrava com uma economia forte. Esse descaso ocidental levou à conclusão por parte das elites russas de que na realidade o Ocidente temia o desenvolvimento russo.

Estas tentativas de uma aproximação com o Ocidente ocorreram nos primeiros anos de Putin no poder. Nesse período, Putin foi o primeiro presidente a prestar condolências aos Estados Unidos após o 11 de setembro e os apoiou na guerra do Afeganistão. Apesar desta última ação fortalecer as relações com os Estados Unidos, também era uma forma de legitimar a Guerra na Chechênia (SOUZA, MACHADO, 2015).

Em meio a essa parceria, Putin estabeleceu relações com os EUA de forma equilibrada, diferente da subordinação apresentada na tentativa de Yeltsin. Isso fortaleceu a imagem da Rússia como grande potência através da legitimação da superpotência. Como principal elo de ligação desse período, estava a luta contra o terrorismo.

Mesmo com as intenções de expansão da OTAN, Moscou manteve relações em busca de legitimação da Rússia como um país Europeu não-ocidental, o que é entendido, tanto pelos russos, quanto por pensadores como Sakwa (BRODER, SAKWA, 2022), Matlock (2014) e até mesmo a ex-chanceler alemã, Angela Merkel (DAEHNHARDT, RESENDE, 2021), como central para a segurança da Europa (BRANCO, 2023). Cabe ressaltar aqui que isso só foi possível graças a estabilização interna que Putin formulou.

Outro fator importante da política externa que surge ainda no governo Yeltsin e se mantém até agora é a proteção aos russos fora da Rússia. Isso se refere a aqueles povos que se compreendem russos mesmo sem terem nascido na Rússia, como é o caso do leste ucraniano que veremos no último capítulo.

Como Souza e Machado (2015) abordam, a primeira virada da política externa de Putin ocorreu em 2003, quando os Estados Unidos iniciam a guerra no Iraque e a Rússia retira os seus apoios aos americanos. A partir daí, se inicia um processo de priorização da diversificação dos parceiros comerciais, econômicos e políticos da Rússia. Vale ressaltar que isso não significou um rompimento das relações com a Europa e os Estados Unidos.

Nesse período houve a intensificação do uso por parte de Putin das arenas que vinham sendo desenvolvidas desde o início de seu mandato e anteriores (SOUZA, MACHADO, 2015). Entre essas arenas estava a CEI de Yeltsin, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), Eurasec e o Grupo dos BRICS. Estas três surgiram durante o primeiro mandato de Putin. Enquanto a CEI, OCX e Eurasec contribuíam para o desenvolvimento da visão da Rússia como liderança regional para a região, buscando frear influências de outras potências como a UE, Turquia e China, o BRICS contribuiu para a relação da Rússia com outras potências regionais, buscando outra das legitimidades que Nolte (2006) descreve como importante para a consolidação de um país nesta posição. Além disso, essa postura e relações com diversas potências em ascensão, contribuiu para a política, adotada a partir do período de Yeltsin, de multilateralismo e um sistema multipolar.

Através desta política, a Rússia iniciou uma relação muito estável com a China que se mantém mesmo 20 anos depois. Dessa relação, surgiu um pacto de amizade entre os dois países, o que modificou o jogo político para a Rússia no Conselho de Segurança da ONU. Agora, com essa união, os países orientais conseguiram balancear o poder dos Estados Unidos no Conselho (SOUZA, MACHADO, 2015).

Cabe esclarecer uma questão econômica importante sobre o abastecimento e exportação russo. Como retomaremos mais à frente, a Rússia e a Europa possuem uma co-dependência em relação ao comércio energético. A maior parte das exportações da Rússia, são de *commodities*, entre elas as principais são produtos derivados do petróleo e o gás natural. Nesse sentido, até o início da guerra, o maior comprador de gás russo era a Europa.

Quanto a esse ponto, devido à importância dos *commodities* para a economia russa, quando houve o *boom* das *commodities*, na primeira década deste século, a economia russa cresceu exponencialmente. Esse aumento do poder econômico refletiu no desenvolvimento do protagonismo da Rússia no sistema internacional.

Entende-se que isso possibilita o uso da questão energética por parte de Putin como estratégia de coerção. Entretanto, por outro lado, também criava uma dependência da economia russa quanto ao acesso ao mercado Europeu (BRANCO, 2023).

Outra questão é quanto às importações russas. Boa parte dos bens de consumo destinados ao mercado interno russo advém de países do Ocidente. Isto também remete à necessidade da manutenção das relações econômicas Rússia-Ocidente (BRANCO, 2023). Uma peça central na manutenção dessa relação foi Angela Merkel, chanceler alemã entre 2005 e 2021. Ela foi responsável por diversos acordos econômicos entre a UE e a Rússia.

Também mediou acordos de cessar-fogo nos conflitos na Ucrânia a partir de 2014 (DAEHNHARDT, RESENDE, 2021).

Dada essa relação econômica, durante o período de Medvedev à frente da presidência, ele buscou uma reaproximação para além do campo econômico com o Ocidente. Essa postura foi favorecida pela chegada de Obama à presidência americana. Entretanto, essas relações se arrefeceram devido aos conflitos na Geórgia e na Líbia e a crise financeira de 2008. Quanto a esse período de 2000 até 2008, Branco (2023) compreende como a construção do papel russo como grande potência. Isso ocorreu pela melhora da condição de vida da população, maior tranquilidade política interna, melhora da economia e sobretudo, a expansão das relações da Rússia com as mais diversas partes do mundo.

A partir de 2008, após uma leve queda do protagonismo russo por questões externas como a crise econômica, se inicia um período de retração das relações da Rússia com o Ocidente. Isso, em grande medida, porque Medvedev fez uma tentativa de mimetismo das ações ocidentais que, novamente, não surtiram o efeito esperado. Nesse sentido, entra também uma maior aproximação da OTAN com a Ucrânia, sob o governo de Yushchenko, e da Geórgia, ambos países fronteiriços com a Rússia (BRANCO, 2023).

Assim que Putin retorna à presidência em 2012, toda a política externa é modificada. Ela ganhou um caráter muito mais nacionalista, assertivo e menos conciliador, nas tratativas que envolviam abrir mão de interesses russos, e pragmática.

Essa nova política externa surge de mudanças gerais da postura do governo. Esse, aumentou a repressão, através de “restrições às iniciativas da sociedade civil, aprofundamento da marginalização dos grupos de oposição, intensificação do controle sobre a internet e a classificação de instituições estrangeiras como “agentes estrangeiros” como forma de elevar a desconfiança doméstica sobre esses atores” (BRANCO, 2023, p. 102).

Tanto essa nova política externa, quanto a nova postura do governo de Putin a respeito da sociedade, representavam também uma cisão com os valores ocidentais. Isso repercutiu uma queda na popularidade russa entre os demais estados, o que foi agravado com as questões na Ucrânia e Síria (BRANCO, 2023). Isso agravou a visão do Ocidente quanto a Rússia como um inimigo perigoso e a maior condenação das ações russas. Aqui cabe uma ressalva, apesar da cisão com os valores ocidentais, não houve essa, com a ordem internacional liberal, uma vez que os articuladores russos compreenderam que a ascensão da Rússia neste século se deu devido a essa ordem.

Vários autores (MATLOCK, 2014, SAKWA, 2022, BRANCO, 2023) compreendem essa mudança de postura russa, como uma tentativa da Rússia de finalmente seus interesses

serem considerados pelas potências ocidentais e a Rússia ser respeitada como grande potência. Uma vez que as tentativas de aproximação e diálogo realizadas desde Gorbachev não surtiram efeito. A Rússia seguiu sendo excluída das corporações na Europa na área política e securitária e a mídia ocidental e organizações internacionais seguiram utilizando dois pesos e duas medidas, as quais condenavam a Rússia por ações e posicionamentos que eram utilizados por países ocidentais e não surtiam a menor comoção.

É importante ter ciência que essa postura não se formulou de uma hora para outra, ela foi iniciada em 2012 e foi se tornando mais profunda nos anos seguintes devido a outros acontecimentos. Acontecimentos como a maior intervenção das organizações internacionais ocidentais nos Estados da zona de influência russa, tanto no Leste Europeu, quanto na Ásia. Giovana Branco, a principal autora que nos ajuda a entender as posturas de Putin, utiliza a partir de 2012, os discursos de Putin nas reuniões de fim de ano do Clube Valdai para realizar essa análise quanto a diferença da postura dele ao decorrer dos anos (BRANCO, 2023).

Em 2012, havia apenas um discurso quanto à construção de uma independência do mercado russo pela diversificação de seus parceiros e uma preocupação com a dependência da exportação do setor energético. Já a partir de 2013, com o acirramento das questões na Ucrânia, que veremos no último capítulo, é apresentada uma postura mais nacionalista, nacionalista sob o aspecto eslavo, de defesa dos russos fora da Rússia. Trouxe também o aspecto quanto a necessidade da criação de uma identidade, sociedade e Estado verdadeiramente russa, a qual não surgiria espontaneamente, e a defesa disso frente às tentativas externas de impor padrões ditos universais. Aqui, já estava afirmado para o governo russo a insegurança que o Estado sofria pela gerência ocidental em suas fronteiras, desenvolvendo instabilidades nas jovens democracias pós-soviéticas.

Nessa análise, fica bastante evidente que as ações ocidentais e russas sob o território ucraniano representavam o desacordo geral desses disputantes. Além disso, o conflito ucraniano, além de ser um reflexo, era um agravador das tensões nessa relação. Isso fica evidente uma vez que, em 2014, Putin desenvolveu críticas quanto a noção de soberania nacional e a legitimidade de regimes depender do quão alinhado um país é ou não do Ocidente (BRANCO, 2023).

Essas críticas surgem em referência às diversas intervenções americanas e européias à países, sob a justificativa de garantir a estabilidade democrática, enquanto o Ocidente mantém relações com várias outras ditaduras pelo mundo. Naquele momento, a Rússia era deslegitimada e sancionada (pelo Ocidente, sem a aprovação do CSNU) pela anexação da

Criméia e auxílio aos separatistas ucranianos, enquanto os EUA mantinham uma, inicialmente guerra e depois, intervenção militar no Afeganistão desde 2001. (FORTES, 2017)

Nos anos seguintes até o início da Guerra da Ucrânia, a visão da política externa russa, ou ao menos o discurso, foi ganhando outras características consoantes a essas já apresentadas, tais como: a maior presença da crítica ao mundo unipolar e a defesa de um Sistema Internacional multipolar; maior importância na manutenção da influência no espaço ex-soviético; o aprofundamento da noção de insegurança russa por ações americanas no Oriente Médio; protagonismo na defesa do direito internacional e do cumprimento dos acordos feitos e a defesa da resolução de conflitos através do diálogo (BRANCO, 2023).

Até antes da Guerra da Ucrânia, devido inclusive às sanções impostas pelo Ocidente à Rússia em 2014 e intensificadas após o início da guerra, a Rússia havia diminuído suas relações econômicas e políticas com o Ocidente e voltado-se mais uma vez à Ásia, com a intensificação dos acordos econômicos e defendendo a desdolarização do SI (BRANCO, 2023).

Por fim, no dia 31 de março de 2023, o Kremlin divulgou as novas diretrizes para a política externa russa. Neste documento o governo russo se compromete a “criar as condições para que qualquer Estado rejeite objetivos neocolonialistas e hegemônicos” e a combater o “domínio” do Ocidente. Também oficializa os esforços para fortalecer os laços políticos e econômicos com a África e a Ásia, tendo como principais parceiros a Índia e a China. Outro ponto importante é que nesse documento é verbalizada a visão russa dos Estados Unidos como principal ameaça “à segurança da Rússia, à paz internacional e ao desenvolvimento equilibrado, justo e sustentável da humanidade” (DW, 2023).

2.6 O QUE FOI CONSTRUÍDO

Em relação à questão levantada no primeiro capítulo, referente à permeabilidade do conceito ocidental moderno de Estado na sociedade Russa, percebemos que há uma certa flexibilidade quanto ao monopólio da legitimidade do uso da força. Por diversas vezes no Estado Russo, essa condição foi enfraquecida por outras instituições paralelas ao Estado, como as oligarquias da década de 1990 e neste século por forças “ocultas”, ainda assim ligadas ao Kremlin. Essas ações ocorrem por fora das instituições estatais, mas, até certo ponto com o seu consentimento. Cabe a esse debate definir o que se compreende como legitimidade, que como vimos, é um conceito altamente subjetivo e dependente do que a sociedade constrói.

Como dito acima, a sociedade russa possui uma maior tolerância ao autoritarismo pela sua presença histórica, depende de como essas ações são vistas, se está ou não dentro da tolerância à resolução de problemas de formas não transparentes com a qual a sociedade está acostumada (COLIN, 2007) Caso a resposta for que há uma legitimidade tradicional (rever subcapítulo 1.1), não há o monopólio legítimo do uso da força e por consequência, o Estado Russo, não se adequa perfeitamente a noção de Estado Moderno, forjada nas experiências ocidentais.

Entretanto, do ponto de vista desta autora, como vimos que a sociedade russa deseja um estado no sentido moderno e democrático, parece inconcebível que essa mesma sociedade considere a legitimidade tradicional um caminho. Além disso, há também como se analisar que esse uso da força é cedido pelo Estado. Independente de qual dessas duas possibilidades que, para mim são mais plausíveis, não configura uma legitimidade de origem extra-Estado. Sendo assim, ao meu ver, há um Estado Russo que se adequa ao molde de Weber, apesar de autoritário.

Como vimos, a história russa é composta de longos momentos de relativa inércia no âmbito nacional, alternados com momentos de abrupta mudança, as quais, na maior parte das vezes, foram impostas pelo governo ou por um agente externo, até a formação do Estado Russo.

O fosso histórico entre Estado e nação não poderia deixar de ter consequências na formação da nação russa. Para Serguei Kortunov, os russos ainda não seriam uma nação propriamente dita no sentido ocidental da palavra. Para o autor, na Rússia, a exemplo de muitos outros países, nunca teria existido uma nação, mas sim um *ethnos* resultante da soma de todos os cidadãos do Estado. Os russos seriam um *superethnos* que ao longo dos séculos incorporou três principais componentes étnicos — os grão-russos, os pequenos russos (ucranianos) e os russos brancos (bielorrussos). A Rússia de hoje, não apenas do ponto de vista de sua posição geopolítica, mas também de sua composição étnica, difere consideravelmente da União Soviética e do Império Russo. Hoje ela não é a união de eslavos cristãos ortodoxos, uma união de grão-russos, pequenos russos e russos brancos que formavam o centro do Estado, mas uma união de grão-russos com povos túrquicos, proto-túrquicos e fino-húngaros (COLIN, 2007, p.25).

Nessas últimas três décadas, a Rússia buscou a formação de uma nova identidade nacional, a qual teve sua criação dificultada pela íntima ligação da mentalidade da população com a questão étnica e um saudosismo à esta. Como vimos com Hobsbawm, a ideia de nação não necessariamente possui correlação às origens históricas de um povo, mas sim, muito mais a ver com o apreço comum a alguns valores ou símbolos, como o Estado.

Entre características russas, vemos algumas que não se adequam em certa medida às noções de Estado por parte da Rússia. Muitas vezes, o governo russo adquire posturas

próprias do império em um sentido de valorização do *superethnos*, em detrimento do sentido de nação. Levando inclusive à anexação de territórios como a Criméia, pelo entendimento de que parte do povo russo fora do território russo estava em perigo. Essas questões, em parte mal resolvidas em relação às suas fronteiras em disputa pela legitimidade de territórios da nação, também são resultado do contexto da formação do Estado Russo como último país a interromper o prosseguimento da União Soviética e ser entendido como herdeira dessa. (IVANOFF, 2017)

MAPA 2 - MODIFICAÇÕES DOS LIMITES DA RÚSSIA CONFORME O TEMPO NO LESTE EUROPEU



Fonte: Marshall, The Atlantic, 2015.

Esse posto também é um dos principais responsáveis pela confusão da criação de uma nação própria. A Rússia passa a carregar uma dupla identidade: a de herdeira soviética — com toda a carga dos anos de propaganda e esforços para a criação de uma identidade soviética que vai muito além dos atuais territórios russos — e a de Estado Russo — o qual teve a criação de sua identidade debilitada pela pré-existência da identidade soviética e a incorporação de grupos étnicos que não pertenciam historicamente da identidade russa. (COLIN, 2007, p.25)

Neste sentido, agora, o presidente Putin está buscando desenvolver uma identidade nacional própria a fim de blindar de certa maneira as interferências ocidentais quanto a quem

são os russos. Nesse sentido, ele fala sobre a “soberania e respeito à identidade russa”. A concepção é de uma reconciliação da sociedade russa com o seu passado de forma a aceitar os erros, mas não defini-la por eles e enxergar as vantagens e qualidades dessa história também (BRANCO, 2023).

A forma como Putin realiza esse esforço é com base no nacionalismo, seguindo a ordem dos fatos descrita como natural por Hobsbawm. Partindo da concepção de que há um Estado Russo e um nacionalismo atuante, esses darão origem à nação. Cabe apontar que, como dito por Hobsbawm, a etnicidade e língua não possuem ligação natural com a nação, mas são artefatos propagandísticos do nacionalismo e estes estão sendo utilizados por Putin na formulação desse nacionalismo. Inclusive, para justificar que o leste ucraniano é composto por russos e cabe a Rússia, seguir as suas diretrizes de política externa que se comprometem com a proteção destes.

Como a história da Rússia demonstra, a população sob o jugo dos governos Russos e soviéticos, estiveram, pela maior parte do tempo, sob regimes autoritários e violentos. As poucas experiências ditas “democráticas” apresentaram altos níveis de corrupção, queda na qualidade de vida e crises econômicas. Por esse motivo, encontramos um país com maior tolerância ao autoritarismo e resoluções violentas e um certo receio quanto às iniciativas que aparecem sob a bandeira democrática. Como Colin (2007) demonstra, a população russa deseja e compreende o que é a democracia ocidental, a questão é apenas com as “falsas” democracias.

Entre as heranças da União Soviética, encontramos a questão educacional. Mesmo após 30 anos, a Rússia segue entre um dos maiores índices de escolarização do mundo. Cerca de 99,4% da população é alfabetizada, 95% terminou o Ensino Médio e 53% da população possui Ensino Superior. Isso torna a Rússia um dos países da OCDE com os melhores índices escolares¹⁷

Quanto a política externa, após a análise feita neste capítulo, que a Rússia está se empenhando, junto a China e outras potências regionais para o desenvolvimento de um SI multipolar, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Outra meta constante desde a formação do Estado Russo independente, é a manutenção da sua área de influência ex-soviética e a necessidade de se autoafirmar como grande potência, uma vez que o governo russo percebe os esforços constantes do Ocidente para reduzir a importância da Rússia no SI (RÚSSIA, 2023).

¹⁷ <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/russian-federation-pt/> Acesso em: 18 de abril de 2023.

3. LESTE EUROPEU E SUAS RELAÇÕES

Como já vimos até agora, a Rússia passou por períodos de expansão, regressão em extensão, após o fim da União Soviética, e teve sua composição étnica reformulada. Esse processo fez com que hoje existam inúmeros ruídos na percepção de nação e de território russo, não apenas pelo lado russo.

Para além dos conceitos, também há ruídos e disputas pelo entendimento de “região” e pela liderança regional do Leste Europeu. Como veremos, essa disputa é promovida pelo Ocidente em um esforço de impedir o crescimento da influência russa e propagar os valores ocidentais sob essa região. De acordo com os argumentos de Detlef, uma das formas que a superpotência hegemônica tem para realizar isso é no fortalecimento de outras potências médias na região, como é o caso que ocorre com a Polônia atualmente.

Trabalharemos com a caracterização do Leste Europeu como países que pertenceram ao Pacto de Varsóvia e se encontram na Europa. Esses países são: Estônia, Letônia, Lituânia, Belarus, Polônia, Ucrânia, República Tcheca, Eslováquia¹⁸, Moldávia, Hungria, Romênia, Bulgária, Geórgia, Armênia, Azerbaijão e Rússia. Segue abaixo o mapa do Leste Europeu:

MAPA 3 - LESTE EUROPEU



Fonte: Brasil Escola¹⁹

¹⁸ No período soviético, a Tchecoslováquia era formada pelos territórios das atuais República Tcheca e Eslováquia.

¹⁹ Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/leste-europeu.htm> Acesso em: 20 de fevereiro 2023.

Ao se estudar essa região é importante considerar que, em comparação com o restante da Europa, ela é menos desenvolvida e mais pobre. Consequentemente, mais dependente de investimentos externos e com menor capacidade de barganha em negociações internacionais. Isso é relevante considerar, porque, em um contexto como esse, as capacidades de influência de grandes atores é ampliada — como trataremos neste capítulo—, como o caso da Ucrânia. Também abordaremos uma perspectiva das relações e conflitos de interesses entre os países do Leste Europeu em relação à Rússia, as influências do Ocidente, como a região é disputada entre as influências russa e ocidental e como isso afeta a questão da liderança regional para a Rússia.

3.1 LESTE EUROPEU E A RÚSSIA

O Leste Europeu, como um todo, foi aliado da Rússia no Pacto de Varsóvia — o que abordaremos no próximo subcapítulo —, muitos desses países participaram da União Soviética e compartilham de um período histórico de intensa relação política, econômica e cultural com a Rússia. Esse fato tem relevância para analisarmos as estruturas dos Estados. Como a maior parte dos países desta região pertencia à URSS, eles, assim como a Rússia, só adquiriram o formato atual de Estado a partir da década de 1980. Ou seja, são Estados relativamente novos e com certa fragilidade institucional devido, principalmente, a uma importação das estruturas. Isso repercute em uma prática corruptiva comum, por diversos motivos, tanto pela divergência da estrutura institucional com a realidade, quanto pelo pouco poder legal²⁰ do Estado — veremos que alguns países conseguiram superar essa questão, o que tem relação com a dissociação da identidade com o antigo império/União Soviética. (MOITA, 2005)

Ao buscarem maior inserção na comunidade internacional, esses Estados se veem em um local de desconfiança. Na busca por agregar confiança às suas instituições, os países se mantêm mais abertos à fiscalização de órgãos internacionais e ONGs. Em consequência, estão pressionados por modelos externos. Para além disso, devido à falta de credibilidade e problemas com corrupção, muitos desses países necessitam buscar empréstimos estrangeiros que, em sua maioria, decorrem em diversas contrapartidas que modificam os moldes das instituições e políticas do país.

Outro fator que repercute na instabilidade é o histórico de posse e repartição dessa região por antigos impérios. Isso, produz dificuldades de os novos Estados

²⁰ Poder descrito por Weber, é o poder legitimado pela fé na validade do estatuto legal e na competência do Estado. Esse é o poder de maior correspondência com o Estado moderno (WEBER, 2000).

desenvolverem seus sentidos de nação em uma configuração nacionalista ligada automaticamente ao Estado, problema que a Rússia compartilha, mas pelo lado oposto de antigo império. Exemplo disso são as incorporações do império russo no governo de Catarina, a Grande:

Apenas no século XVI com Ivan, o Terrível, que ocorre a expansão para os montes Urais, ao leste; para o mar Cáspio, ao sul; e para o círculo ártico, ao norte. Nesta etapa de sua história, a grande debilidade geográfica da Rússia era seu flanco ocidental, onde tinha fronteira com o grande reinado da Polônia-Lituânia. É no século XVIII, no reinado de Catarina, a Grande, que a Rússia junto da Prússia (futura Alemanha) invadem a Polônia e pela primeira vez dividem seu território. A partir deste momento a Rússia passa a dominar também o que hoje é a Bielorrússia, Moldávia, Ucrânia e os Bálticos - Lituânia, Estônia e Lituânia. Não é a toa que Putin fala que Catarina foi sua imperatriz favorita (AMAL, 2017, p.2)

Como a maior parte dessas regiões esteve sob a administração de impérios que possuíam seus centros fora desses territórios, passaram por importações de valores e políticas de “nacionalização”, como a russificação nos territórios conquistados por Catarina. Esses seis países se mantiveram como território russo da segunda metade do século XVIII ao início do século XX. Foram desincorporados no Tratado de Brest-Litovski (rever subcapítulo 2.3), em 1918.

Entretanto, já em 1922 a Ucrânia e Bielorrússia passaram a fazer parte da União Soviética, como membros fundadores e saíram apenas com o fim dela, em 1991, somando quase 300 anos de profunda relação com a Rússia. Nesse período as populações dessas regiões passaram por dois processos de russificação, um durante o império russo e outro no período soviético.

Outro país-chave na região é a Polônia, que teve dois períodos sob influência russa. Um, a partir de 1772, em que esteve repartido entre a Rússia e a Prússia (futura Alemanha) e, em menos tempo, com a Áustria, até 1918, desincorporado também pelo Tratado de Brest. O outro momento foi após a invasão soviética, em 1945, quando manteve o território polonês sob influência soviética até o início da queda da URSS em 1989. Antes disso, entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a Rússia soviética havia realizado invasões expansionistas e conquistado alguns territórios, não unicamente na busca por mais territórios, mas também na tentativa de expulsar as forças nazistas do território polonês. Após 1990, a Polónia construiu um Estado com instituições fortes e se desenvolveu economicamente, sendo hoje uma das 20 maiores economias do mundo e contrastando com o resto do Leste Europeu (FARIA, 2022).

Quanto à Polónia, vale ressaltar que as suas interações com os russos foram muito mais truculentas que com os demais países do Leste Europeu. Apesar de ser um povo eslavo,

os 142 anos (exceto o período de invasão nazista) de invasões prussianas e russas, envoltas em disputas e violência, levaram a Polônia ao caminho de maior oposição à Rússia, no Leste Europeu. A Polônia, ao contrário de outros Estados da região, possui uma percepção de nação construída. Isso se deve por várias causas, entre elas, o fato de que houve um reino polonês e seu menor tempo sob uma única bandeira estrangeira (DEON, GLOWACKI, GREGOREKI, 2019). Enquanto outros países seguem divididos em apoio e tentativa de dissociação à Rússia, a Polônia está muito mais perto que os demais de um consenso pró-Occidente, sendo participante da OTAN desde 1999 e da UE desde 2004. Atualmente é a décima maior economia da Europa e segunda do Leste Europeu, atrás apenas da Rússia (*Trading Economics*). Por esses motivos e por sua posição como potência média, é uma aposta do Occidente como liderança regional, a ele alinhada, para a região. (BAGHDADI, SOUSA, 2022)

Os Países Bálticos, assim como a Polônia, possuíam uma intensa relação, tanto com a Prússia, quanto com a Rússia e também foram incorporados à União Soviética de forma forçada, por meio de uma ofensiva soviética. Essa ofensiva resultou no genocídio e exílio de parte da população no Alasca, aqueles que haviam apoiado a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Apesar desses países possuírem uma população expressiva que se considera russa até hoje — cerca de 25% da população da Letônia e Estônia e 5% da Lituânia assim se declaram —, a política externa desses países, a partir de 1991²¹, passou a ser anti-russa e anti-soviética, parte do que evidencia isso é que não participaram da CEI²² e entraram na OTAN e UE na segunda rodada, em 2004 (FIGUEIREDO, PINTO, 2018),

Ao pensar sobre as diferenças entre os países ex-soviéticos que se desassociaram da Rússia, Tsygankov (TSYGANKOV, 2016 *apud* BRANCO, 2023, p. 55) considera um fator intrínseco a eles a existência de uma identidade nacional que permitiu a dissociação, assim como a criação de relações mais próximas com o Occidente. Ao tratar desse tema, ele aponta que a identidade nacional é formada a partir da percepção de uma memória nacional, um período ou características culturais que não possuem grande semelhança com as do império, nesse caso a Rússia. Tanto os Países Bálticos, quanto a Polônia possuem essa característica. A Polônia, com a República dos Dois Reinos, e os Países Bálticos, com seus 25 anos de independência na década de 1940.

Tsygankov (TSYGANKOV, 2016 *apud* BRANCO, 2023, p. 55) explica que são essas diferenças e a identidade nacional que influenciam os governos a buscar maior

²¹ Os Países Bálticos foram os primeiros a declarar independência e sair da União Soviética.

²² Comunidade dos Estados Independentes.

autonomia e possibilita consolidarem a própria soberania. Vemos isso com maior facilidade no que se refere à Belarus e à Ucrânia. Ambas ainda encontram dificuldades na criação de identidades nacionais por diversos motivos (étnicos, culturais, proximidade com o antigo império) e se mantêm longe de uma autonomia e dissociação russa. Cabe avaliar o fato de uma identidade nacional envolver a dissociação também da questão étnica e a maior relação com a ideia de Estado. Ideia essa, eurocêntrica, moderna e ocidental. Desse ponto, observamos um primeiro passo para adequação institucional aos modelos ocidentais.

Esses países do Leste Europeu são os de maior interesse para a análise da disputa de influência. A Polônia por vir se colocando como uma possibilidade de liderança regional e os demais por possuírem fronteira com a Rússia²³, principalmente a Ucrânia e a Belarus (antiga Bielorrússia) pelo tamanho, extensão da fronteira e por serem as últimas não alinhadas ao Ocidente entre o resto da Europa e a Rússia.

3.2 OCIDENTE E RÚSSIA, A DISPUTA PELA INFLUÊNCIA

Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos inicia sua escalada como potência hegemônica, mas nessa mesma época a União Soviética também estava se constituindo. Vale lembrar que antes do período soviético, a Rússia, apesar de sua extensão, possuía menor protagonismo no meio internacional, comparado ao período da URSS, principalmente no âmbito cultural. Entretanto, isso se modifica a partir de 1922, com a criação da União Soviética.

A própria criação dela já é um indicativo do aumento da influência externa da Rússia e de seus novos ideais. É pertinente ressaltar que a Guerra Fria não se deu entre os Estados Unidos e a Rússia propriamente dita, mas sim entre Estados Unidos e União Soviética. O fim da guerra fria foi marcado pela dissolução da União Soviética e a criação do Estado Russo independente. Essa distinção é importante porque traz à superfície que, embora a Rússia tenha se tornado muito mais influente durante o período soviético, não foi ela sozinha que teve capacidade de rivalizar com os Estados Unidos (MAZAT; SERRANO, 2012).

Apesar de a União Soviética ter ascendido antes de 1947, a disputa de influência iniciou apenas nesse momento, devido ao contexto da Segunda Guerra. Após a Guerra, a URSS conquistou maior presença internacional, principalmente em organizações internacionais, como vimos no capítulo 2. É preciso salientar que a própria dissolução da União Soviética foi resultado dessa disputa e das pressões realizadas pelo Ocidente, até então

²³ A Polônia também possui fronteira com a Rússia, mas apenas com a parte desconexa do restante, Kaliningrado.

mais representado pelos Estados Unidos, uma vez que os países da Europa estavam em processo de reconstrução durante boa parte da disputa.

Em meio à Guerra Fria, em 1949, o Ocidente — representado pelos Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Portugal, Holanda, Islândia, Dinamarca, Noruega e Luxemburgo — fundou a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Essa organização surgiu com o intuito de configurar uma aliança militar frente à ameaça de novos ataques soviéticos aos territórios dos Estados-membros. Os Estados Unidos sempre tiveram forte influência na OTAN, não apenas pela concentração de poder e pelos investimentos maiores na organização, mas também pelo nível de insegurança dos demais Estados serem maiores que o dele, devido à proximidade territorial com a Rússia e aliados a ela, assim, a dependência dessa aliança segue o mesmo rumo.

Enquanto isso, do lado oriental europeu se formou o Pacto de Varsóvia, em 1955, o qual possuía como participantes a União Soviética — Rússia, Bielorrússia (Belarus), Estônia, Letônia, Lituânia, Ucrânia, Moldávia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Armênia, Azerbaijão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão —, a Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia e Polônia. É importante perceber que todos os países do Leste Europeu participavam dessa aliança, logo, eram aliados da Rússia durante a Guerra Fria, mas nem todos de forma voluntária, alguns, como os Países Bálticos e a Polônia, estavam sob intervenção. O Pacto de Varsóvia foi dissolvido em 1991, após negociações entre o Secretário Geral da União Soviética, Gorbachev, e o presidente George Bush, dos EUA (AMAL, 2017).

Essas negociações se iniciaram como uma tentativa de pacificação das tensões e a reunificação da Alemanha. A dissolução do Pacto ocorreu de forma pacífica, pois como contraponto, o Ocidente se comprometeu com que a Alemanha Ocidental permanecesse desmilitarizada e a OTAN não se expandisse ao Leste, o que implicou no compromisso de não tentar recrutar países que antes participavam do Pacto (MEARSHEIMER, 2014). Essa negociação, ocorrida no último ano de existência da União Soviética, foi a expressão de sua perda de poder. Nesse período, ela já estava sem capacidade de barganha, precisou aceitar um acordo sem ganhos, apenas a título da manutenção de um contexto já existente e de seu poder.

Nesse sentido, desde o acordo de não expansionismo, inúmeros teóricos inseridos nas grandes cúpulas do poder dos países ocidentais alertaram para a importância do cumprimento do acordo e da não intervenção da OTAN nas zonas de influência russa. Henry

Kissinger²⁴, Jack Matlock Jr²⁵, George Kennan²⁶, Jeffrey Sachs²⁷ são alguns desses cientistas que apontaram para o perigo do descumprimento, além disso, entendiam como desnecessária a expansão para a manutenção do status e segurança dos países da OTAN.

Contudo, o acordo foi rapidamente descumprido, tanto a militarização da Alemanha Ocidental quanto às investidas de recrutamento da OTAN tiveram início ainda na década de 1990. É a partir desse ponto que é possível fazer uma análise da disputa do Ocidente com a Rússia, uma vez que ela apenas aparece como Estado independente em 1991. O descumprimento do acordo é justificado pelo Ocidente em duas partes: porque o acordo foi feito entre os Estados Unidos e a URSS, a qual se dissolveu naquele mesmo ano e também, pelo fato de não ter sido um acordo formal, com documentação escrita. Entretanto, nesse sentido é válido ressaltar que, assim como qualquer negociação, havia um objetivo a ser atingido — promover a diluição das tensões — e independente desses fatores, o acordo era necessário para tal.

O mapa a seguir ilustra o atual avanço da OTAN sob o antigo território de influência russa, representado aqui pelo antigo Pacto de Varsóvia que se sobrepõe ao Leste Europeu:

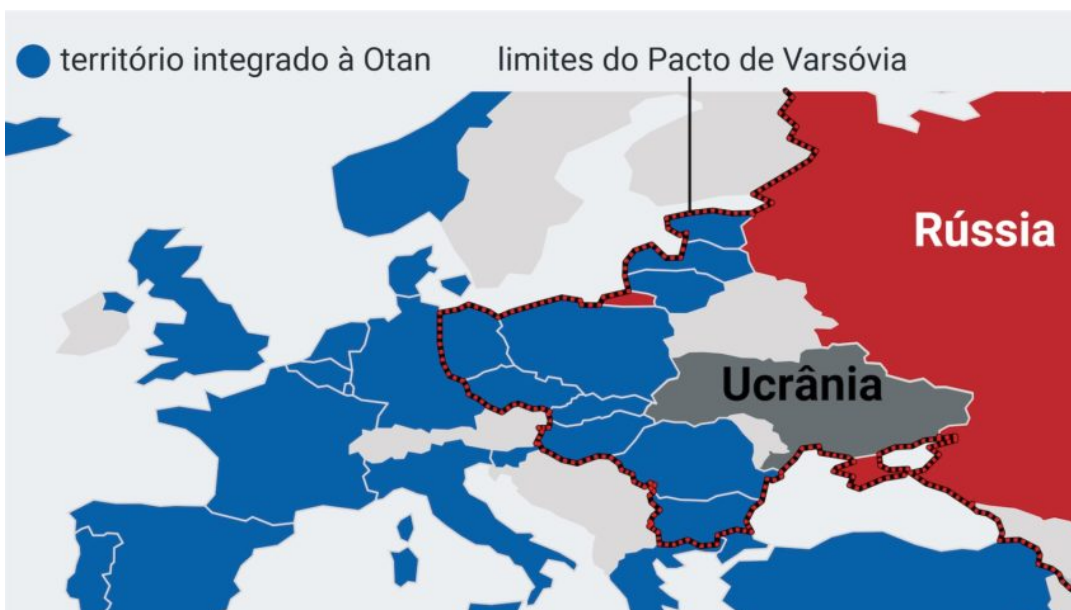
²⁴ Kissinger é um teórico neorealista americano que atuou como Secretário de Estado (1973-1977) e Conselheiro Nacional (1969-1975) dos Estados Unidos. Nessas posições esteve ligado a diversas intervenções imperialistas estadunidenses, entretanto, mesmo com essa postura quanto a outras situações, em 2014, de posicionou contra a possibilidade de inserção da Ucrânia (antes do início da guerra de 2021), assim como foi contra a expansão da OTAN ao Leste, na década de 1990 (MUNHOZ, ROLLO, 2014, p. 151).

²⁵ Matlock é um diplomata de carreira americano que atuou como embaixador na Rússia durante a União Soviética, posteriormente se tornou professor e teórico de Relações Internacionais, atuando em diversas instituições e publicando diversos artigos e livros sobre a área (Disponível em: <https://www.academyofdiplomacy.org/member/jack-f-matlock-jr/> Acesso em 10 de março de 2023).

²⁶ George Kennan foi um diplomata, embaixador e teórico realista estadunidense. Ele desenvolveu o plano Marshall. Pouco tempo depois se tornou um crítico ao plano e à política externa americana da época. Mais tarde, se dedicou à vida acadêmica até a sua morte, em 2005, aos 101 anos.

²⁷ Jeffrey Sachs é um economista americano liberal que prestou consultoria para diversos governos ex-soviéticos na transição para o modelo capitalista. Atualmente ele é professor na Universidade de Columbia e exerce diversos cargos na ONU. (Disponível em: <https://www.jeffsachs.org/> Acesso em 10 de março de 2023).

MAPA 4 - ALARGAMENTO DA OTAN AO LESTE EUROPEU



Fonte: Poder 360. Acesso em 19 de março de 2023.

Como se pode perceber, dos países do Leste Europeu, apenas a Rússia, Moldávia, Belarus, Ucrânia, Geórgia, Armênia e Azerbaijão não participam da OTAN. O que, em questão de território, é uma grande perda de apoio da Rússia e interfere no dilema de segurança da herdeira soviética.

Esse avanço da OTAN é decorrente de outras medidas de aproximação que foram tomadas anteriormente pelo Ocidente. Um dos processos de aproximação foi o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN) — atual Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA) —, fundado em 1991. Esse conselho, de cadeiras rotativas oferecidas a países não pertencentes à aliança, é uma oportunidade para os países não membros participem de fóruns a respeito da segurança coletiva.

Além disso, também foi criada, em 1994, a Parceria pela Paz (PfP), um programa pelo qual países parceiros euro-atlânticos podem realizar acordos de cooperação com a organização, acordos que favorecem suas prioridades individuais. Dos 34 países que participaram da PfP, 15 já aderiram à OTAN.

Outra medida que leva à adesão por parte dos países ex-soviéticos é a mudança, ao menos do ponto de vista do discurso, do conceito estratégico e da razão de ser da organização a partir de 1991. A partir daí a OTAN se caracteriza como uma organização em prol da cooperação em outros âmbitos além do militar, tendo um caráter mais político. Junto a isso, a

nova premissa passou a ser a defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos. Vale acrescentar que logo após o fim da URSS não havia uma visão clara de que a Rússia seguiria sendo entendida como um pária para o Ocidente. (COLIN, 2007)

Para além da OTAN, a União Europeia (UE) também se expandiu ao Leste Europeu, logo a partir de 1995, mas a maior incorporação ocorreu em 2004, 13 anos após o fim da Guerra Fria. Ao contrário da expansão da OTAN, a da UE gerou menos tensões com a Rússia, até porque, nessa época, ela já havia migrado para um modelo econômico capitalista e buscava maiores relações econômicas.

A inserção de países do Leste na UE modificou as relações no Leste Europeu, mas não apresentou riscos militares à Rússia. A pouca tensão exibida pela Rússia nessas incorporações indicam que, apesar da busca russa em manter sua influência sobre a região, a visão muito difundida no Ocidente da busca por controle irrestrito sobre a região é mal fundamentada. Apesar de não ser entendido como fator principal, as incorporações da UE ocorreram próximas a outras ações ocidentais que, essas sim, aumentaram a tensão e resultaram em ações mais diretas da Rússia no Leste Europeu.

Nesse mesmo período, de 2003 a 2005, três países ex-soviéticos — Geórgia, Ucrânia e Quirguistão — passaram por revoluções, conhecidas como “revoluções coloridas”. Essas revoluções receberam um nome comum por compartilharem características também comuns, sendo a principal a clara influência dos países da UE e dos Estados Unidos na inflamação das tensões. Tal influência é um consenso no mundo acadêmico, há apenas uma discussão se foram efetivamente patrocinadas ou apenas incentivadas por aqueles países. Essas revoluções foram levantadas devido à desconfiança nos aparatos democráticos dos países e pela corrupção, problema recorrente na região, fatores que mais tarde se mostraram controversos. Enquanto pelo lado da Rússia essas revoluções foram interpretadas como um fator perigoso de instabilidade em seu entorno. Segue mapa com a localização dos países em relação à Rússia e suas áreas de influência:

MAPA 5 - REVOLUÇÕES COLORIDAS



Fonte: DICS.²⁸

Fato de interesse nesse fenômeno é que dois dos três países, Geórgia e Ucrânia, estavam iniciando o longo processo de entrada na UE, a qual tem entre suas condições a cartilha liberal e democrática (CORTES, 2009). Após as revoluções coloridas, tais condições foram entendidas como prerrogativas para que a Ucrânia e a Geórgia iniciassem o processo de adesão à OTAN. Mais tarde, a Rússia realizou intervenções militares em ambos os países — Geórgia em 2008 e Ucrânia em 2014, após exercícios militares ocidentais. (AZEVEDO, 2018)

Outro fator de tensão foi a Guerra do Iraque, uma invasão não autorizada pela ONU liderada pelos Estados Unidos, a qual serviu para a escalada da narrativa do Oriente Médio como inimigo do Ocidente. No entendimento russo, as medidas tomadas pela OTAN nesse caso tinham como maior interesse posicionar bases militares e formar uma barreira antimíssil contra a própria Rússia. Esse entendimento vinha do fato dos mísseis encontrados no “Eixo do mal”²⁹ não possuírem amplitude para atingir a Europa, enquanto os mísseis russos possuíam (PICOLLI, 2012, p.27).

Ao entender que a disputa entre o Ocidente e a Rússia é, sobretudo, uma disputa de narrativas que têm como fator importante a visão quanto à moralidade ocidental, protagonizada pela moralidade especificamente dos Estados Unidos, a Guerra do Iraque entrou como prerrogativa para a narrativa russa sobre a debilidade de órgãos internacionais, como a ONU, para realizar a manutenção da paz. Esses casos fortalecem a narrativa aceita por

²⁸ Disponível em <https://dics.co/colour-revolution/>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

²⁹ Iraque, Coreia do Norte e Irã.

diversos países não ocidentais³⁰ de que os órgãos internacionais envolvidos realizam, como primeiro propósito, a função de manutenção da hierarquia internacional e a defesa dos interesses da superpotência, comprovada nesse caso por ser subjugada a partir do momento que se opõe aos interesses dela.

Essas questões das tratativas para a criação de um escudo antimíssil, das Revoluções Coloridas, a expansão da OTAN para o Leste Europeu e a invasão americana ao Afeganistão, todas apoiadas pelos Estados Unidos, levaram a Rússia a uma reorientação de sua política externa iniciada em 2008. A qual passou a priorizar as relações com a Europa. Isso devido ao fato de o alto escalão russo, governo Medvedev, compreender a relação com a Europa mais estável, pois ela possui laços de dependência energética (petróleo e gás natural) e estava, na época, mais aberta a relações de cooperação (PICOLLI, 2012).

Entretanto, como visto no capítulo 2, a partir de 2008 há um fortalecimento das relações da UE e OTAN, tanto com a Ucrânia, quanto com a Geórgia o que leva a Rússia a diminuir suas relações políticas com a Europa também e a partir de 2012, com a volta de Putin, apresentar uma política externa mais ativa para a região do Leste Europeu e mais assertiva quanto aos seus posicionamentos.

Em 2014 houve acontecimentos na Ucrânia que tensionaram ainda mais as relações entre o Ocidente e a Rússia: a anexação da Criméia por parte da Rússia, o apoio militar americano ao governo ucraniano e as sanções do Ocidente à Rússia, os quais veremos mais detalhadamente no próximo capítulo. A partir daí, todas as tentativas russas de aumentar sua influência sobre o Leste Europeu surtiram uma força contrária ocidental relevante. Antes isso também ocorria, mas não de forma tão agressiva como se pôs a partir da anexação russa da Criméia (LEITE, LUCENAS, NOBRE, 2020).

A respeito disso, também há outros dois pontos a serem levantados: a atuação dos países do Leste Europeu membros da OTAN e UE, estes muitas vezes eram os mais veementes na defesa de uma postura combativa a avanços russos e exerciam isso através de vetos e propostas, nesse sentido a Polônia e os Países Bálticos como principais; a mudança da mídia ocidental, essa adotou uma postura muito mais coordenadora das ações russas.

³⁰ Aqui entendemos ocidentais como o Norte global ocidental, composto pelos Estados Unidos, Canadá e Europa ocidental. Ou seja, favorece o discurso também de países que estão na região ocidental, mas são parte do sul global e possuem uma postura crítica aos países explicados aqui como ocidentais.

3.3 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E BLOCOS NA REGIÃO

Como vimos com Nolte (2006), as organizações de cooperação são um ponto estratégico para se pensar a estabilidade e força de uma liderança regional. Nolte também trabalha com a ideia de que países menores podem formar coalizões de cooperação, a fim de contrabalançar a influência regional da potência regional. Ele avalia que essas cooperações são, inclusive, incentivadas e fortalecidas pela superpotência, quando não estão de acordo com a liderança regional. Detlef, por sua vez, alerta para o fato de que essas organizações também podem ser arenas de negociação e fortalecimento da liderança regional em relação à percepção dos países dessa região.

A respeito disso, apresentaremos algumas das organizações e blocos mais importantes da região, para além da OTAN e da União Europeia. Abordaremos como cada um reflete sobre as relações da Rússia e do Ocidente.

Uma das organizações que atuam fortemente no Leste Europeu é a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a maior organização regional de segurança do mundo. Conta com 57 membros, entre eles os Estados Unidos, Canadá, todos os países da Europa, incluindo a Rússia, e países da Ásia. (CÔRTE-REAL, 2007).

Com o tempo, a OSCE foi ganhando forma e desenvolvendo instituições internas para a sua atuação. Essa atuação foi definida em três espectros: a promoção da democracia e dos direitos humanos; prevenção, resolução de conflitos e reabilitação dos Estados pós-conflitos; cooperação para a segurança regional. Para o desenvolvimento de suas funções, a OSCE mantém relações de cooperação com outras OIs, como principais a ONU, UE, OTAN, CEI e Conselho da Europa, utilizando inclusive funcionários especializados, nas áreas de atuação da OSCE, dessas instituições (MOITA, 2005).

A atuação dessas instituições da OSCE, agem através do acompanhamento, da fiscalização e da intermediação de situações em que as democracias estão em risco ou quanto a crises. Do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos, a atuação mais comum é o envio de observadores às eleições dos países membros e o acompanhamento de casos em que há questionamento quanto à atuação de governos. Já quanto à prevenção, resolução de conflitos e reabilitação dos Estados pós-conflitos, uma das medidas mais importantes e atuantes é a intermediação de negociações e o desenvolvimento de planos de ação. Por último, a cooperação para a segurança regional tem o amparo de diversos órgãos da OSCE. (RAMALHO, 2002).

No que diz respeito ao estudo que propusemos fazer, os fatores sobre a OSCE que mais nos interessa é o fato de que ela é uma organização altamente aparelhada, com várias instituições internas apoiadas pela ONU, OTAN, UE, que possui relações com outras organizações capazes de influenciar a sua atuação. Devido à debilidade apresentada pela CEI, às capacidades financeiras da OTAN e à disparidade do número de membros participantes entre essas duas organizações, há uma preponderância das visões ocidentais na organização (XAVIER, 2016).

Outra questão é a predominância da atuação da OSCE no Leste Europeu, em casos de instabilidade institucional e crises étnicas. A atuação da OSCE é, inclusive, um dos fatores que impulsionaram as Revoluções Coloridas. Devido à alta atuação, a organização se torna um fator importante na movimentação pendular de alguns “estados-tampão” no Leste Europeu. Como veremos, a ação dessa organização foi o fator primordial nas manifestações e insegurança quanto às eleições ucranianas de 2004 (XAVIER, 2016).

Como mencionamos anteriormente, a OSCE mantém relações cooperativas com a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), formada no mesmo acordo que gestou o desmembramento da União Soviética. A CEI surgiu como uma arena de cooperação multilateral para os âmbitos político, econômico e de segurança. Cooperação que antes era desenvolvida pela própria União Soviética e a partir de seu desmembramento se fez necessário repensá-la (SIMÃO, 2016).

Em termos objetivos, o bloco se mostrou ineficiente. O âmbito político, apesar de não ter se desenvolvido conforme as expectativas, foi o que mais rendeu resultados. A CEI conseguiu amortecer os impactos que as fronteiras artificiais causaram e contribuir para a pacificação. Outro ponto de importância, é quanto às questões de pressão externa na região sobre os países da CEI, que permite uma posição mais forte desses. Além disso, de modo interno, esses países conseguem desenvolver um melhor equilíbrio referente à Rússia, em negociações multilaterais através da CEI.

Para a Rússia, a Comunidade representa um elo com a região próxima, uma arena de negociações favorável ao diálogo e à abertura de acordos, mesmo que acabem ocorrendo fora da instituição. Além disso, a CEI tem como uma de suas políticas a livre circulação de pessoas, o que traz à Rússia uma maior mão de obra, fortalecendo os setores econômicos do país e mantendo uma relação próxima com os seus vizinhos, o que dificulta a influência de outras potências próximas, como a UE e a China (SIMÃO, 2016).

Desde a saída da Geórgia (2008) e da Ucrânia (2014) da Comunidade, os motivos que ainda existiam para a sua existência foram mais uma vez afetados. A partir daí, novas

dificuldades se apresentaram e a enfraqueceram. Apesar disso, ela segue com uma importância simbólica. A CEI representa a maior arena de cooperação do Leste Europeu e uma percepção de união em torno de um passado comum. Além disso, é um vetor de barganha em negociações com países fora da região.

A Comunidade Econômica Euroasiática (CEEAA), também chamada de EurAseC é outro bloco do qual a Rússia fez parte. Essa organização, que decorre da CEI, teve um desenvolvimento gradual desde 2000. Como membros fundadores estão Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão. Em 2002 a Moldávia e a Ucrânia tornaram-se estados observadores, em 2003 a Armênia e em 2006 o Uzbequistão se tornou membro, mas foi suspenso (BOZHKAULY, 2015).

Em 2006, foi acordado entre os cinco estados membros a união aduaneira, que entrou em vigor em 2009 e em 2010 foi aprovada a tarifa alfandegária única da união. Em 2012, Putin apresentou o plano de criação de um Espaço Econômico Único, como proposta à Bielorrússia e Cazaquistão, países com economias consideravelmente desenvolvidas. Esse projeto formou a União Econômica Euro-Asiática (UEEA) que substituiu a Eurasec (BOZHKAULY, 2015).

Foi desenvolvido um método de tomada de decisão igualitário, por meio do qual a Rússia não tem mecanismos para impor seus interesses. Do ponto de vista da Rússia, essa organização econômica é de grande importância para assegurar a sua legitimidade como potência regional e desenvolver um relacionamento mais estável com os seus vizinhos.

O último grupo que cabe mencionar para os interesses desta pesquisa é o GUAM. Esse grupo é formado pela Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia. Como veremos à frente, a Ucrânia possui um histórico de uma diplomacia pendular, alternando posições mais favoráveis à Rússia e ao Ocidente. Em meio a isso, em 1997, o então presidente Kuchma, em seu período pró-Ocidente, protagonizou a criação deste grupo. O GUAM surge como um mecanismo desses países para equilibrar a balança de poder no Leste Europeu com a Rússia e organizar uma política externa conjunta que visava a aproximação com o Ocidente (FERRARO, 2011).

Ferraro (2011) demonstra que os países desse grupo possuem diversos interesses comuns, devido a similaridades em suas constituições. Esses países possuem parcelas significativas da população que se identificam com a cultura russa e o passado soviético da região, mas também possuem outras parcelas que podem ser consideradas russofóbicas, que buscam apagar o passado soviético e são ultranacionalistas. Essa composição dificulta tanto a aproximação, quanto o distanciamento quanto à Rússia.

Em meio a essa complexidade, esse grupo se formou na intenção de realizar negociações entre o grupo e o Ocidente, com o objetivo de conseguir um melhor posicionamento na arena internacional. De forma geral, esse grupo busca a inserção na União Europeia em um primeiro momento, podendo avançar à inserção à OTAN. Apesar disso, todos esses países se veem na necessidade de manter relações políticas e econômicas com a Rússia, nesse contexto, costumam fazer uso da aproximação com os Estados Unidos, para aumentar o poder de barganha (FERRARO, 2011).

Esses quatro grupos e órgãos de cooperação atuam e são capazes de influenciar na distribuição de poder na região do Leste Europeu. Eles possuem níveis diferentes de capacidade de ação, mas perceberemos que são influentes na política externa da Ucrânia, assim como a CEI e UEEA se mostraram na política externa russa recente.

4. UCRÂNIA

Como vimos ao longo do trabalho até aqui, o Leste Europeu possui muita influência do período soviético. Isso traz diversas questões que fazem com que esta região esteja sob disputas de influência e tenha importância para modificar o equilíbrio da balança de poder no SI.

Entre os países que compõem esta região, a Ucrânia é um dos países mais importantes pelo seu tamanho, localização e população. Além de importante, é um dos casos mais delicados nessa balança de poder.

Neste capítulo nos propusemos a estudar o caso ucraniano. Para isso, faremos uma contextualização histórica e geográfica, para compreendermos melhor quais são as questões que ainda repercutem na disputa de influência e decisões da população no Estado Independente Ucraniano (a partir de 1991).

Em seguida, faremos uma análise dos 6 governos que a Ucrânia teve desde 1991 e quais foram as relações com o Ocidente e a Rússia. Esta análise chega até a Guerra da Ucrânia de 2021 e traz um panorama sobre algumas questões da guerra. Entretanto, não nos propomos neste trabalho a fazer um juízo de valor e nem mesmo criar possibilidades para o fim dela.

4.1 COMPOSIÇÃO UCRANIANA

A formação dos assentamentos da etnia Kievan Rus, que mais tarde daria origem à população russa, possui íntima ligação com o atual território ucraniano. As atuais Ucrânia e Rússia possuem uma história de formação emaranhada, tanto do ponto de vista cultural quanto das necessidades e interesses. Essa etnia manteve assentamento nas margens do Rio Dnieper — território da atual capital ucraniana, Kiev — durante o século IX, até que foram forçados, devido a sucessivos ataques mongóis, a migrar a centralidade da administração para um território mais seguro — onde hoje se encontra Moscou (AMAL, 2017).

A partir desse momento, o território de Kiev passou a constituir um principado que ficou por um tempo sob influência mongol³¹, mais tarde a República das Duas Nações

³¹ Dessa interação mongol e das relações com o Oriente Médio surgiram as características comunidades cossacas, marcadas pela insubordinação às leis do império russo, na maior parte do tempo existiram como comunidades independentes que realizavam acordos de apoio com o império russo em condições diferentes das capazes por indivíduos, mantendo sua independência e isentos de impostos e da servidão. Essas comunidades se concentraram no território onde hoje se localizam a Ucrânia, o sul da Rússia Europeia e Cazaquistão. As comunidades mais relevantes foram os cossacos do Don (ligados ao território do Donbass) e os cossacos zaporijianos (como o nome sugere, do território do atual *oblast* de Zaporizhia, na Ucrânia) (EGOROV, MANÁEV, 2020).

(Polônia e Lituânia) anexaram o território e desde então o território ucraniano se encontra em disputa quase constante entre a Rússia e o Ocidente, nesse primeiro momento representado pela República das Duas Nações, mais tarde pela Prússia e agora pela União Europeia e pelos Estados Unidos (GALLIAN, 2023).

Parte do motivo dos sucessivos ataques mongóis era a questão geográfica do território. A atual Ucrânia se localiza na Grande Planície Europeia, que se estende do litoral ocidental francês aos montes Urais, além de Moscou, esta planície facilita a passagem de pessoas e expedições militares. Este é um dos motivos pelos quais o território é de incrível importância para a segurança russa, foi através dela que várias tentativas de invasão ocidentais à Rússia se movimentaram³².

Vale reforçar que a Ucrânia é o segundo maior país em extensão da Europa, ficando apenas atrás da própria Rússia. O seu perímetro equivale a três vezes o do Reino Unido e possui vários recursos, entre eles recursos minerais, os quais têm grande concentração no Donbass, território de maior presença da cultura russa e de grande importância econômica ao país. Além disso, é o país europeu com a maior fronteira com a Rússia. (GALLIAN, 2023)

Além disso, a Ucrânia tem parte da sua receita ligada à questão da dependência energética europeia com a Rússia. Das importações europeias de gás natural, 40% eram de gás russo até o início da guerra, em fevereiro de 2021 (BARRÍA, 2021). O gás natural é transportado atualmente por gasodutos, dois dos principais atravessam o território ucraniano, o que traz receitas à Ucrânia e uma interdependência econômica entre os países. Apesar dessa interdependência, vale ressaltar que ela não é equilibrada, pois além da passagem do gás, a Ucrânia também possui grande dependência energética com a Rússia, em 2014, 57% do gás natural consumido na Ucrânia era russo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Outra questão geográfica de interesse por parte da Rússia é o porto de Sevastopol, localizado na península da Crimeia —território anexado pela Rússia em 2014. Este porto possui grande importância à Rússia, pois após o desmembramento da União Soviética, ela se encontrou em escassez de livre acesso a portos de águas mornas³³ e saídas marítimas no Mar Negro, conseqüentemente, difícil acesso ao Mar Mediterrâneo.

Como veremos à frente, a Rússia, mesmo após a saída da Ucrânia da União Soviética, encontrou formas de manter o controle do porto de Sevastopol através de acordo,

³² Poloneses, 1605; suecos, 1707; expansão napoleônica, 1812; alemães na primeira e segunda guerra mundial (MARSHALL, 2015).

³³ Esse termo “portos de águas mornas” antagoniza com de “águas frias”, os quais passam parte do tempo com as águas congeladas. A Rússia tem como exemplo os portos de São Petersburgo, Arkhangelsk e Vladvostok, que passam 4 meses congelados por ano.

isso, por consequência, manteve os laços estreitos da população deste território com a Rússia. Nesse sentido, Matlock traz à luz questões históricas das quais também decorre essa ligação:

O status da Crimeia tem sido um fator de distração e complicação nos esforços da Ucrânia para formar um senso de nacionalidade a partir de elementos díspares. Historicamente, a Crimeia tem sido russa desde o final do século 18 e algumas das batalhas mais notáveis da história russa ocorreram lá, batalhas consagradas no sentido russo de nacionalidade. Lev Tolstói lutou na defesa de Sebastopol durante a Guerra da Crimeia e escreveu sobre isso (MATLOCK, 2014, p.1, tradução da autora).

Matlock exhibe a profunda ligação da Rússia com o território ucraniano, mas parte da população ucraniana também possui uma íntima ligação com a cultura e identidade russas, como evidenciaremos no próximo capítulo. Essa identificação ocorre devido à proximidade geográfica, à história e ao contato mais intenso com a Rússia.

MAPA 6 - TERRITÓRIO UCRANIANO INVADIDO ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2022



Fonte: Basque Mapping, Wikipédia³⁴.

Ao realizar uma análise quanto aos motivos de maior apoio nos *oblasts*³⁵ de Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia, Criméia (marcados no MAPA 6) e Odessa, é importante compreender que essas regiões tiveram sua incorporação ao território ucraniano no período da União Soviética. Antes disso, principalmente o Donbass, era uma área de grande importância para a

³⁴ Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Anexa%C3%A7%C3%A3o_do_sul_e_leste_da_Ucr%C3%A2nia_pela_R%C3%BAssia#/media/Ficheiro:Annexation_of_Southern_and_Eastern_Ukraine.svg

³⁵ Divisão dos territórios de um país, equivalente aos estados de uma federação.

economia russa. Um dos maiores centros industriais russos³⁶ desde o Império, devido à sua proximidade ao Mar Negro e suas ricas minas de carvão. Alguns analistas compreendem também que parte das questões separatistas do território e o interesse em apoiar a Rússia, por parte de sua população, ocorre por uma certa nostalgia soviética, um período de grande povoamento e desenvolvimento do território.

Por outro lado, o território Oeste possui maior afinidade com o Ocidente. Essa dicotomia ucraniana se dá porque, por várias vezes, o Rio Dnieper, que corta o país, foi uma divisão física das influências, quanto mais próximas das influências, maior elas são. Enquanto o Donbass possui grande relação com a Rússia, as *oblasts* de Lviv, Ternopil e Ivano se mantêm mais ligadas às heranças ocidentais³⁷ nacionalistas, uma vez que pertenceu à Polônia e à Alemanha e hoje possui maiores relações com a União Européia.

Sendo assim, sabemos que a Ucrânia possui intensas relações étnicas, históricas, econômicas e, como veremos no próximo capítulo, políticas com a Rússia. Além dessas relações, também vimos a importância do território ucraniano para a política de segurança russa e econômica. Além disso, o território não possui grande segurança real, uma vez que possui grupos separatistas e um grande histórico de invasões e anexações entre Alemanha, Polônia e Rússia.

4.2 DISPUTA DE INFLUÊNCIA NA UCRÂNIA

Como vimos no decorrer desta pesquisa, o Leste Europeu, como um todo, possui algum contato com a Rússia, de forma livre ou forçada, em suas histórias. Alguns países têm maior contato e outros menor. Independente disso, todos os países participaram do Pacto de Varsóvia e após o fim do Pacto, muitos deles se tornaram membros da União Europeia e da OTAN, outros aderiram à CEI e se mantiveram próximos à herdeira soviética. Vimos também que entre esses países a Ucrânia e a Belarus são os dois “estados-tampões” de maior importância para a Rússia atualmente. Deles, a Ucrânia é o país que mais se encontra em disputa atualmente e possui grande importância na estratégia de segurança e econômica para a Rússia.

³⁶ Rever subcapítulo 2.3

³⁷ Entre elas, está o histórico nazista decorrente do período em que esse território, até então polonesa, foi conquistada pela Alemanha Nazista. Nesse período se formou uma base de pensamento nazi-nacionalista nos ocupantes deste território. Vale lembrar que o nacionalismo se expandiu e hoje há vertentes nacionalistas ucranianas não-nazistas.

Por isso, neste subcapítulo abordaremos as disputas de influência das forças ocidentais e da Rússia sob a política ucraniana e como a Rússia fez uso de sua política externa para alcançar essa influência. Para tanto, será necessário retomar momentos específicos da independência da Ucrânia. Para compreender um pouco a visão da população ucraniana, cabe uma análise dos referendos feitos que levaram à independência ucraniana e o início das negociações para a formação da CEI.

Em dezembro de 1991, foi realizado na Ucrânia um referendo a respeito do Ato de Declaração de Independência da Ucrânia, se a população apoiava ou não tal ato. O resultado foi positivo: 92% dos eleitores gostariam que a Ucrânia se tornasse um Estado independente, que tivesse uma administração autônoma e, assim, saísse da União Soviética. Esse apoio também foi majoritário nas regiões de maioria étnica russa, no Donbass. Esse referendo veio como resultado da grande mobilização da sociedade civil pela independência, desde janeiro a Ucrânia estava em manifestação (O REFERENDO, 2022)

No mesmo dia em que ocorreu o referendo, aconteceu a primeira eleição da Ucrânia como estado independente. Houve cinco candidatos, todos a favor da independência da Ucrânia. Nessa eleição, Leonid Kravchuk, chefe do parlamento até então, se elegeu com 61% dos votos. O primeiro presidente do Estado ucraniano. Já no dia seguinte os Estados Unidos iniciaram as tratativas de relações bilaterais entre os dois Estados (O REFERENDO, 2022).

Mesmo com esses resultados, as respostas a outro referendo que dizia respeito à participação de uma união soviética de estados soberanos, baseada na Declaração de Soberania de Estado da Ucrânia, também foi positiva em um primeiro momento, 81% favorável. Esses dados representam que os ucranianos tinham interesse na autonomia e na soberania estatal, em se tornar uma nação, mas não possuíam, naquele momento, aversões ao modelo soviético e nem mesmo à Rússia. Esse sentimento anti-Rússia ganhou força e foi vinculado ao nacionalismo após a independência ucraniana (O REFERENDO, 2022).

Uma das primeiras negociações entre o Estado ucraniano e russo, nos governos de Kravchuk e Yeltsin, foi a respeito da península da Criméia e o porto de Sevastopol. Apesar de pertencer à Ucrânia desde 1954, a Rússia fazia uso desse porto desde o império, havia feito diversos investimentos na península e possuía uma logística vinculada a ele. Pelo lado ucraniano, havia um interesse quanto a questão energética a respeito da Rússia, como visto acima.

Devido a isso, os Estados (Rússia e Ucrânia) realizaram um acordo em que a Ucrânia permitia livre acesso militar e comercial à Criméia e o porto de Sevastopol para os russos, em troca recebiam vantagens comerciais aos ucranianos na compra de gás natural. Devido a esse

acordo, a Rússia possui uma base militar em Sevastopol, a qual, como veremos à frente, é um dos pontos chave das tensões de 2014 (AMAL, 2017, p. 11).

Outra ação importante do governo Kravchuk (1991-1994) em âmbito internacional foi a oposição à transformação da CEI em uma organização supranacional, defendendo o interesse da população de se manter um Estado autônomo e reduzindo o risco de a Comunidade ser utilizada como um mecanismo de dominação russa (FERRARO JR., 2011, p. 4). Nessa medida já aparece uma certa preocupação do governo ucraniano com a possibilidade de se tornar um “quintal da Rússia” e a intenção de não manter um alinhamento direto com o ex-império.

Nesse sentido, Kravchuk também foi capaz de barganha tanto com o Ocidente, quanto com a Rússia na transferência do arsenal nuclear soviético à Rússia, conseguindo vantagens políticas³⁸. O governo Kravchuk foi marcado pela cautela nas relações com ambos os lados (Rússia e Ocidente). Essa postura era necessária por diversos motivos, os mais latentes eram: a) ainda havia uma certa relutância no reconhecimento da soberania por parte da Comunidade Internacional; b) a divisão de apoio à Rússia — parte representativa da população se considerava russa, cerca de um quarto da população — e ao nacionalismo, que até então não estava tão associado ao apoio ao Ocidente, mas já ganhava características anti-Rússia (FERRARO JR., 2011, p. 4).

Nas eleições de 1994, Kravchuk tentou a reeleição, mas perdeu para Leonid Kuchma. Kuchma se apresentava como um presidente pró-Rússia³⁹, mas manteve relações bilaterais importantes tanto com a Rússia, quanto com os Estados Unidos (FERRARO JR., 2011). Em seu primeiro mandato, Kuchma estabeleceu uma nova moeda nacional e realizou uma reforma institucional, transformando o sistema de governo em um semi-presidencialismo. Até 1996, o governo Kuchma finalizou o desarmamento nuclear, acordado em 1994 pelo seu antecessor.

Apesar de se apresentar como pró-Rússia, a partir do seu segundo mandato, Kuchma adotou uma postura mais alinhada aos Estados Unidos e à OTAN (FERRARO JR., 2011). Parte do que influencia essa mudança de postura é o fato de que, desde o fim da URSS (1991)

³⁸ Essa medida era almejada tanto pela Rússia, quanto pela OTAN, o presidente americano da época, Clinton, interveio e, como resultado das negociações, a Ucrânia transferiu seu armamento nuclear à Rússia — os ucranianos não possuíam os códigos para uso, apenas os russos —, aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Em troca, a Rússia, os Estados Unidos e o Reino Unido se comprometeram a respeitar a independência e a soberania ucraniana e as fronteiras estabelecidas.

³⁹ Neste trabalho utilizamos o termo “pró-Rússia” no sentido de pessoas ou medidas que visem fortalecer relações com a Rússia e não a entendem como um país inimigo. Esse termo não é utilizado para representar a intenção de incorporação de território ucraniano à Rússia. A maior parte dos políticos pró-Rússia são pragmáticos e defendem a manutenção da soberania ucraniana.

até 1999, o PIB ucraniano caiu cerca de 55% e a inflação alcançou a casa dos cinco dígitos (CHARLEAUX, 2022). Nessas condições, a Ucrânia passou a receber investimento americano e, como contrapartida, assumiu uma postura mais alinhada ao Ocidente. Como resultado, em 2000, a economia ucraniana estava estabilizada e alcançava um crescimento anual de 7%. Entre as mudanças do governo, estava a privatização de várias estatais ucranianas, o que criou uma oligarquia ucraniana muito influente, como o que ocorreu no governo Yeltsin, na Rússia (ORTEGA, 2009).

Em seu segundo mandato (1999-2004), o governo Kuchma pleiteou a entrada da Ucrânia na União Europeia, mostrou interesse no ingresso da Ucrânia na OTAN e protagonizou a criação da GUAM. Entretanto, após uma série de escândalos de corrupção, o Ocidente diminuiu suas relações com a Ucrânia, o que levou Kuchma a priorizar novamente as relações com a Rússia (FERRARO JR., 2011). O Governo Kuchma, assim como o anterior, foi marcado por boas relações, tanto com o Ocidente, quanto com a Rússia.

Como vimos no subcapítulo 3.2, o Leste Europeu passou pelas Revoluções Coloridas. A primeira na Geórgia, a Revolução das Rosas, em 2003, seguida da Revolução Laranja, na Ucrânia, em 2004. Esse evento modificou completamente as relações internas da Ucrânia e externas com a Rússia. Tornando-as mais tensas e rompendo com a neutralidade que se manteve até então por parte da Ucrânia.

Em 2004 ocorreram as eleições presidenciais da Ucrânia. Nesta eleição o contexto já havia se modificado desde a independência. Na Rússia, Putin era o presidente e já havia tentado uma maior cooperação com os EUA, de quem não obteve receptividade. Desde então, a política externa russa assumiu postura mais crítica ao Ocidente e buscou a perspectiva dos outros países como uma grande potência, um Estado poderoso, tanto em termos relativos, quanto absolutos, o que era fortalecido pelo período de crescimento econômico russo (COLIN, 2007). Já pelo lado ocidental, o crescimento russo estava sendo visto como uma possível ameaça e insegurança, devido ao aumento do poder russo na região. Para além disso, em março de 2004, a OTAN havia incorporado sete países do Leste Europeu à organização.

Em meio a esse ambiente de maior tensão e certa desconfiança nas instituições ucranianas, devido aos casos de corrupção e perseguição a opositores do governo Kuchma, ocorreram as eleições com dois candidatos fortes e opostos⁴⁰. Viktor Yanukovich, pelo

⁴⁰ Esses sucessivos casos de corrupção e perseguição a opositores tiveram início após um antigo aliado de Kuchma ter vazado um áudio do então presidente ordenando a morte de um jornalista opositor. Esses casos levaram a uma debandada das bases de apoio de Kuchma. Um desses apoiadores era Yushchenko, que havia sido primeiro-ministro de Kuchma, em 1999-2000 e que concorreu em 2004 contra o sucessor de Kuchma (ORTEGA, 2009).

Partido das Regiões, sucessor de Kuchma e primeiro-ministro, e Viktor Yushchenko, pelo partido Nossa Pátria Ucrânia, pró-Occidente⁴¹ (ORTEGA, 2009).

Nessas eleições houve um primeiro turno muito acirrado. O candidato pró-Occidente, Yushchenko, recebeu 39,9% dos votos, enquanto Yanukovych, 39,2%, sete centésimos de diferença. Isso levou os dois candidatos a um segundo turno, no qual o sucessor de Kuchma venceu com uma diferença de menos de 3%. Entretanto, no dia seguinte às eleições, organizações internacionais, em sua maioria ocidentais, que acompanhavam as eleições, já encontraram indícios de corrupção. Assim como nas outras Revoluções Coloridas, a participação de ONGs e OIs na desconfiança das instituições tiveram papel crucial. (ORTEGA, 2009)

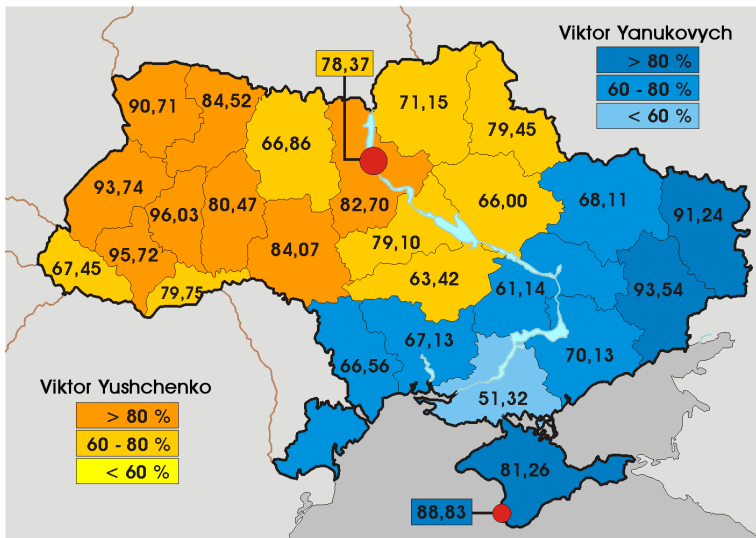
Logo no dia seguinte ao segundo turno houve manifestações na capital Kiev. Essas manifestações foram marcadas pelo uso da cor laranja, usada na campanha de Yushchenko. A Comissão Eleitoral declarou Yanukovych vencedor, mas devido à decadência do apoio a Kuchma, o parlamento foi o primeiro órgão governamental a reconhecer a fraude, acompanhados de outros órgãos estatais. Esse desgaste levou a Suprema Corte a convocar novas eleições. Nessas, Yushchenko venceu de 52% a 44% em eleições limpas de grande fiscalização internacional e midiática (ORTEGA, 2009).

Esse resultado demonstrou uma diferença brutal do que ocorreu na Geórgia. Nessa eleição, fica claro que mesmo que Yushchenko tenha vencido, ainda assim foi uma vitória relativamente apertada. Apesar dos escândalos de corrupção e fraude, partidos independentes como o Partido Comunista da Ucrânia (KPU), oposição de Kuchma, apoiou a candidatura de Yanukovych, por considerar Yushchenko nacionalista extremo e um fantoche do Occidente⁴². Isso demonstra que não havia um consenso, muito pelo contrário. Além de Yushchenko não possuir apoio nem de 60%, seu opositor também não estava desmobilizado e não foi condenado pela opinião pública (ORTEGA, 2009). O país estava dividido em ideologia, nacionalismo e também em território, como é possível observar no mapa a seguir:

MAPA 7 - DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DO “TERCEIRO” TURNO DAS ELEIÇÕES UCRANIANAS DE 2004.

⁴¹ O Partido das Regiões representa os governos pró-Rússia e Nossa Pátria Ucrânia e Bloco Iúlia Timoshenko, governos pró-Occidente (FERRARO JR., 2011).

⁴² Durante a Revolução Laranja, Yushchenko reabilitou o nacionalismo radical, retomou a figura de Stepan Bandera, um ultranacionalista ucraniano que foi responsável pelo Holocausto na Ucrânia, massacre de poloneses, colaborador dos nazistas, tinha seus discursos em torno da limpeza étnica, antissemita e o anticomunismo (MENÉNDEZ, 2022).



Fonte: Electoral Geography (2004).

Como vemos, há uma divisão clara do país, com altos percentuais de diferença entre as preferências nos *oblasts*. Caso o país fosse dividido nessa linha, ambos os presidentiáveis conseguiriam vitórias com votos acima de 70%. É relevante perceber a incidência dos votos pró-rússia com o uso da língua e aqueles que se consideram russos e/ou possuem maior contato com a população e cultura russa.

Quanto às relações internacionais, a UE e a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) manifestaram comprometimento com eleições limpas. Já o governo dos Estados Unidos redigiu uma resolução condenando as violações às normas da OSCE ocorridas na Ucrânia. Mais tarde aprovou outra incentivando o presidente a ameaçar o governo ucraniano com consequências negativas nas relações entre os países em caso de fraude nas eleições. Quatro dias antes do segundo turno, os EUA expediram outra resolução que permitia o governo a tomar medidas contra os indivíduos que se envolvessem em fraudes nas eleições ucranianas (ORTEGA, 2009).

Enquanto isso, o governo Putin declarou apoio aberto a Yanukovich durante as eleições e reconheceu a vitória do mesmo antes do resultado ser divulgado oficialmente, havia apenas a vitória técnica. A maioria dos países da CEI o seguiu e reconheceu o resultado (ORTEGA, 2009).

Após eleito, o governo Yushchenko delimitou as novas diretrizes da política externa do país. Buscou a entrada na OTAN, UE, o reconhecimento da identidade europeia da Ucrânia, o apagamento das relações fraternas com a Rússia e uma relação bilateral mais próxima com os Estados Unidos. Todas essas intenções foram proclamadas em discursos de

Yushchenko. A aproximação com os EUA visava até a abolição de vistos para turistas entre as nações.

Mesmo com tal postura, Yushchenko fez uso da CEI como esfera econômica e de cooperação com a vizinhança. Apoiou a criação do Espaço Econômico Comum, a cooperação para traçar uma política conjunta para combater problemas ambientais, crime organizado e cooperação multilateral nos setores: energético, transportes, agro-industrial, entre outros. Contudo, houve conflitos de interesses e o governo ucraniano negou a participação de observadores da CEI nas eleições parlamentares de 2006, enquanto recebia observadores da UE e da OSCE (ORTEGA, 2009).

Por outro lado, Yushchenko fortaleceu a GUAM, como maior e mais populoso país do bloco, o apoio dele para a transformação do bloco em Organização Internacional (ODED-GUAM) foi de grande relevância. Por esses motivos, a sede da nova OI foi instalada em Kiev, demonstrando tal importância no país. Mesmo que em termos reais a GUAM não tenha crescido e se tornado uma OI ativa, ela foi importante para firmar o posicionamento e aspirações a favor de relações Euro-atlânticas e formou um canal de diálogo com os EUA.

Quanto às relações com a Rússia, houve três momentos de maior tensão: a expulsão por parte do governo Yushchenko de diplomatas russos, acusando-os de espionagem; acusações por parte do presidente russo, Dmitri Medvedev, de que nacionalistas ucranianos estariam apoiando o governo da Geórgia no *front* e o governo ucraniano teria enviado armamento — após essa declaração, Medvedev retirou o embaixador russo de Kiev; a “guerra” do gás, que alguns autores compreendem como uma resposta ao início do processo de adesão à OTAN, e a suspensão da importação de produtos ucranianos pela Rússia (FERRARO JR., 2011).

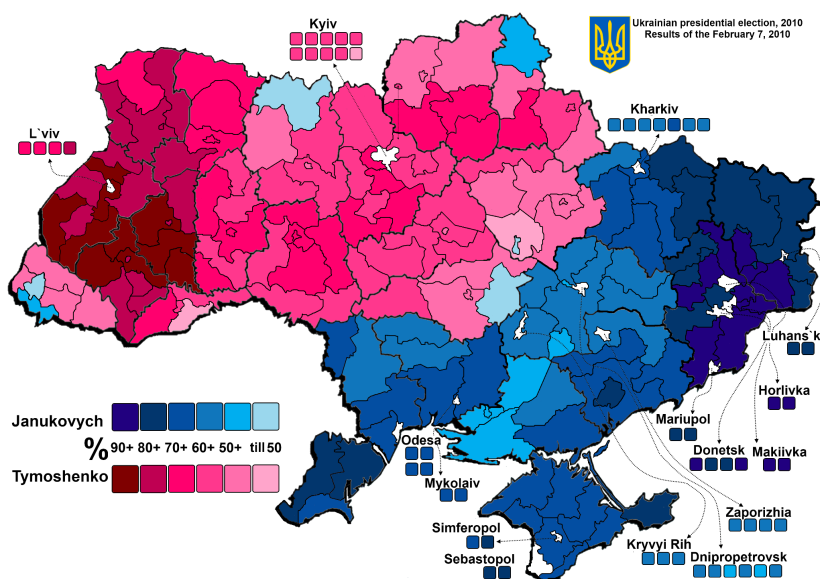
Quanto aos ucranianos de etnia russa, Yushchenko tomou medidas que foram consideradas uma provocação à população da Criméia. Como a proibição do uso da língua russa em atividades governamentais e escolas públicas. Outra questão foi a negociação de Yushchenko com os Estados Unidos na tentativa de estabelecer uma representação diplomática americana na Criméia. Como resposta à essa tendência, o Conselho Supremo da Criméia (*Verkhovna Rada* da Criméia) enviou uma carta, se opondo à possibilidade do estabelecimento desta representação diplomática, à presidência ucraniana e à ONU⁴³.

⁴³ Como esperado devido à tendência pró-Rússia da Crimeia, O Verkhovna Rada da Criméia era composto por uma maioria massiva de parlamentares “estaduais” do Partido das Regiões e do Bloco Russo (aliança “Por Yanukovich”) (FERRARO JR., 2011).

Apesar dos anseios de Yushchenko, uma reforma institucional passou logo no início do governo, a qual diminuía os poderes do Executivo e aumentava os do Legislativo. Entre eles, o fato de que até então o presidente escolhia o primeiro-ministro. A partir de 2006, o primeiro-ministro passou a ser escolhido pelo parlamento. Como resultado disso, o antigo opositor nas eleições presidenciais, Yanukovych, tornou-se primeiro-ministro, através do crescimento do apoio ao Partido das Regiões. Com isso, Yushchenko teve que lidar com uma oposição forte no parlamento que barrou projetos do Executivo.

Nas eleições seguintes, em 2010, Yushchenko tentou a reeleição, mas não atingiu nem 5% dos votos, seu mandato foi considerado pouco efetivo e possibilitou uma desilusão das relações com a Europa, mostrando a dependência ucraniana da Rússia e a posição menos privilegiada da Ucrânia com o Ocidente do que imaginado. Isso deixou a disputa entre Yulia Tymoshenko, pró-Ocidente, e Yanukovych, considerado pró-Rússia.

MAPA 8 - DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES UCRANIANAS DE 2010.



Fonte: Electoral Geography

Como se pode perceber, a divisão do país difere pouco das eleições presidenciais de 2004, com apenas alguns *oblasts* com maior apoio pró-rússia fora do território etnicamente ligado à Rússia. Nessas eleições, Yanukovych venceu, tornando-se presidente da Ucrânia e reorientando a política externa à uma postura eslavófila pragmática.

O ponto pragmático é de grande relevância para o estudo desse mandato. Porque apesar do que se viu veiculado pela mídia ocidental em 2014 quando as tensões se acirraram,

Yanukovych, durante a maior parte do seu mandato, manteve certa neutralidade. Negociou tanto com o Ocidente, quanto com a Rússia, buscando a maior barganha para a Ucrânia.

Uma das medidas tomadas por Yanukovych, foi a extensão do acordo com a Rússia quanto ao uso da base de Sebastopol por mais 25 anos. Em contrapartida, a Ucrânia recebeu novos descontos na compra de gás russo. Por outro lado, o governo de Yanukovych se opôs à entrada na União Aduaneira, proposta pela Rússia, por questões de negociação. Essa entrada resultaria numa baixa maior ainda nos preços do gás natural, mas exigiria o comprometimento ucraniano com outros projetos de integração da CEI, ou ceder parte da empresa de distribuição de gás, Naftogaz (FORTES, 2017).

Em busca do aumento do poder de barganha, Yanukovych reorientou a compra de gás com importações europeias, pois a questão energética sempre foi um ponto de desvantagem na relação com a Rússia. Entretanto, o gás europeu vendido pela Europa era gás russo terceirizado, não surtindo efeito sob a demanda russa. Apesar disso, essa postura do governo ucraniano resultou em um novo projeto energético russo, a ampliação do Nord Stream, que evita a necessidade de passagem do gás russo pelo território ucraniano para a distribuição na Europa⁴⁴ (FORTES, 2017).

Para contemplar demandas das comunidades de etnia russa, Yanukovich aprovou, em 2012, uma lei que tornou o russo a segunda língua da Ucrânia, restabelecendo o seu uso em âmbito governamental e o ensino das escolas no Leste e Sul do país (CHARLEAUX, 2022). Medida que pode ser considerada russófila, mas era uma demanda da população do território desde a proibição de Yushchenko.

Já quanto ao Ocidente, algumas das primeiras medidas tomadas pelo governo Yanukovych, foi o recuo no progresso de integração à OTAN (FORTES, 2017). Por outro lado, foi o presidente ucraniano, até então, que conseguiu a maior aproximação com a União Europeia. Yanukovych deu prosseguimento às tratativas iniciadas pelo seu antecessor, Yushchenko, para a criação do Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia (AZEVEDO, CAMPOS, LOBO, 2018). O Ocidente, após a crise de 2008, buscava novos mercados. A Ucrânia, por sua vez, muito mais do que os outros países da região, era um possível e atraente destino para os produtos manufaturados, devido ao tamanho da população (MIELNICZUK, 2022).

⁴⁴ Esses gasodutos russos são de grande importância na guerra de 2022. Foram sabotados e a fiscalização europeia para o início das atividades da ampliação foi congelada. O entendimento europeu é de que caso a Rússia ative tais gasodutos, ela poderá escalar a ofensiva na Ucrânia, sem risco de afetar suas instalações principais de distribuição de gás para a Europa.

Esse acordo, apesar de beneficiar a Ucrânia, acabaria com a possibilidade de entrar na União Econômica Euro-Asiática promovida pela Rússia, a qual também traria uma ampliação do mercado exportador ucraniano (FORTES, 2017). Sendo assim, a Ucrânia estava em um ponto decisivo para o futuro das suas relações comerciais e entre a União Europeia e a Rússia. Quem mais tinha a perder eram os russos, uma vez que, com o avanço da União Europeia e as recentes adesões de 2007, suas fronteiras econômicas iam ficando cada vez menos fluidas.

Por conta disso, o governo russo aumentou a oferta à Ucrânia e ofereceu um empréstimo de 15 bilhões de dólares e novos subsídios ao gás russo (FORTES, 2017). Isso levou Yanukovich a abrir mão do acordo com a União Europeia e aderir ao acordo russo em dezembro de 2013. Essa decisão foi o ponto inicial para uma continuação da Revolução Laranja, mas dessa vez muito mais violenta e com a influência externa mais explícita.

Com essa decisão, surgiram manifestações na capital Kiev contra o acordo com a Rússia e pró-Occidente, que ficaram conhecidas como *Euromaidan*. Após o uso da violência na repressão, as manifestações cresceram e se tornaram mais violentas também por parte desses manifestantes. Em pouco tempo, essas manifestações passaram a ser lideradas por grupos de extrema-direita, anti-rússia, como o partido Svoboda e o Pravi Sektor — que possuíam discursos até de "purificação" da Ucrânia (FORTES, 2017).

Em janeiro, junto à escalada da violência, também houve o aumento da ação internacional, inclusive o envolvimento explícito de governos ocidentais, que viam as manifestações como uma expressão democrática. Para além disso, houve o vazamento de ligações entre o embaixador estadunidense e a Secretária-Assistente de Estado, Victoria Nuland, em que discutiam como influenciar as manifestações, inclusive com o uso da ONU, para que levassem à queda do governo e à ascensão de Arseniy Yatsenyuk a primeiro-ministro. Nessas ligações, também demonstraram a insatisfação com certa neutralidade europeia em um primeiro momento (FORTES, 2017).

Em fevereiro, as manifestações e repressões se tornaram ainda mais violentas, levando à morte de mais de 100 pessoas, a debandada do apoio à Yanukovich e a invasão do parlamento ucraniano. Em meio a essa situação no parlamento e à clara escalada da violência, Alemanha, França, Polônia e Rússia promoveram uma interlocução entre as partes, para um acordo de desarmamento dos manifestantes e a formação de um governo de unidade nacional (AZEVEDO, CAMPOS, LOBO, 2018). O acordo foi descumprido pelos manifestantes, o que resultou na fuga de Yanukovich do país. Em seguida, o parlamento aprovou o seu impeachment.

Isso foi considerado um golpe pela população do território da etnia russa que acirrou manifestações contra a medida tomada pelo Parlamento, influenciado, também, pela proibição, por parte do parlamento, do uso do russo como segunda língua do país. A Criméia, Donetsk, Luhansk, viraram os focos de manifestações contra a queda do presidente eleito, em defesa do russo como língua nacional e representatividade dessas regiões (FORTES, 2017).

Em meio à deposição de Yanukovich e ao fortalecimento de organizações anti-rússia, Putin considerou que o uso das bases de Sevastopol estavam ameaçadas, assim como o risco de que o novo governo ucraniano realizasse um acordo para o seu uso por parte da OTAN. Em meio ao levante popular pró-Rússia da Criméia, o governo russo ativou as forças militares da base de Sevastopol e iniciou a tomada do território.

Em menos de um mês foi feito um referendo — com mais de 70% de comparecimento em que 97% da população da península apoiou a anexação à Rússia —, Putin assinou a anexação do território e desviou uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, que visava impedir a ação, através do poder de veto russo no Conselho. A UE e os Estados Unidos aprovaram sanções à Rússia (AZEVEDO, CAMPOS, LOBO, 2018).

Após o impeachment de Yanukovich, um governo interino foi formulado. Nele, Arseniy Yatsenyuk, foi posto como primeiro-ministro, Oleksandr Turchynov, como presidente e dos 21 ministros, apenas dois pertenciam ao território sul e leste do país. Além disso, a maioria dos grandes ministérios (defesa, justiça, segurança nacional) tinham ministros de grupos russofóbicos (FORTES, 2017).

Como consequência disso, foi montada uma “Guarda Nacional” para lidar com os manifestantes pró-Rússia nos *oblasts* de Donetsk e Luhansk. Essa guarda foi considerada necessária, pois havia receio de que os exércitos ucranianos não seguissem as ordens, uma vez que era formado por pessoas de todo o país. Por esse motivo, a Guarda Nacional foi formada por nacionalistas, neo-fascistas ligados ao governo interino (FORTES, 2017).

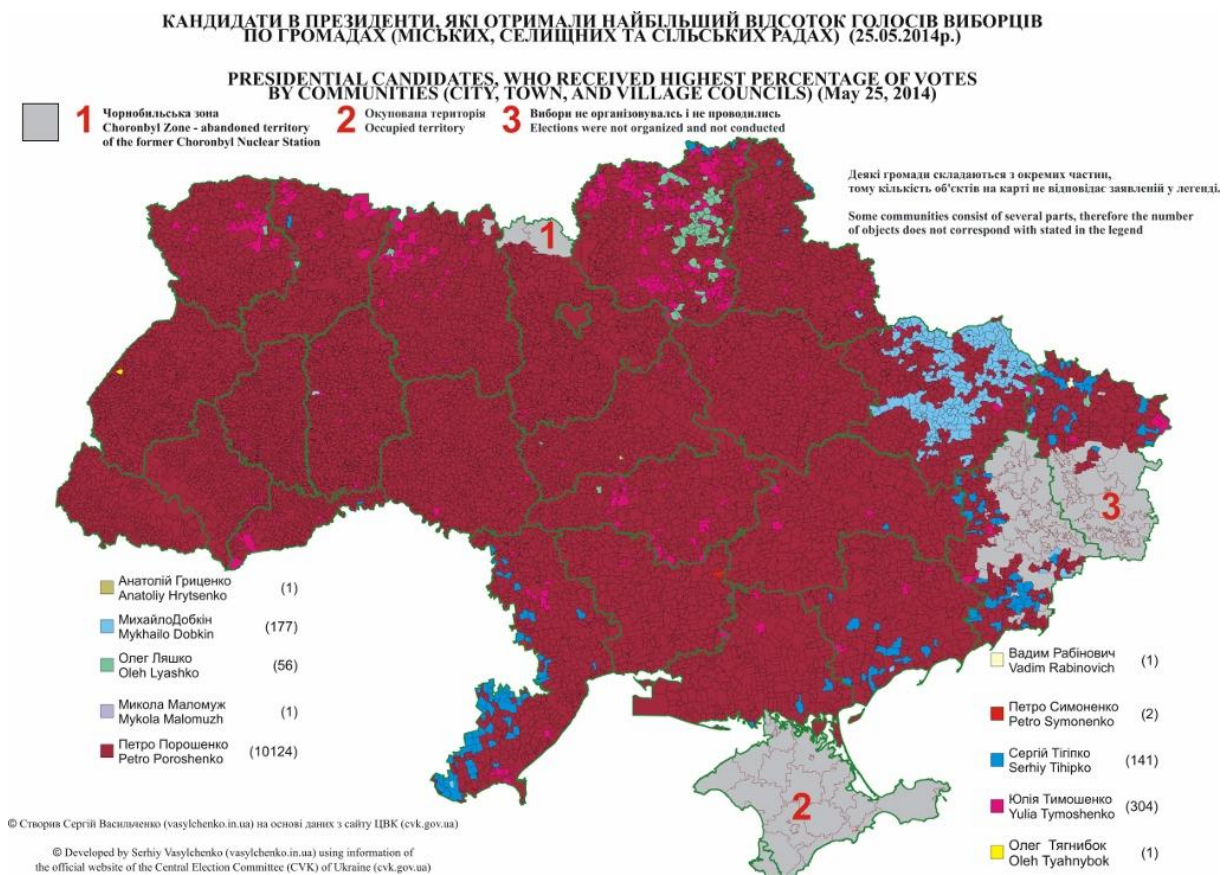
A partir de abril de 2014, manifestantes pró-Rússia ocuparam edifícios públicos. O governo interino ucraniano não abriu negociações com os manifestantes. A resposta ocorreu desde o primeiro mês, por via militar, como uma operação antiterrorista (FORTES, 2017). Como consequência, o que começou como manifestações de insatisfação com a deposição de Yanukovich, logo se tornou uma revolta armada separatista. Em maio, os grupos separatistas anunciaram a criação das repúblicas independentes de Donetsk e Luhansk, após a realização de um referendo que não foi considerado legítimo pelos governos ocidentais. A República Independente de Donetsk, imediatamente após a independência, deu início às tratativas para a

анексація до Росії, на той час як Луганськ розглянув необхідність іншого референдуму (FORTES, 2017).

Але тоді Москва мала озброєні сили розташовані на своїх кордонах з Україною, як символ тиску. Після оголошення незалежності, Москва погодилася зменшити озброєні сили кордону і відновити стосунки з українським урядом, на той час як український уряд зобов'язався поважати автономію і право вето незалежних республік. Цей договір дозволив би більш вигідну позицію Росії, оскільки партнерські республіки мали б можливість блокувати російськотолюбні політики (DIAS, 2022).

У травні також відбулися вибори надзвичайні 2014 року. Через втечу тодішнього президента Януковича до Росії, вибори були передчасні. Там, Петро Порошенко, відомий бізнесмен з України, який був важливою фігурою в Євромайдані, переміг у першому турі, отримавши 55% голосів (CLEM, 2014).

МАПА 9 - ПОРЦЕНТАЖЕМ ДОЛІВ МОЖЛИВИХ ГРОМАДАМ ПРИСВОЄНО ПЕТРО ПОРОШЕНКО НА ВИБОРІХ УКРАЇНИ 2014 РОКУ.



Fonte: Electoral Geography

Um fator importante, em parte em decorrência da antecipação da eleição, é que o pleito eleitoral nesse ano foi baixo, comparado aos anteriores, apenas 60% (18 de 30 milhões) dos eleitores ativos — não contabilizando os 5 milhões das regiões da Criméia e áreas dominadas pelos separatistas — compareceram à votação, ou seja, cerca de um a cada três ucranianos elegíveis ao pleito escolheram Petro Poroshenko (CLEM, 2014).

Para além disso, mesmo com a violência patrocinada pela Rússia, a área de maior contato com aquele país seguiu apoiando o candidato pró-Rússia que, pela primeira vez, não ficou entre os dois primeiros colocados, Serhiy Tihipko. Este, concorreu pelo partido Ucrânia Forte, partido dissidente do Partido das Regiões, historicamente pró-Rússia. Por sua vez, a Ucrânia Forte defendia a pacificação do Leste ucraniano e a união do povo, se auto denominavam “patriotas, mas não nacionalistas”. Também é possível perceber no mapa que a divisão que antes era tão clara, neste momento já não existia mais, mas ainda havia um maior apoio à pró-russos nessas regiões que em outras.

Como tentativa de apaziguar o país, Poroshenko se mostrou disposto a realizar uma descentralização do poder e reconhecer a oficialidade da língua russa no leste do país, mas deixou evidente seu apoio à União Européia e a intenção de realizar novas aproximações com o bloco, também reafirmou a impossibilidade da Ucrânia tornar-se uma federação (ANDERU, 2014). Seguindo essa linha, o governo de Poroshenko foi marcado pelo relacionamento tanto com a Rússia, quanto com o Ocidente, e os seus respectivos defensores internos, gerando um distensionamento do contexto geral. Nesse sentido, apesar de possuir uma postura pró-Ocidente, Petro tomou algumas medidas pró-Rússia em certos debates, continuando com o pragmatismo apresentado por Kuchma e Yanukovich (LEITE, LUCENAS, NOBRE, 2020).

A respeito do nacionalismo, Petro Poroshenko é auto definido um nacionalista não reacionário. Ou seja, defende a manutenção do território russo e sua soberania, mas não é russofóbico, compreende a necessidade de manter uma relação com a Rússia e a importância da etnia russa na concepção da Ucrânia. Como forma de respeito a isso, Poroshenko realizava discursos tanto em ucraniano como em russo (LEITE, LUCENAS, NOBRE, 2020). Entretanto, outro ponto do governo Poroshenko que não contribuiu para a união do país como um só povo e a superação da questão étnica, foi o fato de ter criado medidas de incentivo ao uso do idioma ucraniano que levaram à canais de televisão em idioma russo serem banidos. Em conjunto, partidos pró-Rússia, mesmo que pragmáticos, também tiveram o mesmo fim (CHARLEAUX, 2022).

Considerando a vertente econômica, apesar de ser pró-Occidente e um empresário, Poroshenko também defendeu em seu mandato a criação e a manutenção de empresas nacionais. Contrariando o que defende a União Européia. Por outro lado, desenvolveu um acordo de livre comércio com a União Européia, muito parecido com aquele que Yanukovich desistiu e deu início ao Euromaidan (PRESIDENTE, 2014).

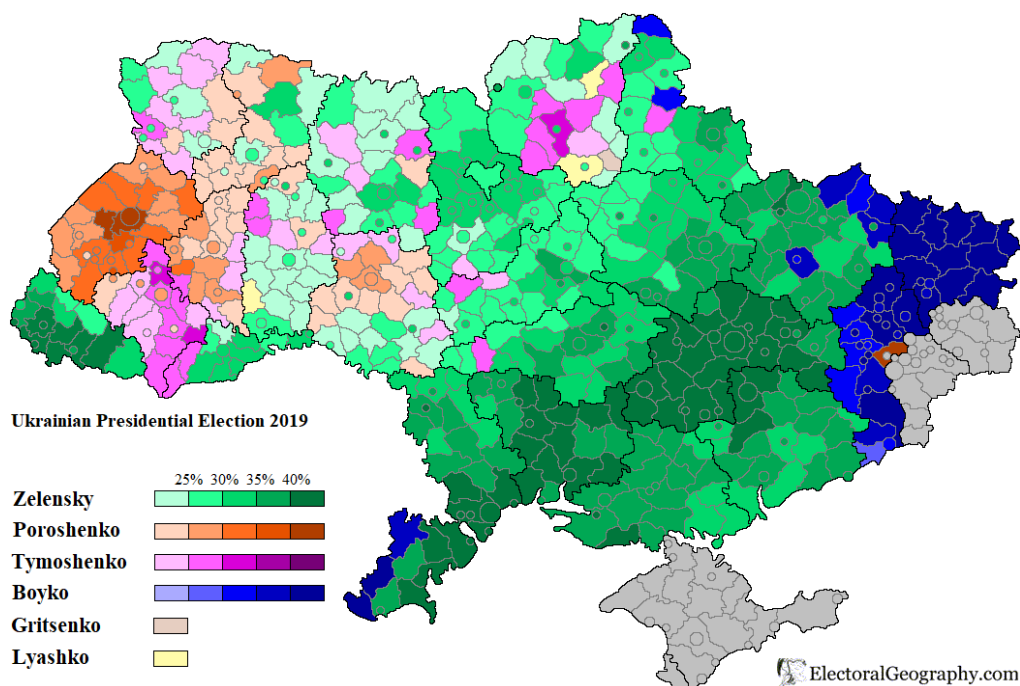
Quanto ao caso dos separatistas, logo no início de seu mandato, a questão ainda não estava controlada e o Batalhão de Azov, declaradamente neofascista, protagonizou um massacre no leste ucraniano e a retomada de territórios, o que trouxe uma maior ação russa no território (CHARLEAUX, 2022). Pouco tempo depois, Putin propôs a intermediação da negociação de um novo acordo de cessar fogo, que resultou do Protocolo de Minsk I, o qual perdurou de setembro de 2014 a janeiro de 2015 (LEITE, LUCENAS, NOBRE, 2020). Nesse período, Petro propôs três anos de autonomia às repúblicas independentes, além de anistia aos separatistas que não cometeram crimes graves e a garantia do uso da língua russa, o que foi aprovado pelo parlamento (FERNÁNDEZ, 2014b).

Em 2014, segundo a ONU, o conflito gerou mais de 4.300 mortes e 10 mil feridos. Também contabilizou 454.339 refugiados ucranianos no exterior, mais de 85% residem na Rússia (LEITE, LUCENAS, NOBRE, 2020). Esses números mostram a discrepância das relações do governo ucraniano de Yanukovich com os manifestantes, também armados, do Euromaidan, que resultou em menos de 200 mortes, e a do governo interino/Poroshenko com os separatistas do leste ucraniano. O refúgio na Rússia, também traz à análise a visão fraternal que se fortaleceu entre o Leste ucraniano e a Rússia a despeito da truculência do Estado Ucraniano.

Em janeiro de 2015, os separatistas iniciaram uma nova ofensiva, na tentativa de retomar os territórios perdidos. Isto resultou no Protocolo de Minsk II, o qual foi diversas vezes descumprido. Um dos pontos que se levanta é a falta de precisão das medidas deste protocolo, principalmente quanto à autonomia das repúblicas independentes (DIAS, 2020).

Em 2019, houve novas eleições, nas quais um comediante, que atuou em uma série na qual representava um professor honesto que se tornou presidente da Ucrânia, participou. Nesta série foram feitas diversas críticas à política ucraniana, principalmente ao poder das oligarquias. Esse comediante, Volodymyr Zelensky, 41 anos, competiu com políticos de carreira, como Poroshenko, que tentava reeleição, e Yulia Tymoshenko, que foi primeira-ministra e importante defensora dos valores ocidentais, presente na política com papel importante desde o governo Kuchma. (SEREDA, 2022) A preferência dos presidenciáveis por áreas no primeiro turno acabou dessa forma:

MAPA 10 - PRIMEIRO TURNO DA ELEIÇÃO À PRESIDÊNCIA DA UCRÂNIA DE 2019



Fonte: Electoral Geography

Nesse mapa, podemos perceber que, pela primeira vez, o Oeste ucraniano esteve embaralhado entre os três primeiros colocados. Isso se deu pelo fato de Poroshenko e Tymoshenko serem grandes lideranças nesse momento do combate às violências russas e o desenvolvimento das relações com o Ocidente. Entretanto, Zelensky possuía a seu favor a esperança da mudança de questões da política interna que assolam o país desde a criação do estado, tais como a corrupção e poderes ocultos, oligarcas. (QUEM, 2019)

Quanto aos posicionamentos pró-Rússia, cabem aqui duas avaliações: a primeira é que ao observarmos os mapas 6, 7, 8 que dizem respeito às eleições presidenciais ucranianas dos últimos anos (2004, 2010, 2014 e 2019 respectivamente), é perceptível um núcleo duro — representado por Yanukovych e Yuriy Boyko — de apoio à presidenciáveis pró-Rússia e a clara divisão de apoio aos pensamentos ocidentais e pró-rússia que se mantém através dos anos e apenas se modifica em 2014. Um fato importante é que apesar de os apoios nacionais a candidatos com esse posicionamento ter caído nas eleições de 2019 — após as invasões russas de 2014 — o núcleo (Luhansk, Donetsk e parte leste de Kharkiv) seguiu apoiando fortemente o apoiador russo (Yuriy Boyko), mesmo que esse não tenha conquistado nem mesmo os votos necessários para concorrer no segundo turno.

A segunda avaliação é que, por mais que a maior parte dos presidentes tenham mantido uma postura pragmática, quando aqueles autodeclarados pró-Rússia venciam, trazia

uma certa segurança à herdeira soviética. Entretanto, com a anexação do território da Criméia e a independência das repúblicas de Luhansk e Donetsk, desde 2014, o Leste e o Sul não tiveram força suficiente para emplacar candidatos pró-Rússia a um segundo turno. Até certo ponto, as capacidades de influência russa diminuíram significativamente (BRODER, SAKWA, 2022).

No segundo turno, entre Petro Poroshenko e Volodymyr Zelensky, o comediante venceu as eleições com 73% dos votos. Sua primeira medida como eleito foi a dissolução do parlamento onde, por suas críticas como comediante e a pouca experiência na vida política, não possuía base aliada. Nas novas eleições, seu partido, Servo do Povo⁴⁵, conquistou 240 das 450 cadeiras do Parlamento (DIAS, 2020).

Como suas principais promessas de campanha, Zelensky se dizia comprometido a acabar com a guerra civil no Donbass e com a corrupção no país. Como veremos, ele falhou em ambas promessas. Contudo, em um primeiro momento, Zelensky abriu diálogo com Putin, a fim de estabelecer acordo quanto ao Donbass. Nessas tratativas houve troca de prisioneiros e a aceitação da Fórmula Steinmeier, outra versão do Protocolo de Minsk II e as negociações no Formato Normandia, por meio da qual as negociações entre Rússia e Ucrânia são mediadas pela Alemanha e França (WELLE, 2019). Mais tarde, em 2023, Zelensky assume a imprensa alemã que nunca pretendeu cumprir com o Acordo de Minsk (ZELENSKY, 2023).

Quanto à corrupção, logo no início de seu mandato, houve uma ligação transcrita entre Zelensky e Donald Trump, então presidente dos EUA, na qual Zelensky apareceu com uma postura subserviente, enquanto Trump o pressionava a investigar o filho de Joe Biden, até então pré candidato à presidência (QUEM, 2019). Mais tarde, em 2021, com o vazamento dos arquivos “Pandora Papers”, veio à tona a posse de diversas empresas *offshore* por parte do presidente e seus apoiadores de partido, como Kolomoisky, oligarca dono da empresa de TV e produtora da série “Servo do Povo” e Ivan Bakanov (LOGINOVA, 2021).

Em meio a isso, Zelensky perdeu apoio da população em níveis preocupantes, a partir de maio de 2020 até o início da guerra, em fevereiro de 2022. Parte da queda de apoio se deu também pela má gestão da pandemia. Teve que lidar com a oposição popular ao seu governo muito maior que a aprovação. Chegando a níveis de reprovação de 60%, enquanto a aprovação se mantinha próxima dos 30%, logo antes do início da guerra, em dezembro de 2021. Período em que foi homologado um pedido de impeachment de Zelensky. Contudo,

⁴⁵ Mesmo nome da série de TV que o impulsionou à política e o líder do partido nessa época era Ivan Bakanov, advogado do dono do canal de televisão para o qual ele trabalhava. Mais tarde, Ivan Bakanov perdeu o cargo de chefe do serviço de segurança por corrupção e desvio de doações ocidentais.

isso se inverteu, no primeiro mês da guerra Zelensky atingiu 91% de aprovação (PODER 360, 2022).

Em 2021, as relações se acirraram entre a Rússia e a Ucrânia devido à chegada de Joe Biden à presidência dos Estados Unidos e à aproximação de Zelensky a Biden em conjunto a hostilidades dos EUA em relação à Rússia, como a expulsão americana de diplomatas russos (RÚSSIA, 2021). Neste ano Biden, também fez questão de reafirmar diversas vezes o seu apoio à Ucrânia, apoiou políticas de Zelensky de marginalização da língua russa e ajudou a criminalizar políticos pró-Rússia da oposição (OLIVEIRA, 2021).

Em março de 2021, Biden havia enviado 125 milhões de dólares em ajuda militar e prometido mais 150 milhões após a demonstração de progresso (BIDEN, 2021). Os Estados Unidos e a OTAN já estavam prestando ajuda militar, com armamento e treinamento dos exércitos ucranianos um ano antes da invasão russa à Ucrânia.

Em janeiro de 2022, as tensões se acirraram mais uma vez com Zelensky defendendo a entrada da Ucrânia na OTAN e na União Européia, Biden prometendo mais ajuda à Ucrânia e a Rússia aumentando suas tropas na fronteira (HERB, CHANCE, 2022). Como repercussão, Biden pediu a todos os americanos que estavam na Ucrânia que se retirassem do país e retirou 3 mil soldados americanos que estavam naquele território, para tranquilizar o Leste Europeu pertencente à OTAN (BIDEN, 2021).

A invasão russa à Ucrânia, em fevereiro de 2022, selou o fim das possibilidades de conciliação entre os países vizinhos e promoveu uma guinada ucraniana. Enquanto antes da guerra, Sakwa (2022) ilustrava um cenário onde 30% a 40% da população ucraniana desejava manter relações estreitas com a Rússia e até a participação da União Econômica Euroasiática, demonstrando que havia uma grande cisão da opinião pública quanto à participação na OTAN e União Européia, agora, esse apoio cresceu e a ambiguidade da situação entre russos e ucranianos se tornou muito menor. A Ucrânia, que tantas vezes foi parceira da Rússia, dificilmente voltará a ter uma relação como antes com a herdeira soviética.

Desde o início da guerra, o Ocidente vem impondo sanções à Rússia que não se mostraram eficientes. Mendonça, Ramos e Vadell (2023) abordam o fato de que essa medida de sanções é uma praxe comum e foi muito eficiente em outros casos em que foram aplicadas. Entretanto, há uma diferença entre aqueles e a Rússia: o tamanho e extensão da economia. Nesse caso, tanto a Europa, quanto os Estados Unidos possuem dependências de fornecimento da produção russa. O que reflete em um limite das sanções e também um efeito rebote na economia ocidental.

Essas sanções, além de apresentarem dificuldades reais à economia ocidental, também resultaram em uma mudança de foco das relações econômicas internacionais da Rússia, voltando-se mais ainda para o Sul global, aproximando-se ainda mais da China e da Índia e modificando a balança econômica. Isso se deu, também, devido à baixa do desempenho econômico dos países da CEI, que pelas relações intrínsecas de suas economias, também foram bastante abalados (MENDONÇA, RAMOS, VADELL, 2023).

Quanto à dependência energética europeia, essa guerra impulsionou a independência da Europa relativa ao gás russo. Logo no início da guerra, houve a redução do oferecimento do gás russo, uma vez que a Gazprom estava modificando sua política de negócios. Com essa mudança, a empresa estatal russa colocou como uma de suas políticas a venda apenas em moeda russa, o Rublo russo. Essa medida, assim como as comercializações em moedas digitais e, como vimos agora entre o Real e o Yuan, a comercialização entre moedas locais, são indícios e o fortalecimento da desdolarização do sistema financeiro internacional (MENDONÇA, RAMOS, VADELL, 2023).

Apesar de não podermos afirmar os reais resultados dessa guerra agora, é fato que ela modifica as bases do Sistema Internacional tanto no âmbito político quanto econômico. Além disso, esta guerra acelerou processos em andamento, como a desdolarização, a importância econômica da China e as relações Sul-Sul.

Também evidenciou que apesar da importância do Norte ocidental (América do Norte e Europa ocidental), a capacidade política de fazer com que os países do Sul global os acompanhem nas sanções ou no apoio militar à Ucrânia, não é plenamente efetivo. Esses países não estão dispostos a se comprometer com uma guerra que é compreendida por muitos como o resultado de uma escalada de tensões evitável formada pelo Ocidente.

Exemplo disso é a postura brasileira que historicamente é neutra e pragmática e se manteve assim quanto a Guerra da Ucrânia. Em 2023, com a volta de uma política externa mais ativa, o Brasil busca se inserir como um grande negociador entre os países do Mercosul, em busca de fortalecer sua liderança regional. Para isto, está à frente de negociações com a UE e Estados Unidos, em busca de novas parcerias e acordos. Entretanto, mesmo sob este contexto, se nega a oferecer apoio a qualquer um dos lados, mesmo com a cobrança de Biden ao presidente brasileiro, durante uma visita aos EUA, de auxílio à Ucrânia.

Por fim, de acordo com essa análise, chegamos à conclusão de que a Ucrânia passou a maior parte da sua independência assumindo uma postura pragmática na política externa, baseada na neutralidade. Essa neutralidade, em grande parte, foi necessária para a manutenção da segurança externa e interna do país, uma vez que se encontrava em meio a duas potências e

que a população era dividida, inclusive territorialmente, pelo apoio a elas e pelos valores delas advindos.

Mesmo após três décadas de independência, o país segue com problemas de identidade e de independência para a ação, sempre tendo como preocupação a relação com outros Estados, por não se encontrar em uma posição confortável. Isso em parte se deve pela inexistência de uma política de segurança comum europeia que incluía a Rússia, como Gorbachev idealizava através da formação de um “lar comum europeu” e Sakwa (BRODER, SAKWA, 2022) defende.

Além disso, a visão de alguns autores (DIAS, 2020; BRODER, SAKWA, 2022) é que a Rússia busca ser reconhecida como uma grande potência. Assim, a Rússia utiliza-se desta guerra como a última tentativa desesperada de tomar o prestígio e respeito que há tempos os Estados Unidos deixaram de conceder à Rússia. Alguns dos resultados e sinais dessa mudança na imagem da Rússia são a não incorporação dela à segurança europeia, como se não oferecesse mais riscos reais e o avanço da OTAN à sua zona de influência. Nesse sentido, a guerra na Ucrânia sinaliza a linha vermelha ultrapassada pelo Ocidente, através do aumento das relações de Biden, nesse último momento, e a escalada da incorporação do país à OTAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as relações do Estado Russo com os países do Leste Europeu e, principalmente, o Estado Ucrainiano, na busca por compreender em torno de quais questões estas relações se constituem e em que interferem. Isto foi feito no intuito de responder a pergunta: *Como a Rússia se relaciona com a região próxima na busca pela aceitação como liderança regional e quais as implicações para as relações contemporâneas da Ucrânia?*

A pesquisa mostrou como foi desenvolvido o posto de liderança da Rússia, na condição de antiga superpotência expansionista, que moldava a polaridade do sistema, que atualmente ocupa o lugar de grande potência no Sistema Internacional, e tem na região sua principal zona de influência. Esse fator garante certos privilégios em organizações internacionais, protagonismo em algumas delas e uma maior capacidade de barganha em relações bilaterais. A qual, é intensificada nas relações com a Europa devido a dependência energética europeia quanto a Rússia.

Em meio a esse contexto, a Rússia busca, desde a formação do Estado Russo, ser compreendida como a liderança regional do Leste Europeu. Os fatores mais importantes trazidos por Nolte (2006) que caracterizam uma potência regional são: legitimidade regional, legitimidade por parte de outras potências regionais, legitimidade pela superpotência, discrepância de poder entre a potência regional e os demais países da região e a definição sólida da região.

É evidente que na década de 1990 a Rússia ocupava esse posto de liderança regional do Leste Europeu. Nessa época, a Rússia já possuía cadeira permanente no Conselho de Segurança na ONU e liderava a Comunidade dos Estados Independentes, além disso, era a herdeira soviética, detentora em 1996 de todos os arsenais nucleares da antiga URSS e possuía grande influência econômica sobre os países do Leste Europeu. Como herdeira, as três legitimidades de Nolte estavam resguardadas. Já o desenvolvimento industrial e econômico, mesmo que em baixa nesse período, seguiam muito acima da média regional, que, atrelado aos arsenais nucleares, representavam a discrepância regional.

As bases dessa influência começam a se modificar a partir dos anos 2000. Dessa década em diante, o crescimento da União Européia e a expansão da OTAN começam a

modificar o jogo, com o Ocidente sendo mais capaz de influência sobre a região ex-soviética. Utilizando organizações como a ONU, UE, OSCE, CEI e CEEA, como arenas.

Em busca de um equilíbrio nessa balança, a Rússia inicia uma série de acordos de cooperação e a tentativa de formulação de políticas e projetos de cooperação/integração regional para a região *a la* UE. Realiza isso através da criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e da Comunidade Econômica da Eurasiática, além da busca do fortalecimento da CIE. Entretanto, mesmo que atualmente a Rússia mantenha sua legitimidade na região como liderança regional, isso não se dá através de um grupo de cooperação hegemônico regionalmente, mas sim pela capacidade de uma política *hard power* por parte da Rússia.

Outra medida tomada, na tentativa de adquirir maior protagonismo internacional, foi a maior cooperação e iniciativas conjuntas do grupo dos BRICS, formado por líderes regionais (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Essa medida foi muito importante, pois dela saíram outras instituições internacionais de relevância que reorientaram algumas dinâmicas internacionais. Essas instituições criaram as primeiras mudanças em direção a relações bilaterais com menor influência dos Estados Unidos e fortaleceram a ambição russa da formação de um SI multipolar. Influência realizada através da sua moeda como única moeda internacional e sua capacidade de interferência nas políticas de países e regiões, através do FMI.

Conforme a UE e a OTAN, especialmente, se expandiram, maior se tornava a importância dos países próximos à Rússia — como a Geórgia, Moldávia, Bielorrússia e principalmente Ucrânia, devido ao tamanho da sua população e mercado interno. São importantes para a segurança russa e equilíbrio de poder na região.

Como vimos no último capítulo, além da localização estratégica da Ucrânia, muitas vezes a tendência do país para o Ocidente ou pró-Rússia, diplomacia pendular, resultava na necessidade de uma reorganização da política externa russa. A Ucrânia foi decisiva no desenvolvimento e congelamento da importância da CEI, uma das maiores arenas da Rússia quanto à defesa cooperativa de seus interesses para a região. Ela também é o país de maior importância da GUAM, que se apresenta como único contrapeso independente importante da região, nos moldes atuais. Outro momento em que fica clara a intenção e a importância da Ucrânia como aliada para a Rússia é quanto ao que o Estado Russo estava disposto a oferecer a Yanukovich para atrair o país para a CEEA.

Como segundo maior país da Europa, com uma população de mais de 44 milhões de pessoas e a terceira maior economia atualmente do Leste Europeu, a Ucrânia tem a capacidade de modificar o equilíbrio de poder da região, o que a torna importante para a Rússia para além da segurança externa russa.

Pelo âmbito da segurança externa russa, a Ucrânia, como a Belarus possui bases militares russas ultramarinas. A base de Sevastopol é de importância por questões logísticas, por se localizar no Mar Negro e ter saída para o Mar Mediterrâneo. Entretanto, a maior importância militar da Ucrânia está no perigo que ela pode representar à Rússia caso venha a se tornar membro da OTAN, do que as possíveis capacidades estratégicas de uso pela Rússia.

Nos últimos quinze anos, a Rússia vem perdendo o protagonismo que outrora teve. Em meio a isso, foi aberto espaço para a ascensão de outro país que antes estava sob a área de influência russa, ganhou maior relevância e atraiu a atenção das potências ocidentais, surgindo a possibilidade de uma reorientação do Leste Europeu. Este país é a Polónia. A Polónia vem ascendendo e buscando expandir sua área de influência na região.

Vale ressaltar que há um apoio, ao menos retórico, dos Estados Unidos nessa expansão. O que representa a não legitimidade, por parte da superpotência, da Rússia como liderança regional e, para além disso, explicita a técnica descrita por Nolte (2006) do fortalecimento de outras potências regionais a fim de causar um desequilíbrio na balança de poder regional. Nesse sentido, atualmente a Polónia está fazendo uso da guerra na Ucrânia no esforço de ser vista como representante da defesa conjunta do Leste Europeu, frente à Rússia. Para isso, foi uma das maiores contribuintes em armamento à Ucrânia, além de alimentar o medo de uma nova expansão russa no Leste Europeu, caso a Rússia saia vitoriosa.

Essa postura é importante, pois ajuda a enfraquecer as concepções da região, em busca de uma redefinição com o objetivo de excluir a Rússia, tornando a Polónia o país mais rico e influente do Leste Europeu. Apesar do objetivo ser uma exclusão da Rússia em uma nova concepção de região, esse percurso passa, primeiro, por um novo equilíbrio de poder através da criação de uma contrabalança regional de cooperação. Nolte (2006) considera que essa seja a estratégia de oposição na região mais complicada, porque depende da coesão de muitos atores. Essa fragilidade da estratégia em uso é um dos pontos que explica o tamanho da importância da Ucrânia para a Rússia.

Percebemos neste caso o primeiro debate quanto a região. Relembrando o que foi visto no primeiro capítulo, a região utilizada neste trabalho é relacionada aos complexos regionais securitários. Neste sentido, busca-se através de uma narrativa ocidental, formar a conclusão de que é necessária a criação de uma região sem a Rússia em que se organize cooperativamente com o resto da Europa para fazer frente à Rússia e garantir a segurança destes países que se encontram no Leste Europeu.

Parte do que impede que isso realmente ocorra é o tamanho e poder da Rússia nas mais diversas áreas (econômica, política, bélica). Como vimos no decorrer do trabalho, a Europa é dependente energética da Rússia, e, além disso, a cadeia de produção de fertilizantes e semicondutores possui dependência da Rússia, ao ponto de sem ela não ser possível sanar a demanda mundial. Principalmente do ponto de vista da influência, o apoio ucraniano à Rússia é de grande valia, pois quanto mais aliados na região, maior a percepção de força do Estado Russo.

Entre as expansões e regressões da Rússia — como Império, União Soviética e Estado Russo —, ela compartilhou e integrou diversas características étnicas dos povos que viviam nessas regiões. Parte da história desses países estão correlacionadas. Isso torna impossível entender um dos países do Leste Europeu sem entender a sua relação com a Rússia.

Apesar disso, atualmente, são Estados independentes de soberania própria e buscam pela formação de uma nação, onde o Estado seja protagonista. Entretanto, apesar de serem burocraticamente soberanos, possuem uma fragilidade legítima, que, como Nolte (2006) argumenta, a legitimidade só é concebida através da percepção dos demais países. Contudo, o ambiente interno também é importante para a legitimação. Caso uma população não se entenda como um só povo, uma só nação, não há uma legitimação primordial. Neste caso, a legitimação das fronteiras do Estado e das instituições está em crise.

Este é o caso da Ucrânia. Um país de etnicidade dividida que afeta a noção de nação. Conforme vimos com Benedict Anderson, a nação não está necessariamente ligada a uma origem comum, mas a uma comunidade imaginada. A questão ucraniana se dá pelas diversas represálias às origens étnicas do Sul e Leste ucraniano. A tentativa de apagar as relações étnicas com a Rússia cria uma divisão social que impede uma unidade da população, trazendo um embate entre regiões que impede a criação de uma comunidade imaginada única, a nação ucraniana.

Além disso, essa represália à etnicidade russa, presente atualmente na Ucrânia, fortalece o vínculo dos étnicos russos com o Estado russo, concomitante ao afastamento do Estado ucraniano e da identificação com a nacionalidade ucraniana. Neste fenômeno é necessário relatar a importância dos grupos ultranacionalistas ucranianos, que professam discursos de “purificação” ucraniana e que, em 2014, com o governo interino, retirou a representatividade das porções Sul e Leste do país.

Isso frustra a noção de representatividade, tão importante para a legitimação de instituições democráticas. Além disso, também dificulta a identificação da população destas porções com as instituições estatais ucranianas, que concedem legitimidade ao Estado. As crises ocorridas desde 2014 até o presente, 2023, estão sendo marcadas internamente pela falta de representação do Estado ucraniano na região de maioria étnica russa, deixando espaço para o crescimento de grupos e discursos separatistas e maior permeabilidade da influência do Estado russo.

A respeito disso, Jack Matlock (2014) realiza uma comparação entre o Estado Ucraniano e a Finlândia, citando-a como exemplo de como se relacionar com a Rússia, sendo um país de fronteira que se encontra entre o Ocidente e a herdeira soviética. Em um primeiro momento, quando a Rússia anexa a Criméia, ele discute o problema da percepção de uma identidade nacional ucraniana e sugere certas medidas de posicionamento e ação do Estado ucraniano e dos líderes ocidentais.

Jack (2014) parte da premissa de que, agora que o Estado russo anexou a Criméia, os esforços dos países ocidentais que possuem interesse em uma Ucrânia soberana, deveriam focar na unidade e desenvolvimento de uma relação saudável entre as regiões ucranianas. Já pela preservação da integridade do país, também seria importante manter uma postura de neutralidade pragmática entre as duas forças opostas.

Com essa finalidade, Matlock (2014) sugere três medidas elaboradas a partir da análise de comportamento da Finlândia: a) formular uma nova constituição ucraniana em que haja previsão de uma estrutura federal de governo que estabeleça direitos às províncias ucranianas semelhantes aos encontrados nos Estados Unidos; b) conceber o idioma russo também como língua nacional; c) criar garantias de que a Ucrânia não se tornará membro da OTAN nem de outra aliança militar de qual a Rússia não pertença.

Matlock explica que ao respeitar as particularidades étnicas e culturais das populações que compõem o povo finlandes, foi possível formar uma sociedade bem sucedida. Nesse âmbito, entram as medidas a, b, acima citadas. Como vimos no último capítulo, os manifestantes do Leste ucraniano, surgiram com críticas ao governo e a falta de diálogo e representação levaram à uma escalada do conflito, a qual passou pela reivindicação de maior autonomia aos *oblasts*.

Essa reivindicação foi negada e considerada inegociável, tanto pelo governo interino de 2014, quanto por Poroshenko e Zelensky. Gerando descontentamento e acirrando os ânimos entre os grupos étnicos russos e o Estado ucraniano. O outro fator que gerou tensão todas as vezes que foi modificado foi quanto à legitimidade do uso da língua russa na Ucrânia, que vai de encontro ao outro fator de pacificação do povo nesta mesma questão étnica. A propagação da russofobia se estende a quase 25% da população ucraniana e afeta todo o território, criando uma disputa na população que deveria ser considerada uma única.

Já a medida c. de Matlock se desenvolve no caráter "auto suficiente" da sociedade finlandesa. Com autossuficiente, Matlock não se refere a não possuir dependências econômicas com outros países, mas sim quanto à questão política. A Finlândia, através de uma política externa de neutralidade, conseguiu formular uma postura própria, a qual, apesar de levar em consideração o seu exterior próximo, não é completamente pautada por ele e as barganhas e ascensões no meio internacional não dependem do patrocínio dos Estados Unidos ou Rússia. Matlock (2014) argumenta que tanto o Acordo de Associação da UE, quanto a ajuda russa ofertada a Yanukovich em 2014, tornaram a Ucrânia “um passivo econômico e político para seu ostensivo benfeitor” (MATLOCK, 2014, p. 1).

Cabe ressaltar que desde o início da OTAN, a Finlândia e sua população não haviam exposto grande interesse em participar dessa organização militar, mas aderiu à União Européia sem grandes objeções por parte da Rússia. Até mesmo agora, após o grande aumento da tensão na região europeia e a tomada de decisão de adesão à OTAN por parte da Finlândia, houve a condição do não estabelecimento de bases militares no país, uma vez que esse se mostrou o ponto crucial para retaliações russas, que até o presente momento não ocorreram.

Outro debate importante que é levantado por Sakwa (BRODER, SAKWA, 2022) e utiliza o conceito de região de Detlef Nolte é que, desde o governo de Gorbachev, a Rússia anseia por ser melhor incorporada no complexo securitário europeu. Sakwa argumenta que é

esta exclusão que desenvolve os problemas entre a Rússia e a OTAN, uma vez que a Rússia se sente ameaçada, e a grande necessidade russa de se auto afirmar constantemente como uma grande potência. É decorrente desta necessidade que é tão importante a liderança regional do Leste Europeu para os russos.

Sendo assim, constatamos que a Rússia se relaciona com os países do Leste Europeu na busca de uma maior permeabilidade da visão por parte dos outros países como uma liderança regional. Para isso, a Rússia busca fortalecer as organizações de cooperação regional que lidera e está disposta a aceitar uma maior barganha destes países nas relações bilaterais, pois compreende que está concorrendo a todo tempo com o Ocidente. No âmbito cultural, promove a visão de comunhão dos povos eslavos e a boa relação como uma continuação das relações fraternais do período soviético.

Decorrente desta disputa de influência entre o Ocidente e a Rússia no Leste Europeu e a importância que apresentamos da Ucrânia para este equilíbrio, a Ucrânia se torna um dos países com maior capacidade de barganha com ambos os lados por ser o que gera maior interesse e por este mesmo motivo é o que se encontra em na posição mais delicada, o que gera a necessidade de realizar suas relações com cautela e buscar a maior neutralidade possível. O resultado desta não neutralidade é a disputa militar, tanto do Ocidente, quanto da Rússia, pela influência em seu território como a que vemos hoje. Gerando perdas humanas e materiais para a Ucrânia que, neste contexto, nem é a questão principal, mas sim a presença das grandes potências na região.

REFERÊNCIAS

AMAL, Victor Wolfgang Kegel. **A intervenção na guerra da Ucrânia (2014):** raízes históricas do novo dilema geopolítico europeu. Brasília: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Beatriz, CAMPOS, Fred, LOBO, Iuri. **O Ocidente como responsável pelas crises da Ucrânia e da Geórgia.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa. Vol. 5 No. 2. 2018.

BAGHDADI, Tanguy, SOUSA, Daniel. **Polônia sem freio:** o país mais proativo da guerra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ouBksAc-xGA&t=18s> Acesso em 25 de março de 2023.

BALACHUK, Iryna. **Ukrayinka Pravda 23.** 21 de abril de 2022 Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2022/04/21/7341150/> Acesso em 14 de abril de 2023.

BARRÍA, Cecilia. **Guerra na Ucrânia:** Como dependência da europa do gás russo financia invasão. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: Acesso em: 5 de abril de 2023.

Biden diz que americanos devem sair da Ucrânia: ‘as coisas podem enlouquecer rapidamente’. G1. 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/10/biden-diz-que-americanos-devem-sair-da-ucrania-as-coisas-podem-enlouquecer-rapidamente.ghtml> Acesso em 14 de maio de 2023.

Biden reafirma apoio à Ucrânia e convida presidente Zelensky à Casa Branca. Jornal Estado de Minas. 7 de junho de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/06/07/interna_internacional,1274223/biden-reafirma-apoio-a-ucrania-e-convida-presidente-zelensky-a-casa-branca.shtml Acesso em 9 de abril de 2023.

BONET, Pilar. **A violência entre grupos armados no leste da Ucrânia dá um golpe no diálogo.** El País. 20 de abril de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/20/internacional/1397990083_522208.html Acesso em 9 de abril de 2023.

BITTAR, Marisa, FERREIRA JR., Amárico. **A Educação Soviética.** São Paulo: EsUFSCar, 2021.

BOZHKARAULY, Altay. **União econômica Euro-Asiática:** sobre as perspectivas da integração econômica da Europa do Leste e da Ásia Central. Evolução do Estado no Brasil, Polónia e Eurásia. Wrocław. 2015.

BRANCALEONE, Cassio. **Comunidade, Sociedade e Sociabilidade:** Revisitando Ferdinand Tönnies. Fortaleza: Revista de Ciências Sociais. Vol. 39. No. 1. 2008. p.98-104.

BRANCO, Giovana Dias. **As Relações Rússia-Occidente**: projeção internacional e autoimagem segundo o Clube Valdai e Vladimir Putin. São Paulo: Dissertação de mestrado (UNESP/UNICAMP/PUC). 2023.

BRODER, David. SAKWA, Richard. **A escalada contra a Rússia é uma péssima ideia**. Jacobin. Janeiro de 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/01/a-escalada-contr-a-russia-e-uma-pessima-ideia/> Acesso em 14 de abril de 2023.

CAMARGO, Felipe Rodrigues. **O objetivo geopolítico russo na União Econômica Euroasiática**. Natal: Revista de Geopolítica. Vol. 11, No. 1. p.85-104. 2020.

"**Сильна Україна**" відродилася". Kiev: Gazeta.UA. 8 de agosto de 2014. Disponível em: https://gazeta.ua/articles/politics-newspaper/_silna-ukrayina-vidrodilasya/574089 Acesso em 12 de abril de 2023.

CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène. **La Russie inachevée**. Paris: Fayard, 2000.

CHARLEAUX, João Paulo. **Ucrânia: da origem medieval à invasão russa no século 21**. Nexo Jornal. 12 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7L3ryiT5vLM> Acesso em 7 de abril de 2023.

CHRISPIM, Denise. **Expansão da OTAN é criticada nos EUA desde os anos 1990**. Poder 360. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/analise/expansao-da-OTAN-e-criticada-nos-eua-desde-anos-1990/> Acesso em 21 de março de 2023.

CLEM, Ralph. **The Ukrainian Election: It's All About Turnout**. The Global Observatory. 2014. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2014/06/ukrainian-election-all-about-turnout/> Acesso em 28 de março de 2023.

COLIN, Roberto. **Rússia: O ressurgimento da grande potência**. Florianópolis: Letras Brasileiras. 2007.

CÔRTE-REAL, João. **OSCE: Cenários de Evolução**. Coordenação Multi Institucional e Segurança Cooperativa. Lisboa: Revista Negócios Estrangeiros. No. 10. 2007. p. 237-250.

COSTA JÚNIOR, Pedro Donizete. **O Despertar do Urso: A Rússia e seu entorno regional sob a era Putin**. João Pessoa: FACAMP, 2014.

DAEHNHART, Patricia, RESENDE, Madalena. **Angela Merkel e a Política Externa da Alemanha**: As relações com a Europa, os Estado Unidos, a Rússia e a China. Revista Relações Internacionais. Vol. 70. 2021.

DEON, Luiz, GLOWACKI, Konrad, GREGOREKI, Paulo. **O Congresso (SEJM) de 1699: formação da Polônia e disputas políticas na Europa Moderna**. São Luis: Revista Humus. vol. 9 n. 26. 2019.

DIAS, Vanda. **A Crise Ucraniana e a Transformação das Dinâmicas de Segurança na Europa**. Coimbra: Revista Nação e Defesa. No. 165. 2022.

Rússia adota nova diretriz de política externa anti-Ocidente. DW. 01 de abril de 2023. Disponível em: [Rússia adota nova diretriz de política externa anti-Ocidente – DW – 01/04/2023](https://www.dw.com/pt-br/russia-adota-nova-diretriz-de-politica-externa-anti-ocidente/a-64164-tudo-sobre-cossacos) Acesso em 21 abr. 2023.

EGOROV, Boris, MANAÉV, Georgui. **Você esteve errado sobre os cossacos esse tempo todo e nem imaginava**. Rússia Beyond. 2020. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/84164-tudo-sobre-cossacos>

FARIA, Súsán. **Polônia**: Uma das 20 maiores economias do mundo. Diplomacia Business. 2022. Disponível em: <https://www.diplomaciabusiness.com/polonia-uma-das-20-maiores-economias-do-mundo/> Acesso em: 4 de abril de 2023.

FERNANDÉZ, Rodrigo. **A Ucrânia dá um ultimato aos pró-russos em trincheiras no leste**. El País. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/09/internacional/1397066339_221182.html Acesso em 9 de abril de 2023.

FERNANDÉZ, Rodrigo. **Poroshenko propõe três anos de autonomia para o leste da Ucrânia**. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/internacional/1410787748_208864.html Acesso em 13 de abril de 2023.

FERRARO JR., Vicente. **O GUAM no Contexto Pós-Guerra Fria: Contestação à Hegemonia Russa no Espaço Pós-soviético**. In: SEGRILLO, Angelo, PENNAFORTE, Charles (eds.) **A Ásia no Século XXI**. Rio de Janeiro: Cenegri. 2011. p. 25-96.

FERREIRA, Jorge. **URSS: Mito, utopia e história**. Rio de Janeiro: Revista Tempo. Vol. 3, No. 5, 1998. p. 75-103.

FIGUEIREDO, Filipe, PINTO, Matias. **A História dos Países Bálticos e a Rússia**. Xadrez Verbal, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t4Lv-R7NPIg> Acesso em 4 de abril de 2023.

FITZPATRICK, Sheila. **Breve história da União Soviética**. São Paulo: Todavia. 2023.

FORTES, Denis. **A Federação Russa e a Crise Ucraniana de 2013-2014**: Entre o jogo das potências e as disputas históricas no “exterior próximo”. Campinas: Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, UNICAMP. 2017.

União Europeia diz que revenda de gás russo à Ucrânia é legal. Folha de São Paulo. 17 de junho de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/06/1471931-uniao-europeia-diz-que-revenda-de-gas-russo-a-ucrania-e-legal.shtml> Acesso em 5 de abril de 2023.

FREIRE, Maria Raquel. **União Euro-Asiática e política externa russa: que peça no *puzzle* da integração regional?** Lisboa: Observare. Universidade Autónoma de Lisboa. 2017.

GALLIAN, Dante. **Entenda a guerra da Ucrânia com a Rússia.** Casa do Saber. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNKdUo7qRkk> Acesso em: 04 de abril de 2023.

HELAL FILHO, William. **O referendo que decretou independência da Ucrânia, com apoio de 92% do povo.** O Globo. 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ucrania-o-referendo-que-consolidou-independencia-apoiada-por-92-da-populacao.html> Acesso em 6 de abril de 2023.

HOBBSAWM, Eric J.. **Nações e nacionalismo desde 1917: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IVANOFF, Anna. **Das Ruínas do Império Russo à União Soviética: Uma análise das mudanças na política externa.** Rio de Janeiro: O Cosmopolítico, vol. 4, junho, 2017.

JUBRAN, Bruno Mariotto. **A Política Externa da URSS para os Três Mundos: EUA, China e Índia (1953-1985): Uma Proposta de Análise Multinível.** Porto Alegre: UFRGS (Tese de Pos-graduação). 2017.

MARSHALL, Tim. **Russia and the course of geography.** Want to understand why Putin does what he does? Atlantic. Outubro de 2015. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/10/russia-geography-ukraine-syria/413248/> Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

KIREV, Alex. **Elections in Ukraine.** Electoral Geography. Disponível em: <https://www.electoralgeography.com/new/en/category/countries/u/ukraine>. Acesso em 19 de março de 2023.

LEITE, Alexandre, LUCENA, Arthur, NOBRE, Fábio. **Invasão à Criméia: influência ocidental na Ucrânia e retaliação Russa.** Belo Horizonte: Revista Carta Internacional. 2020.

LOGINOVA, ELENA. **Pandora Papers Reveal Offshore Holdings of Ukrainian President and his Inner Circle.** 3 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.occrp.org/en/the-pandora-papers/pandora-papers-reveal-offshore-holdings-of-ukrainian-president-and-his-inner-circle> acesso em 14 de abril de 2023.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Guerra na Ucrânia: Putin não vai parar guerra enquanto não derrubar Zelensky, diz professor [Entrevista a Fabíola Cidral].** UOL News. São Paulo: UOL News. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2022/03/07/guerra-na-ucrania-putin-nao-vai-parar-guerra-enquanto-nao-derrubar-zelensky-diz-professor.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023, 2022

MATLOCK JR., Jack F.. **Former U.S. Ambassador to USSR: Let Russia Take Crimea.** Time. 2014. Disponível em: <https://time.com/29107/former-u-s-ambassador-to-ussr-let-russia-take-crimea/>. Acesso em 22 de março de 2023.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. **A geopolítica da federação russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: Vulnerabilidade, Cooperação e Conflito.** In: ALVES, André G. de M. P.; ADAM, Gabriel Pessin; MAZAT, Numa; POMERANZ, Lenina; SEGRILLO, Ângelo; SERRANO, Franklin. **O renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI.** IPEA: Brasília, 2012.

MACIEL, Rodrigo Fileto Cuerci. **A Construção do Conhecimento pela Análise de Inteligência na Crise dos Mísseis de Cuba.** Belo Horizonte: Dissertação de Pós-Graduação UFMG. 2013.

MEARSHEIMER, John. **Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: the liberal delusions that provoked Putin.** Foreign Affairs. Nova York, 2014.

MENDONÇA, Filipe, RAMOS, Leonardo, VADELL, Javier. **A Guerra da Ucrânia e a Economia Política Internacional do Século XXI.** In.: **“Linha Vermelha: a Guerra da Ucrânia e as Relações Internacionais do Século XXI.** São Paulo: Editora UNICAMP. p.315-334.

MENÉNDEZ, David. **Apuntes sobre la nazificación de Ucrania durante 2014-2021.** La Habana: Cuadernos de Nuestra América. No. 3. 2022.

MIELNICZUK, Fabiano. **Rússia e Ucrânia: por uma alternativa à guerra que “não pode ser vencida”.** Porto Alegre: Conjuntura Austral vol. 13 No. 64. 2022.

MOITA, Madalena. **Prevenção de Conflitos: as políticas do BM, da UE e da OSCE.** Lisboa: Revista Janus.net. 2005.

MONTEFIORE, Simon. **Stálin: a corte do czar vermelho.** São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

MUNHOZ, Sidney José; ROLLO, José Henrique. **Détente e détetes na Época da Guerra Fria (década de 1960 e 1970).** Maringá: Revista Esboços, vol.21, n. 32, 2014.

NOLTE, Detlef. **Potências regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis.** Hamburgo: GIGA Working Papers. 2006.

OLIVEIRA, Luiza. **Comunidade dos Estados Independentes: repensando o imperialismo russo,** 2013. Puc Minas Conjuntura Internacional. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/05/08/comunidade-dos-estados-independentes-repensando-o-imperialismo-russo/>. Acesso em: 07 de abril de 2023.

OLIVEIRA, Gustavo. **EUA e Zelensky apertam cerco a detratores de Biden e Setores pró-Rússia na Ucrânia.** Observatório Político dos Estados Unidos. 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2021/02/22/eua-e-zelensky-apertam-cerco-a-detratores-de-biden-e-setores-pro-russos-na-ucrania/>. Acesso em 14 de abril de 2023.

ORTEGA, Felipe Afonso. **Cores da mudança? As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa.** Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/PUC. São Paulo. 2009.

Trading Economics, 2021. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp?continent=europe> Sem autor: PIB - LISTA DE PAÍSES - EUROPA

PICOLLI, Larlecianne. **Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia**: o papel da defesa antimíssil. Dissertação (Programa de Pós-graduação em estudos estratégicos internacionais) Porto Alegre, 2012.

91% dos ucranianos apoiam Zelensky. Poder 360. 2 de março de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/91-dos-ucranianos-apoiam-zelensky/> Acesso em 14 de abril de 2023.

Presidente da Ucrânia assina acordos de livre comércio com a UE. G1. 27 de junho de 2014. Disponível em: [G1 - Presidente da Ucrânia assina acordo de livre comércio com a UE - notícias em Mundo \(globo.com\)](https://g1.globo.com/Noticias-Mundo/0,2013413-1181113-20140627,000.html) Acesso em 13 de abril de 2023.

Putin culpa EUA e ‘revoluções coloridas’ pela atual crise ucraniana. Brasil de Fato. 05 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/05/putin-culpa-eua-e-revolucoes-coloridas-pela-atual-crise-ucraniana> Acesso em 06 de abril de 2023.

Putin e Zelensky anunciam cessar-fogo na Ucrânia. 10 de dezembro de 2019. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/putin-e-zelenski-anunciam-cessar-fogo-na-ucrania-dw/> Acesso em 15 de abril de 2023.

Quem é Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia no centro de escândalo no governo Trump. BBC News. 26 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49845510> Acesso em 14 de abril de 2023.

RAMALHO, José Luís. **A OSCE na sua Dimensão Político-Militar**. Lisboa: Revista Nação e Defesa. No. 103. Série 2. 2002. p. 49-76.

REIS, Josué Callander dos. **Os Concílios Ecumênicos (V)**. São Paulo: Agência USP de Gestão de Informação Acadêmica (AGUIA), dezembro, 1965.

Rússia adota nova diretriz de política externa anti-Ocidente. DW. 01 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/r%C3%BAssia-adota-nova-diretriz-de-pol%C3%ADtica-externa-anti-Ocidente/a-65201180> Acesso em 19 de abril de 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**.. São Paulo: Hucitec. 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3a edição. São Paulo: Hucitec, 1990.

SEREDA, Sofia. **Підтримують Зеленського і курс на ЄС та планують ребрендинг: як живе ОПЗЖ після розколу і заборони?** Radio Svoboda. 11 de julho de 2022.

Disponível em:

<https://www.radiosvoboda.org/a/rada-opzzh-boyko-stolar-zelenskyi-sluga-narodu/31933389.html> Acesso em 14 de abril de 2023.

SECCO, Lincoln. **História da União Soviética**. São Paulo: Maria Antonia, 2020.

SECCO, Lincoln. **De Lenin a Stalin: permanências e rupturas**. São Paulo: Revista Estudos Avançados. Vol. 37, No.107. 2023. p-377-380.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo**. Curitiba: Editora Prismas. 2014.

SIMÃO, Licínia. **A Comunidade de Estados Independentes: desafios e resiliência**. Lisboa: Revista Janus.net. 2016.

SOUZA, Bruno, MACHADO, Lauren. **A Política Externa e a Atuação Russa no Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1991 a 2014**. Natal: Revista de Geopolítica. Vol. 6, No. 1. p. 46-64.

VICENTE, Matheus Campos. **Revolução Russa: antecedentes e raízes históricas**. Rio de Janeiro: O Cosmopolítico, vol. 4, junho, 2017.

XAVIER, ANA ISABEL. **A Détente multilateral Este-Oeste: da CSCE à OSCE**. Lisboa: Revista Janus.net. 2016. p.116, 117.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. In: WEBER, Max. Ciência e política. Duas vocações. 16ª ed. tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. – São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

Zelensky revela à mídia alemã ter deixado de cumprir Acordos de Minsk por serem ‘inviáveis’. **Sputnik**. 9 de fevereiro de 2023. Disponível em:

<https://sputniknewsbrasil.com.br/20230209/zelensky-midia-alemanha-acordos-de-minsk-inecuprimto-27506137.html> Acesso em 15 de abril de 2023.